

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BRUNO DE SÁ JERÔNIMO

SERVIÇO MILITAR E A UTILIZAÇÃO DE DADOS COLETADOS COMO
SUBSÍDIO PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PORTO VELHO

2023

BRUNO DE SÁ JERÔNIMO

**SERVIÇO MILITAR E A UTILIZAÇÃO DE DADOS COLETADOS COMO
SUBSÍDIO PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Fundação Universidade Federal de Rondônia – PROFIAP/UNIR como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Rosália Maria Passos da Silva, Dra.

PORTO VELHO

2023

Catalogação da Publicação na Fonte
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

J56s

Jerônimo, Bruno de Sá.

Serviço militar e a utilização de dados coletados como subsídio para formulação de políticas públicas / Bruno de Sá Jerônimo. - Porto Velho, 2023.

148f.: il.

Orientadora: Profa Dra Rosália Maria Passos da Silva.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional), Programa de Pós-graduação, Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Serviço militar obrigatório. 2. Dados demográficos. 3. Políticas públicas. 4. Cidadão.

I. Silva, Rosália Maria Passos da. II. Título.

Porto Velho

CDU 351(811.1)

BRUNO DE SÁ JERÔNIMO

**SERVIÇO MILITAR E A UTILIZAÇÃO DE DADOS COLETADOS COMO
SUBSÍDIO PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Profa. Dra. Marlene Valerio dos Santos Arenas
Coordenadora do PROFIAP/UNIR

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Rosália Maria Passos da Silva
Orientadora – PROFIAP-UNIR

Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira
Membro interno da Rede PROFIAP-FURG

Prof. Dr. Vanderlei Da Silva Sampaio
Membro Externo -UFV

**PORTO VELHO
2023**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ATA DE DISSERTAÇÃO

ATA N.º. 074

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE (PROFIAP)

MESTRANDO(A): BRUNO DE SÁ JERÔNIMO

INICIOU O CURSO EM: 03/05/2021

No vigésimo sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às 09h00min, em sala virtual no Google Meet, foi realizada a sessão pública de apresentação e defesa de dissertação do(a) mestrando(a) BRUNO DE SÁ JERÔNIMO, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública, nos termos do Capítulo V do Regimento Geral do Programa. A Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Curso, foi composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. ROSALIA MARIA PASSOS DA SILVA (Orientadora – PROFIAP-UNIR), Profa. Dra. MARLENE VALERIO DOS SANTOS ARENAS (Membro interno – PROFIAP-UNIR), Prof. Dr. LUCAS SANTOS CERQUEIRA (Membro interno da Rede PROFIAP-FURG), Prof. Dr. VANDERLEI DA SILVA SAMPAIO (Membro Externo -UFV). Sob a presidência do(a) primeiro(a), para julgamento da dissertação intitulada: “**SERVIÇO MILITAR E A CIDADANIA: USO DE DADOS COLETADOS COMO SUBSÍDIO PARA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**”. Após a explanação, observação, arguição e recomendação a Comissão, considerou a dissertação:

(X) APROVADO, devendo o(a) candidato(a) entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.

() APROVAÇÃO CONDICIONAL, devendo o(a) candidato(a) satisfazer, no prazo máximo de 60 dias, às exigências listadas aqui _____

Recomendações de alteração de título: () Não () Sim

() REPROVADO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e para constar foi lavrada a presente ATA, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato.

Profa. Dra. ROSALIA MARIA PASSOS DA SILVA (Orientadora – PROFIAP-UNIR)

Profa. Dra. MARLENE VALERIO DOS SANTOS ARENAS (Membro interno – PROFIAP-UNIR)

Prof. Dr. LUCAS SANTOS CERQUEIRA (Membro interno da Rede PROFIAP-FURG)

Prof. Dr. VANDERLEI DA SILVA SAMPAIO (Membro Externo -UFV)

Aluno(a) BRUNO DE SÁ JERÔNIMO (Mestrando(a) – PROFIAP/UNIR)



Documento assinado eletronicamente por **MARLENE VALERIO DOS SANTOS ARENAS, Docente**, em 27/10/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSALIA MARIA PASSOS DA SILVA, Docente**, em 27/10/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanderlei Da Silva Sampaio, Usuário Externo**, em 27/10/2023, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS SANTOS CERQUEIRA, Usuário Externo**, em 27/10/2023, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Sá Jerônimo, Usuário Externo**, em 27/10/2023, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1530393** e o código CRC **B0B5D32A**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e aos meus amigos, pelo amplo apoio em todos os momentos, ajudando-me sempre nos momentos difíceis, permitindo que eu chegasse até ao final desta etapa de minha vida.

A todos os professores que pude ter a honra de conhecer, em especial minha orientadora, Profa. Dra. Rosália Maria Passos da Silva, que, com toda paciência e sabedoria, aceitou-me como seu orientando e me guiou durante este percurso.

Aos meus colegas de turma, mesmo que a distância, pela convivência semanal e pela troca de conhecimentos que contribuíram para o término desta dissertação.

E à Fundação Universidade Federal de Rondônia e seus demais profissionais, pela oportunidade de cursar o Mestrado em Administração Pública nessa honrada instituição, que forneceu os meios e conhecimentos necessários para a conclusão deste trabalho.

JERÔNIMO, Bruno de Sá. **Serviço militar e a utilização de dados coletados como subsídio para formulação de políticas públicas.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública. Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho-RO.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a viabilidade do reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório como subsídio para a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens cidadãos do município de Porto Velho, RO. A dissertação foi apoiada por um processo metodológico de abordagem quantitativa de natureza aplicada, fundamentada na Teoria da Política Pública. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, com a utilização de um método de survey, que empregou um instrumento de coleta de dados estruturado para alcançar os objetivos estabelecidos. Com base nos resultados da discussão do presente trabalho, conclui-se que os dados do serviço militar representam uma fonte viável de informações para subsidiar a formulação de políticas públicas no município de Porto Velho. Esses dados podem ser integrados a outros fatores, como pesquisas adicionais, interesse político, disponibilidade de recursos e outros elementos, no momento da elaboração de programas assistenciais no município. Verificando ainda a vantagem de possuir custos baixíssimos para o município de Porto Velho, devido às informações serem atualizadas anualmente pelo Exército Brasileiro. Como contribuição para a execução do presente reaproveitamento de dados, foi elaborado um plano de ação intitulado "Plano de Ação para Possibilitar o Reaproveitamento dos Dados Gerados Durante a Seleção do Serviço Militar Obrigatório pelas Prefeituras Municipais". O objetivo desse plano é apresentar iniciativas que tornem viável a utilização dos dados coletados durante a seleção do serviço militar obrigatório pelas prefeituras municipais de todo o país.

Palavras-chave: Serviço Militar Obrigatório; Dados Demográficos; Políticas Públicas; Cidadão.

JERÔNIMO, Bruno de Sá. Military service and the use of collected data as a basis for public policy formulation. Dissertation. Graduate Program Professional Master's Degree in Public Administration. Federal University of Rondônia Foundation (UNIR). Porto Velho-RO.

ABSTRACT

This research analyzes the feasibility of reusing data generated during selection for mandatory military service as a subsidy for the formulation of public policies aimed at young citizens in the municipality of Porto Velho, RO. The dissertation was supported by a methodological process with a quantitative approach of an applied nature, based on the Theory of Public Policy. This was an exploratory research, using a survey method, which used a structured data collection instrument to achieve the established objectives. Based on the results of the discussion in this work, it is concluded that data from the military service represent a viable source of information to support the formulation of public policies in the municipality of Porto Velho. These data can be integrated with other factors, such as additional research, political interest, availability of resources and other elements, when developing assistance programs in the municipality. Also verifying the advantage of having very low costs for the municipality of Porto Velho, due to the information being updated annually by the Brazilian Army. As a contribution to the execution of this data reuse, an action plan was prepared entitled "Action Plan to Enable the Reuse of Data Generated During the Selection of Mandatory Military Service by Municipal Governments". The objective of this plan is to present initiatives that make it viable to use the data collected during the selection process for mandatory military service by municipal governments across the country.

Keywords: Compulsory Military; Service. Demographic Data; Public policy; Citizen.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1- Mapa Político de Porto Velho, RO	53
Figura 2- Mapa Municipal por Zonas de Planejamento Administrativo	54

Lista de Gráficos

Gráfico 1-	Voluntários, não voluntários e não informaram sobre a participação nas Forças Armadas	64
Gráfico 2-	Voluntários segundo a classificação socioeconômica	65
Gráfico 3-	Voluntários e classificação socioeconômica	65
Gráfico 4-	Atividade exercida segundo a classificação socioeconômica	71
Gráfico 5-	Voluntários segundo o grau de escolaridade	79
Gráfico 6-	Consumo de substâncias prejudiciais à saúde e grau de escolaridade	85
Gráfico 7-	Voluntários segunda a zona de moradia	89
Gráfico 8-	Atividades educacionais e/ou profissionais e a zona de moradia	92
Gráfico 9-	Consumo de substâncias prejudiciais à saúde e as zonas de moradia dos respondentes	94
Gráfico 10-	Escolaridade segundo a classificação socioeconômica	98
Gráfico 11-	Respondentes por zona de moradia no Município	99
Gráfico 12-	Zona de moradia dos respondentes e a classificação socioeconômica	100
Gráfico 13-	Percentual de respondentes segundo cada classificação socioeconômica	104

Lista de quadros

Quadro 1-	Dados iniciais levantados pelo site www.alistamento.eb.mil.br	35
Quadro 2-	Dados levantados pela Comissão de Seleção das Forças Armadas do município de Porto Velho-RO	36
Quadro 3-	Tamanho dos estratos segundo o modelo SAE	42
Quadro 4-	Programas relativos à Assistência Social	56
Quadro 5-	Programa relativo ao combate às drogas	56
Quadro 6-	Programas relativos à Saúde Pública	56
Quadro 7-	Programas Relativos ao Ensino Público	56
Quadro 8-	Programa Relativo ao Saneamento Básico	56
Quadro 9-	Programas Relativos ao Desporto e Lazer	57
Quadro 10-	Programas Relativos à Infraestrutura Urbana	57
Quadro 11-	Classificação socioeconômica SAE (junho/2022)	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Definição da Amostra	60
Tabela 2-	Alfa de Cronbach no IBM SPSS Statistics Software®	62
Tabela 3-	Voluntários e não voluntários segundo a classe econômica	64
Tabela 4-	Filhos segundo a classificação socioeconômica	66
Tabela 5-	Já foi preso ou detido pela polícia segundo a classificação socioeconômica	67
Tabela 6-	Experiência profissional segundo a classificação socioeconômica	68
Tabela 7-	Atividades profissionais e/ou educacionais segundo a classificação socioeconômica	70
Tabela 8-	Utilização de drogas segundo a classificação socioeconômica	72
Tabela 9-	Uso de bebida alcoólica segundo a classificação socioeconômica	73
Tabela 10-	Fumantes segundo a classificação socioeconômica	74
Tabela 11-	Contraíram Malária por classificação socioeconômica	75
Tabela 12-	Contraíram Covid-19 por classificação socioeconômica	76
Tabela 13-	Já passaram por atendimento odontológico segundo a classificação socioeconômica	77
Tabela 14-	Possuidores de plano de saúde segundo a classificação socioeconômica	77
Tabela 15-	Voluntários e não voluntários segundo a escolaridade	79
Tabela 16-	Filho segundo a escolaridade	80
Tabela 17-	Já foi preso ou detido pela polícia segundo a escolaridade	81
Tabela 18-	Experiência profissional segundo a escolaridade	81
Tabela 19-	Atividades profissionais e/ou educacionais segundo a escolaridade	82
Tabela 20-	Utilização de droga segundo a escolaridade	83
Tabela 21-	Uso de bebida alcoólica segundo a escolaridade	84
Tabela 22-	Fumantes segundo a escolaridade	84
Tabela 23-	Contraíram Malária por escolaridade	86
Tabela 24-	Contraíram Covid-19 por escolaridade	86
Tabela 25-	Já passaram por atendimento odontológico segundo a escolaridade	87
Tabela 26-	Possuidores de plano de saúde segundo a escolaridade	87
Tabela 27-	Voluntários e não voluntários segundo a zona de moradia	88
Tabela 28-	Filhos segundo a zona de moradia	89
Tabela 29-	Já foi preso ou detido pela polícia segundo a zona de moradia	90
Tabela 30-	Experiência profissional segundo a zona de moradia	90
Tabela 31-	Atividades profissionais e/ou educacionais segundo a zona de moradia	91
Tabela 32-	Utilização de droga segundo a zona de moradia	92
Tabela 33-	Usuários de bebida alcoólica conforme a zona de moradia	93

Tabela 34-	Fumantes segundo a zona de moradia	93
Tabela 35-	Contraíram Malária por zona de moradia	94
Tabela 36-	Contraíram Covid-19 por zona de moradia	95
Tabela 37-	Passaram por atendimento odontológico segundo a zona de moradia	95
Tabela 38-	Possuidores de plano de saúde segundo a zona de moradia	96
Tabela 39-	Escolaridade segundo a classificação socioeconômica	97
Tabela 40-	Zona da cidade segundo a classificação socioeconômica	98
Tabela 41-	Classificação socioeconômica segundo a escolaridade	100
Tabela 42-	Zona da cidade segundo a escolaridade	102
Tabela 43-	Classificação socioeconômica segundo a zona de moradia	103
Tabela 44-	Escolaridade segundo a zona de moradia	105
Tabela 45-	Praticantes de basquete segundo a zona de moradia	106
Tabela 46-	Praticantes de futebol/futsal segundo a zona de moradia	107
Tabela 47-	Praticantes de ciclismo segundo a zona de moradia	107
Tabela 48-	Praticantes de corrida/caminhada segundo a zona de moradia	108
Tabela 49-	Praticantes de musculação segundo a zona de moradia	108
Tabela 50-	Praticantes de vôlei segundo a zona de moradia	109
Tabela 51-	Praticantes de artes marciais segundo a zona de moradia	109
Tabela 52-	Respondentes moradores em rua asfaltada por zona no Município	110

LISTA DE ABREVIATURAS E CONVENÇÕES

ABEP-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA

AM-AMAZONAS

AP-ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CF-CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DGP-DIRETORIA GERAL DE PESSOAL

EB-EXÉRCITO BRASILEIRO

FuSEx-FUNDO DE SAÚDE DO EXÉRCITO

GPIS-GRUPO DE PESQUISA DE INDICADORES SOCIAIS

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INEP-INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

OM-ORGANIZAÇÃO MILITAR

PNAD-PESQUISA NACIONAL DE DOMICÍLIOS

SAE-SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SEF-SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SERMIL-SISTEMA DO SERVIÇO MILITAR

UG-UNIDADE GESTORA

RO-RONDÔNIA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Problema de Pesquisa	20
1.2	Objetivos	22
1.3	Justificativa e Relevância da Pesquisa	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	Serviço Militar Obrigatório Brasileiro	25
2.2	Etapas do Serviço Militar nas Forças Armadas Brasileiras	27
2.2.1	Recrutamento	29
2.2.2	Serviço Militar Inicial	32
2.2.3	Dados Gerados Durante a Seleção do Serviço Militar Obrigatório	35
2.3	A Necessidade da Obtenção de Dados para a Formulação de Políticas Públicas	37
2.4	Crítérios para Classificação Socioeconômica no Brasil	40
2.4.1	Crítério da Secretaria para Assuntos Estratégicos da Presidência da República	42
2.5	Ciclo de Políticas Públicas	43
2.6	O Desenvolvimento de Programas Assistenciais para Juventude no Brasil	45
3	CONTEXTUALIZAÇÃO	52
3.1	Gastos Orçamentários para os Jovens no Município de Porto Velho-RO	54
4	METODOLOGIA	58
4.1	Riscos e Benefícios da Pesquisa	61
5	ANÁLISE SITUACIONAL (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	62
5.1	Aspectos Sócio Demográficos dos Entrevistados	63
5.2	Dados Educacionais Coletados	78
5.3	Análise Demográfica da Pesquisa	88
5.4	Análise Síncrona da Classificação Socioeconômica, Escolaridade e Zona de Moradia dos Respondentes.....	96
5.5	Análise da Prática de Desporto e Lazer nas Zonas da Cidade	106
5.6	Verificação do Percentual de Ruas Asfaltada nas Zonas da Cidade	110
6	RECOMENDAÇÕES/PLANO DE AÇÃO	112
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE A-INSTRUMENTO DE COLETA	125
	APÊNDICE B-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	127

1 INTRODUÇÃO

A Lei Complementar nº 97/1999 atribuiu às Forças Armadas a obrigação subsidiária de cooperar com o desenvolvimento nacional. Por outro lado, o art. 142 da Constituição Federal informa que as Forças Armadas "são instituições nacionais permanentes e regulares". Sendo que a mesma Constituição, em seu art. 3º, contempla entre os objetivos nacionais a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. Dessa forma, o presente trabalho vem ao encontro das atribuições subsidiárias das Forças Armadas como instituições constitucionais da República Federativa do Brasil.

Do exposto, o art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar, dispõe que o serviço militar obrigatório é um dever de todos os cidadãos brasileiros do sexo masculino, e tem como principal objetivo a formação de combatentes para uma reserva mobilizável em caso de um conflito armado que ponha em risco a soberania nacional. O descumprimento do alistamento militar obrigatório ao completar os 18 anos de idade pode gerar uma série de impedimentos ao cidadão. Sendo que este dever perdurará até os 45 anos de idade do inadimplente com as Forças Armadas, segundo o art. 5º da Lei do Serviço Militar.

Contudo, diante do citado quadro, observa-se um grande número de jovens cidadãos que são voluntários, anualmente, à prestação do serviço militar obrigatório. Segundo Soares et al. (2018), nos anos de 2017 e 2018, foi observado que 97% dos recrutas incorporados no Batalhão de Infantaria Especial do Rio de Janeiro (BINFAE-RJ), da Força Aérea, queriam prestar o serviço militar obrigatório no momento de seu alistamento. Assim, esse fenômeno poderia ser explicado em virtude de a caserna gerar uma oportunidade de emprego no início da vida adulta, com ganhos acima do salário mínimo nacional, alimentação e outras benesses, como a possibilidade de tratamento de saúde do soldado e de seus dependentes nos fundos de saúde militares, conforme disposto na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, Lei da Reestruturação da Carreira Militar; concomitantemente com as Instruções Reguladoras para o Gerenciamento do Cadastro de Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército-FuSEx (EB30-IR-20.039).

Inferindo-se, portanto, a possibilidade de haver carência de políticas públicas eficientes para os cidadãos recém-chegados à vida adulta, os quais têm, inconscientemente, tentado supri-las através do serviço militar.

Outrossim, conforme se aprende ao ler as Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004), durante a seleção para o serviço militar, as Forças Armadas fazem um complexo estudo das condições socioeconômicas e demográficas dos jovens cidadãos de Porto Velho-RO, os quais servem somente para selecionar os cidadãos de acordo com os critérios

relacionados aos mais aptos à segurança nacional, permanecendo, após essa utilização, arquivados nos sistemas da Diretoria do Serviço Militar.

Ademais, o fenômeno global identificado como "datificação" descreve o aumento da utilização de dados e como esse fato tem influenciado na vida social dos cidadãos. Dessa maneira, apesar de ainda se encontrar em suas fases iniciais nos estudos relacionados à política social mundial, o fenômeno tem sido cada vez mais observado nos sistemas de proteção mundial aos mais vulneráveis socialmente, tendo nos últimos anos a digitalização das informações, como os dados dos beneficiários dos programas sociais, se transformado em uma importante ferramenta para o processo de decisão na escolha de políticas públicas (VALENTE; NERIS; FRAGOSO, 2021).

Segundo as autoras supramencionadas, é evidente que a utilização de dados em programas de políticas sociais já vem ocorrendo há muito tempo. Contudo, a utilização desse conhecimento ganha maior efetividade com o advento das tecnologias digitais. Por conseguinte, a datificação tem possibilitado mais responsividade nos programas, principalmente em virtude da possibilidade de cruzamento e compartilhamento de dados automatizados (VALENTE; NERIS; FRAGOSO, 2021).

Dessa maneira, vislumbra-se a possibilidade de adoção de tais práticas entre órgãos e entidades da federação, para fins de aperfeiçoamento das ações sociais no município de Porto Velho-RO.

Outro fenômeno semelhante, porém precursor à datificação, ocorreu nos anos 90 e é conhecido como informática social. Segundo Quintella e Soares Júnior (2003), esse conceito de informática possibilita o estudo dos amplos aspectos das atividades computadorizadas de maneira crítica, observando os riscos e possibilidades dos sistemas digitais na qualidade de vida da população.

Assim, a informática social destaca a evolução substancial, fugindo de um aspecto meramente técnico e passando a um aspecto mais social. Isso permite verificar como a tecnologia pode influenciar a vida de forma individual, nas organizações e na sociedade como um todo. Ressaltando ainda o grande potencial que pode exercer na transformação da vida o desenvolvimento deste sistema de informática voltado para as perspectivas sociais (QUINTELLA; SOARES JÚNIOR, 2021).

Já Bizzarria et al. (2022) ressaltam a relevância da presença do Estado durante o período infante-juvenil de seus cidadãos. Para os autores, esse momento da vida é marcado pela ocorrência de mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais, as quais podem se associar a comportamentos de risco, como a utilização de cigarro, o uso excessivo de bebidas

alcoólicas, a má alimentação, o sedentarismo e um maior risco de ocorrência de situações críticas ou violentas, acidentes e doenças sexualmente transmissíveis. Ressalta-se a gravidade da ausência do Estado neste momento da vida da população ou, até mesmo, de sua presença, quando utilizando políticas públicas ineficazes.

Do exposto, cresce o valor do levantamento realizado durante o alistamento militar, o qual proporciona um retrato de como os jovens cidadãos do sexo masculino se encontram, principalmente em aspectos relacionados à saúde e ao perfil socioeconômico, ao final da adolescência.

Um dado que pode ser considerado preocupante sobre a situação socioeconômica dos cidadãos infanto-juvenis do município de Porto Velho-RO se reflete nos conhecimentos levantados no censo de 2010 em relação ao trabalho infantil no município em estudo. Segundo o censo do IBGE (2010), a capital rondoniense apresentava um total de 3.972 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos de idade exercendo atividade remunerada para ajudar em seu sustento, correspondendo a 7,9% da população nessa faixa etária. Verifica-se ainda que deste total de crianças e adolescentes ocupados, 57,4% se encontravam na faixa entre 14 e 15 anos, e 71,7% dos jovens entre 10 e 15 anos que estavam trabalhando residiam na área urbana do município. Por conseguinte, o mencionado censo demonstrou também um total de 24.680 jovens até 17 anos não frequentando a escola no município.

Este último fato coaduna com as informações do Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2021, que revelam que, a cada 100 alunos iniciantes na escola, apenas 83 terminam o ensino fundamental I com 12 anos, 71 terminam o ensino fundamental II com 16 anos e 66 terminam o ensino médio com 19 anos.

Outro dado que chama a atenção negativamente em relação ao perfil socioeconômico dos jovens cidadãos da cidade de Porto Velho é o número apurado no último censo do IBGE de crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos exercendo o trabalho doméstico em residências de terceiros: 651 pessoas, o que representa 7,8% dos jovens ocupados nessa faixa de idade.

Destarte, em relação ao trabalho doméstico realizado para terceiros, cabe ressaltar que esta forma de trabalho é uma das piores formas de trabalho infantil, conforme se infere do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

Outro aspecto a ser enfrentado pelo Estado na busca de melhorar as condições socioeconômicas de sua população está relacionado às políticas públicas voltadas para a área de saúde.

Segundo Fonseca et al. (2013), a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948, conceituou a saúde como sendo um estado completo de bem-estar, que envolve os aspectos físico, mental e social. Assim, destaca-se a conotação da saúde como sendo uma referência a uma boa qualidade de vida, não relacionada apenas à ausência de doença em um indivíduo. Desta forma, os autores afirmam que a busca por um planejamento estatal de programas relacionados à saúde do cidadão tem relação também com dados relacionados a fatores como condições sociais, históricas, econômicas e ambientais nas quais o cidadão vive, e não apenas com o acometimento de doenças pela população.

O estado de vulnerabilidade pode ser mensurado por componentes que interferem diretamente na qualidade de vida da população. Assim, no Brasil, exemplos desses fatores, como acesso aos meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, autonomia para influenciar em decisões políticas, possibilidade de enfrentamento de barreiras culturais, liberdade em relação a situações de coerção violenta e a possibilidade de defesa quanto a essas ocorrências, demonstram a existência da falta de bem-estar social vivida por seus cidadãos (FONSECA et al., 2013).

Neste contexto, os autores supramencionados destacam que o conceito de vulnerabilidade social na América Latina é novo, tendo sido criado com o intuito de aumentar os estudos referentes aos problemas sociais, utilizando-se para isso uma maior quantidade de informações relacionadas aos cidadãos, não se limitando apenas à identificação de renda ou posse de bens. Deste modo, esse conceito está muito atrelado à ideia do Estado de Bem-Estar Social (FONSECA et al., 2013).

Do exposto, pretende-se analisar a viabilidade do reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório como subsídio para a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens cidadãos do município de Porto Velho-RO. Isso possibilitaria maior efetividade aos órgãos municipais no combate e na diminuição das vulnerabilidades socioeconômicas que afligem esses cidadãos, por meio do compartilhamento de informações dos sistemas da Diretoria do Serviço Militar com a Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO.

1.1 Problema de Pesquisa

O presente problema de pesquisa surge devido à falta de políticas públicas eficientes voltadas para os jovens cidadãos portovelhenses, especialmente os mais vulneráveis.

De acordo com o artigo 13 da Lei do Serviço Militar, esse jovem, ao atingir a idade para o alistamento, passa por uma série de entrevistas, exames físicos e de saúde, que geram uma fonte de dados sobre como os cidadãos estão chegando à idade adulta, principalmente no que se refere às suas condições socioeconômicas.

Contudo, após serem utilizados pelas Forças Armadas para realizar a seleção dos cidadãos mais preparados para prestarem o serviço militar, esses dados permanecem armazenados nos sistemas da Diretoria do Serviço Militar do Exército Brasileiro, não se prestando para outras finalidades, como a formulação de políticas públicas voltadas para esse mesmo público, conforme ensina o artigo 15 das EB30-N-30.004.

Januzzi e Pasquali (1999) observaram o aumento da demanda por informações sociais e demográficas por parte dos entes da federação, que ocorreu após a Constituição de 1988. Eles destacaram que esse fenômeno se deu devido à descentralização administrativa e tributária concedida aos municípios pelos constituintes. Isso resultou em um aumento nos gastos públicos com agências estatísticas e empresas de consultoria para a geração de indicadores sociodemográficos.

Neste contexto, surge a possibilidade de que a utilização dos dados gerados durante o serviço militar obrigatório pelos municípios, estados e pela própria União seria de grande valia para o planejamento e implementação de programas voltados para os jovens cidadãos. Com isso surgindo a seguinte pergunta de pesquisa: se a utilização dos dados gerados durante o serviço militar obrigatório seria válida para subsidiar a formulação de programas voltados para os jovens cidadãos do município de Porto Velho?

Nesta pesquisa, em particular, a análise se concentra na utilização desses dados para o desenvolvimento de políticas públicas para os cidadãos em idade para o alistamento militar no município de Porto Velho-RO.

Dessa forma, com foco em analisar as necessidades socioeconômicas dos jovens cidadãos do município de Porto Velho-RO, o presente estudo tem como objetivo analisar a viabilidade do reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório como subsídio para a formulação de Políticas Públicas voltadas para os jovens cidadãos do município de Porto Velho-RO. Para responder a pergunta de pesquisa, este estudo buscará alcançar os seguintes objetivos gerais e específicos.

1.2 Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar a viabilidade do reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório como subsídio para a formulação de Políticas Públicas voltadas para os jovens cidadãos do município de Porto Velho-RO.

Objetivos Específicos:

(1) Explicar a relevância da geração de dados dos jovens cidadãos brasileiros para o funcionamento das etapas do serviço militar;

(2) Descrever a abordagem sequencial de programas assistenciais voltados à melhoria das condições socioeconômica dos jovens no Brasil;

(3) Exemplificar o emprego de dados gerados durante a seleção do serviço militar obrigatório, em 2022, na produção de conhecimentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas direcionadas à juventude de Porto Velho-RO; e

(4) Como Produto Técnico Tecnológico elaborar um plano de ação visando ao reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção do serviço militar obrigatório por prefeituras municipais.

1.3 Justificativa e Relevância da Pesquisa

Anualmente, de acordo com a determinação constitucional presente no artigo 143 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), todos os cidadãos brasileiros do sexo masculino que tenham idade para prestar o serviço militar são obrigados a realizar o alistamento militar obrigatório.

O serviço militar obrigatório compreende o exercício de atividades específicas das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e engloba a mobilização de pessoal e todos os encargos relacionados à defesa nacional. Sua duração normal é de 12 meses, conforme estabelecido nos artigos 1º e 6º da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Destaca-se que essa obrigação perdura, em tempos de paz, desde o dia 1º de janeiro do ano em que o cidadão completa a idade de 18 anos até o dia 31 de dezembro do ano em que ele completa 45 anos, conforme estipulado no artigo 5º da Lei do Serviço Militar. Neste contexto, enquanto não estiver em dia com o serviço militar, o cidadão fica proibido, de acordo com o artigo 74 da lei supramencionada, de:

a) obter passaporte ou prorrogação de sua validade; b) ingressar como funcionário, empregado ou associado em instituição, empresa (sic) ou associação oficial ou oficializada ou subvencionada ou cuja existência ou funcionamento dependa de autorização ou reconhecimento do Governo (sic) Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal; c) assinar contrato com o Governo (sic) Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal; d) prestar exame ou matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino; e) obter carteira profissional, matrícula ou inscrição para o exercício de qualquer função e licença de indústria e profissão; f) inscrever-se em concurso para provimento de cargo público; g) exercer, a qualquer título, sem distinção de categoria, ou forma de pagamento, qualquer função ou cargo público: I - estipendiado pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais; II - de entidades paraestatais e das subvencionadas ou mantidas pelo poder público; h) receber qualquer prêmio ou favor do Governo (sic) Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal;

Outrossim, após o alistamento militar, os cidadãos são designados para a seleção do serviço militar. De acordo com as Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004), aprovadas pela Portaria nº 015-Diretoria Geral de Pessoal (DGP), de 6 de fevereiro de 2012, neste período, os jovens são submetidos a uma série de averiguações com o objetivo de selecionar os mais indicados para a incorporação ao serviço militar. São realizados levantamentos como exames médicos (odontológico, acuidades visual e auditiva) e físicos (aferição do perímetro cefálico e da cintura, tamanho do pé, peso, altura e aferição da força muscular), entrevistas para obter informações como grau de escolaridade, situação de arrimo de família, problemas sociais, sustento de família sem recursos e numerosa, indícios de incapacidade moral, e condenações por sentença irrecorrível resultante da prática de crimes.

Esses dados, somados às informações fornecidas pelo cidadão no momento do preenchimento do alistamento militar online, como quem mora no exterior, quem sustenta a família, possui problemas de saúde (deficiência), endereço e outros, fornecem uma pesquisa complexa da situação social, econômica e demográfica dos jovens brasileiros do sexo masculino que estão chegando à idade adulta.

No município de Porto Velho, essa seleção é realizada em parceria entre a Junta do Serviço Militar, vinculada à Prefeitura de Porto Velho, e a Comissão de Seleção das Forças Armadas/002, composta por militares e coordenada pela 12ª Região Militar do Exército Brasileiro, sediada em Manaus-AM, de acordo com o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas em 2022.

Entretanto, após o término do alistamento para o serviço militar, as informações geradas são utilizadas exclusivamente para a seleção dos jovens para o serviço das armas, e os dados resultantes são armazenados no banco de dados da Diretoria do Serviço Militar do Exército Brasileiro, conforme estabelecido no artigo 15 das EB30-N-30.004.

Januzzi e Pasquali (1999) ressaltam o conhecimento das potencialidades e limitações dos indicadores sociais na definição de prioridades e alocação de recursos do orçamento público. Eles destacam que a utilização eficaz desses dados facilita a interpretação empírica da realidade social, contribuindo para um processo mais eficiente na análise, formulação e implementação de programas de combate à vulnerabilidade social. Portanto, ao verificar as principais carências pelo Estado, essas informações auxiliam no atendimento das áreas de intervenção mais críticas.

Destaca-se que a Emenda Constitucional 19, de 1998, acrescentou ao artigo 37 da Constituição o princípio da eficiência. Segundo Alexandrino e Paulo (2008), o conceito de eficiência na Constituição brasileira guarda semelhanças com a ideia de economicidade, prevista no artigo 70, caput, da CF/88, especialmente no que diz respeito ao controle financeiro da Administração Pública. Portanto, a eficiência pode ser compreendida como a prestação dos serviços públicos de forma mais simples, rápida e econômica, visando alcançar a melhor relação custo/benefício.

Dessa forma, este estudo é importante para oferecer embasamento científico e fortalecimento da prática de adoção de critérios rigorosos na utilização dos recursos públicos, em conformidade com o princípio constitucional supramencionado. Nesse contexto, verificando a viabilidade do reaproveitamento dos dados gerados anualmente durante a seleção militar da juventude de Porto Velho para compreender as principais adversidades socioeconômicas enfrentadas pelos jovens do sexo masculino ao final de sua infância e adolescência. Isso permitirá identificar as melhores ações a serem implementadas pela Administração Pública para combatê-las, garantindo assim a melhor relação custo-benefício entre as políticas públicas mais adequadas, apoiadas em dados confiáveis, e os gastos públicos associados a elas.

No próximo item, será apresentado o referencial teórico que fundamenta a construção desta dissertação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico abrange conceitos e pesquisas relacionados ao serviço militar obrigatório, índices socioeconômicos e o planejamento e implementação de políticas públicas. Inicialmente, ele descreve o serviço militar obrigatório no Brasil e suas etapas, destacando a utilidade da utilização dos dados gerados por esse serviço para melhorar as condições de vida de jovens adultos no município de Porto Velho, em Rondônia. Além disso, apresenta um potencial processo de formulação de políticas públicas com base nos dados obtidos durante o serviço militar obrigatório.

2.1 Serviço Militar Obrigatório Brasileiro

O serviço militar no Brasil teve suas origens no período colonial, quando foi criada uma força composta por colonos e indígenas em 1542, na capitania de São Vicente. Em 1548, o Governador-Geral Tomé de Souza estabeleceu uma Guarda Territorial formada por soldados remunerados, responsáveis pela defesa colonial, e pelas ordenanças, que eram colonos e seus dependentes com idades entre 18 e 60 anos e não recebiam soldos, sendo utilizados para resolver pequenos conflitos locais (LEAL, 2008).

Esse sistema começou a ser modificado devido à luta contra as invasões holandesas no século XVII. Após as vitórias das forças nativas nas batalhas de Tabocas e Guararapes, a defesa colonial passou a contar com voluntários divididos em dois grupos: os comuns, que serviam por oito anos, e os semestreiros, que serviam um semestre no primeiro ano e três semestres em cada um dos sete anos seguintes. Além dos voluntários, o efetivo das tropas coloniais incluía vadios capturados em tavernas, que eram obrigados a servir por dezesseis anos, e mercenários contratados. Esse sistema perdurou até o século XIX (LEAL, 2008).

Soriano Neto (2008) menciona que com o advento da Guerra da Tríplice Aliança, foram observados diversos obstáculos ainda existentes no sistema para compor as forças de defesa do país, principalmente diante de um conflito de maior envergadura. No início da campanha paraguaia, aquele país possuía uma força de combate constituída por cerca de setenta mil homens recrutados diretamente para o conflito. As tropas brasileiras eram formadas por apenas dezoito mil combatentes, que se encontravam espalhados por todo o território nacional.

Assim, devido à urgente necessidade imposta pela guerra, especialmente após a conquista paraguaia do território de Rio Grande, o Império se viu obrigado a instituir o serviço

militar obrigatório. Desta forma, o governo começou uma perseguição aos combatentes da guerra (DORATIOTO, 1996).

Realizando esforços para recrutar pessoal, ao longo do conflito, foram mobilizados pelas tropas brasileiras aproximadamente 1,5% da população nacional, ou seja, cerca de 110 mil homens (HANNA, 2011).

Carvalho (2020) informa que, durante o Império, o serviço militar foi marcado pela prática de humilhações e maus-tratos, tendo como principal finalidade o controle de malfeitores, sendo rejeitado pelas classes mais abastadas da sociedade. Entretanto, segundo o autor, a campanha brasileira na Guerra da Tríplice Aliança exigiu modificações no sistema existente, demonstrando a ineficiência do modelo utilizado até aquele momento. Assim, houve a mudança para o sistema de sorteio, com o objetivo de aumentar o efetivo e melhorar o nível dos convocados para o serviço militar. Todavia, o novo processo também era ineficiente às necessidades nacionais, assim como não foi capaz de despertar o interesse da sociedade.

Kuhlmann (2001) informa que, em 1908, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, implementou o serviço militar obrigatório. O pesquisador cita a participação dos "jovens turcos", capitães e tenentes do Exército, que realizaram estágios na Alemanha e, ao regressarem, começaram a difundir a ideia de que o país deveria adotar o serviço militar obrigatório. Para que isso fosse desenvolvido de forma eficiente, iniciou-se uma grande campanha mobilizando militares e civis em torno da ideia. Desta forma, foi criada a Liga de Defesa Nacional, uma entidade composta por cidadãos de grande notabilidade na história nacional, como Olavo Bilac, Rui Barbosa, Conde de Affonso Celso e Coelho Netto. A Liga realizou palestras, publicou cartilhas para o ensino primário e o livro "Porque me ufano do meu país", com o objetivo de fortalecer o civismo dos jovens brasileiros. Após a referida campanha, em 1916, o modelo passou a vigorar com a obrigatoriedade para todos os cidadãos. Desde então, poucas modificações foram realizadas no modelo do alistamento militar.

Segundo o artigo 1º da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964, a Lei do Serviço Militar: "O Serviço Militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças (sic) Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica - e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional." Sendo ainda de grande valia para este estudo os seguintes trechos da legislação:

Art. 2º Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar, na forma da presente Lei e sua regulamentação. [...]

§ 2º As mulheres ficam isentas do Serviço Militar em tempo de paz e, de acôrdo (sic) com suas aptidões, sujeitas aos encargos do interesse (sic) da mobilização.

Art. 3º O Serviço Militar inicial será prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, no ano em que completarem 19 (dezenove) anos de idade.

Ainda em relação à legislação mencionada, salienta-se que o Título III trata do recrutamento para o serviço militar. A norma afirma, em seu artigo 12, que o recrutamento dos cidadãos para o serviço militar obrigatório ocorre em várias fases, a saber: "seleção, convocação, incorporação ou matrícula nos órgãos de formação da reserva e voluntariado."

Dessa forma, o artigo 13 da Lei do Serviço Militar menciona que os jovens são escolhidos levando em consideração critérios físicos, culturais, psicológicos e morais. Esses dados são obtidos durante o processo de seleção para o serviço militar obrigatório, com o objetivo de selecionar os jovens mais aptos para integrar as Forças Armadas, independentemente de serem ou não voluntários para a incorporação na Marinha, Exército ou Aeronáutica.

A incorporação, conforme estabelecido no artigo 75 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, que regulamenta a Lei do Serviço Militar, consiste na inclusão do jovem aprovado na seleção do serviço militar obrigatório em uma Organização Militar ativa das Forças Armadas. O cidadão incorporado é obrigado a servir por 12 meses, no chamado serviço militar inicial, conforme o artigo 21 do referido regulamento. Após o período obrigatório inicial, o incorporado pode optar por continuar no serviço das armas, caso tenha interesse e seus dados de desempenho sejam favoráveis, por um período total de 96 meses. Isso pode ser feito por meio da prorrogação do tempo de serviço, realizada a cada 12 meses subsequentes, de acordo com o §3º do art. 27 da Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

Inicialmente, para fins dos objetivos a serem alcançados no presente trabalho, será dado maior detalhamento às diversas etapas do serviço militar obrigatório e, também, às etapas não obrigatórias, visando o melhor entendimento do serviço das armas. Será dada, ainda, especial destaque para a fase de seleção do serviço militar obrigatório e aos dados coletados durante este procedimento pelas Comissões de Seleção das Forças Armadas.

2.2 Etapas do Serviço Militar nas Forças Armadas Brasileiras

Uma vez descrita como ocorreu a evolução do serviço militar no País até chegar aos moldes atuais, passa-se a retratar as etapas a serem percorridas durante o serviço militar pelo jovem a ser incorporado pelas Forças Armadas Brasileiras.

Do exposto, salienta-se que para melhor entendimento do funcionamento do serviço militar e de suas diversas etapas, no Regulamento da Lei do Serviço militar, Decreto nº 57.654,

de 20 de janeiro de 1966, em seu artigo 3º, são apresentados alguns conceitos e definições relevantes para este subitem.

Art. 3º Para efeitos dêste (sic) Regulamento são estabelecidos os seguintes conceitos e definições: (...)

(...) 2) **alistamento** – Ato prévio à seleção. Compreende o preenchimento da Ficha de Alistamento Militar (FAM) e do Certificado de Alistamento Militar (CAM). (...)

(...) 5) **conscritos** – Brasileiros que compõem a classe chamada para seleção, tendo em vista a prestação do Serviço Militar inicial.

6) **convocação** – (nas suas diferentes finalidades) – Ato pelo qual os brasileiros são chamados para prestação do Serviço Militar, quer inicial, quer outra forma ou fase.

7) **convocação à incorporação** ou matrícula (designação) – Ato pelo qual os brasileiros, após julgados aptos em seleção, são designados para incorporação ou matrícula, a fim de prestar o Serviço Militar, quer inicial, quer sobre outra forma ou fase. A expressão “convocado à incorporação”, constante do Código Penal Militar (Art. 159), aplica-se ao selecionado para convocação e designado para a incorporação ou matrícula em Organização Militar, à qual deverá se apresentar no prazo que lhe fôr (sic) fixado. (...)

(...) 16) **engajamento** – Prorrogação voluntária do tempo de serviço do incorporado. (...)

(...) 20) **inclusão** – Ato pelo qual o convocado, voluntário ou reservista passa a integrar uma Organização Militar.

21) **incorporação** – Ato de inclusão do convocado ou voluntário em Organização Militar da ativa, bem como em certos Órgãos de Formação de Reserva. (...)

(...) 24) **licenciamento** – Ato de exclusão da praça do serviço ativo de uma Fôrça Armada (sic), após o término do tempo de Serviço Militar inicial, com sua inclusão na reserva. (...)

(...) 30) **Organização Militar da Ativa** – Corpos (Unidades) de Tropa, Repartições, Estabelecimentos, Navios, Bases Navais ou Aéreas e qualquer outra unidade tática ou administrativa, que faça parte do todo orgânico do Exército, Marinha ou Aeronáutica. (...)

(...) 34) **reengajamento** – Prorrogação do tempo de serviço, uma vez terminado o engajamento. Podem ser concedidos sucessivos reengajamentos à mesma praça, obedecidas as condições que regulam a concessão.

(...) 39) **reserva** – Conjunto de oficiais e praças componentes da reserva, de acôrdo (sic) com legislação própria e com êste (sic) Regulamento.

40) **reservista** – Praça componente da reserva.

41) **reservista de 1º categoria** – Aquê (sic) que atingiu um grau de instrução que o habilite ao desempenho de função de uma das qualificações ou especializações militares de cada uma das Fôrças (sic) Armadas.

42) **reservista de 2ª categoria** – Aquê (sic) que tenha recebido, no mínimo, a instrução militar suficiente para o exercício de função geral básica de caráter militar. (grifo nosso)

Aclarado o significado dos mencionados termos; inicialmente, destaca-se que segundo o art. 28 do Regulamento da Lei do Serviço Militar, cada uma das Forças possui sua própria diretoria para tratar dos aspectos específicos em relação às nuances do serviço militar para a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, sendo, respectivamente, Diretoria do Pessoal da Marinha (DPM), Diretoria do Serviço Militar (DSM) e Diretoria do Pessoal da Aeronáutica (DPA).

No entanto, a fase preliminar do serviço militar obrigatório, o Recrutamento, será de responsabilidade do Exército Brasileiro nos municípios sedes de suas Organizações Militares da Ativa, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro

de 1966. Desta forma, esta pesquisa prioritariamente será baseada teoricamente nas diretrizes da Diretoria do Serviço Militar (DSM).

A mencionada centralização do processo de recrutamento começou a ser adotada em todo território nacional, segundo o item 2.1 do Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas em 2022, a partir do ano de 2003.

Isto posto, no prosseguimento serão pormenorizados o recrutamento, serviço militar inicial, prorrogações do tempo de serviço, licenciamento e a reserva, como os principais componentes do serviço militar obrigatório e suas demais fases facultativas, para o jovem cidadão brasileiro alistado ao atingir sua maior idade.

2.2.1 Recrutamento

O recrutamento representa a fase inicial do serviço militar. De acordo com o artigo 38 do Regulamento da Lei do Serviço Militar, ele se baseia no caráter obrigatório desse serviço ou na escolha voluntária, e seus principais componentes para os propósitos deste trabalho incluem convocação, seleção, convocação para a incorporação e, por fim, a incorporação propriamente dita.

Conforme estipulado no artigo 3º do regulamento mencionado, no ponto 6), a convocação é o ato pelo qual os brasileiros são chamados a cumprir o Serviço Militar, seja na fase inicial ou em outras formas ou etapas.

Além disso, a Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964, nos artigos 16 e 17, estabelece que os jovens brasileiros são convocados anualmente para prestar serviço militar nas Forças Armadas, sendo divididos em classes. Cada classe, convocada em um determinado ano, é composta pelos cidadãos que completam 19 anos de idade entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano em que serão incorporados a uma Organização Militar das Forças Armadas.

É relevante destacar que o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas em 2022, como mencionado no item 3.1, enfatiza que, além dos cidadãos pertencentes à classe do ano de convocação, aqueles de anos anteriores que ainda têm pendências com o serviço militar também serão convocados.

A seleção para o Serviço Militar Obrigatório é o componente mais relevante do recrutamento para a presente pesquisa. É nesta fase que são gerados os dados que serão analisados como subsídio para a formulação de políticas públicas no município de Porto Velho-RO.

Deste modo, destaca-se que a seleção será realizada com base em critérios relacionados aos aspectos físicos, culturais, psicológicos e morais dos conscritos, conforme estipulado pelo artigo 13 da Lei do Serviço Militar.

Nessa etapa, os jovens passarão por inspeção de saúde, testes de seleção, entrevistas e avaliação de outros elementos disponíveis, de acordo com o artigo 50 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Ressalta-se também o artigo 41 do mencionado decreto, que descreve o alistamento militar como o ato que antecede à seleção, podendo ser realizado online no site www.alistamento.eb.mil.br ou presencialmente em uma das Juntas do Serviço Militar ligadas às Prefeituras Municipais de cada cidade.

Neste contexto, Leal (2008) destaca o alistamento presencial como procedimento central. O autor informa que, durante o primeiro semestre do ano civil, os cidadãos pertencentes à sua classe devem efetuar o alistamento nas Juntas do Serviço Militar. Após a realização do alistamento, o cidadão receberá o Certificado de Alistamento Militar (CAM), que atesta que ele está em dia com suas obrigações militares até sua participação na Seleção Geral ou sua eventual inclusão no excesso de contingente.

Com base no exposto, o início da Seleção ocorre com a inspeção de saúde, na qual os conscritos serão divididos em quatro segmentos, conforme estipulado no artigo 52 do RLSM:

- 1) Grupo “A” - quando satisfizerem os requisitos regulamentares, possuindo boas condições de robustez.
- 2) Grupo “B1” - quando, incapazes temporariamente, puderem ser recuperados em curto prazo.
- 3) Grupo “B2” - quando, incapazes temporariamente, puderem ser recuperados, porém sua recuperação exija prazo longo e as lesões, defeitos ou doenças, de que foram ou sejam portadores, desaconselhem sua incorporação ou matrícula.
- 4) Grupo “C” - quando forem incapazes definitivamente (irrecuperáveis), por apresentarem lesão, doença ou defeito físico considerados incuráveis ou incompatíveis com o Serviço Militar.

Apenas os conscritos classificados no Grupo 1 são considerados aptos para as próximas fases da Seleção, que incluem testes e entrevistas. Aqueles do Grupo 2 serão convocados novamente no ano seguinte ao seu alistamento. Já os pertencentes aos Grupos 3 e 4 são considerados inaptos para o serviço nas Forças Armadas, de acordo com o que está previsto nos artigos 53, 54, 55, 56, 57, 58 e 59 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, que regulamenta a Lei do Serviço Militar.

É relevante também destacar o conteúdo dos artigos 61 e 62 da RLSM, que determinam o envio desses estudos, relacionados à inspeção de saúde da Seleção para o Serviço Militar, ao Ministério da Saúde.

Conforme o artigo 14 da LSM, a Seleção do Serviço Militar será conduzida por comissões compostas por militares da ativa e da reserva e, quando necessário, por civis devidamente qualificados.

Aqueles cidadãos que forem selecionados após a análise dos dados desta etapa e considerados mais aptos para a prestação do Serviço Militar serão convocados para a Incorporação nas Forças Armadas. Eles serão distribuídos de acordo com as necessidades das Organizações Militares das três Forças, conforme o estabelecido no item 3.4.3 do Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas em 2022.

O artigo 69 do RLSM descreve como será concedida a preferência na distribuição dos conscritos selecionados para cada uma das Forças:

- 1) para o Exército:
 - a) exercerem profissões ou tiveram aptidões de interesse (sic) especial; ou
 - b) exercerem profissões compreendidas no número 5 do Art. 105 do presente Regulamento e não estiverem preferenciados para Marinha ou Aeronáutica;
- 2) para a Marinha:
 - a) tiverem um ano de exercício de profissões para a qual se matricularam nas Capitânicas dos Portos, suas Delegacias ou Agências;
 - b) tiverem exercido, por um ano, atividades técnico-profissionais em bases, fábricas, centros de construção ou reparo naval, estaleiros, diques, carreiras, oficinas ou terminais marítimos, bem como os que estiverem matriculados, há mais de um ano, em escolas técnico-profissionais concernentes às atividades navais;
 - c) como Escoteiro do Mar, tiverem pelo menos três anos de atividade escoteira;
 - d) os que contarem pelo menos um ano de serviço em atividades de fotogrametria e cartografia náutica em estabelecimentos navais; ou
 - e) estiverem inscritos em associações de pesca submarina registradas nas Capitânicas dos Portos e que contarem pelo menos três anos de atividade regular nessas associações.
- 3) para a Aeronáutica:
 - a) estiverem matriculados nas Escolas Técnicas de Aviação;
 - b) estiverem matriculados nas Escolas de Pilotagem das Associações de Vôo (sic), das Empresas (sic) de Aviação Comercial, dos Aeroclubes e os que forem possuidores de habilitação como piloto (sic) de avião;
 - c) pertencerem ao escotismo aéreo, ou praticarem vôo (sic) a vela;
 - d) forem aprendizes de artífice, operários ou técnicos de qualquer grau, em fábricas, indústrias ou Oficinas de material aeronáutico;
 - e) exercerem função técnico-profissional em Empresas (sic) de Aviação Comercial, desportiva, de atividades comuns ou de execução de levantamento aerofotogramétrico; ou
 - f) forem servidores civis do Ministério de Aeronáutico, com mais de um ano de serviço.

Além disso, é válido destacar as profissões listadas no item 5 do artigo 105 do RLSM, que incluem "operários funcionários ou empregados de estabelecimentos ou empresas industriais de interesse militar, de transporte de comunicações, que forem anualmente declarados diretamente relacionados com a segurança nacional pelo Estado-Maior das Forças Armadas."

Após a aprovação na seleção e a distribuição dentro das respectivas Forças, os cidadãos serão incorporados ao serviço militar. De acordo com o artigo 20 da LSM, quando o conscrito

é incluído em uma Organização Militar da Marinha, Exército ou Aeronáutica, ocorre a sua incorporação. Conforme o artigo 21 da mesma lei, é determinado que o máximo possível desses jovens selecionados deve ser incorporado nos municípios em que residem.

2.2.2 Serviço Militar Inicial

Os incorporados cumprirão o serviço militar inicial por um período de 12 (doze) meses, conforme estabelecido no artigo 21 do RLSM. Caso haja interesse do incorporado e a administração militar considere seu desempenho satisfatório, esse prazo poderá ser prorrogado de 12 em 12 meses, não podendo ultrapassar o total de 96 (noventa e seis) meses, de forma contínua ou não.

Durante esse período, após a incorporação, o conscrito será denominado de acordo com a Força para a qual foi distribuído, podendo ser chamado de "Marinheiro-Recruta", "Recruta", "Soldado", "Soldado-Recruta", "Soldado de Segunda Classe (não engajado)" e "Soldado-Clarim ou Corneteiro de Terceira Classe". Eles terão direito a um soldo mensal de R\$ 1.078,00 (um mil e setenta e oito reais), com base no valor atualizado a partir de 1º de janeiro de 2020, além de um adicional de compensação por disponibilidade militar de 5% sobre o referido soldo, de acordo com os anexos II e VII da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

Além disso, os incorporados passam a ser beneficiários dos sistemas de saúde das respectivas Forças, como o FuSEx (Fundo de Saúde do Exército), que oferece assistência médico-hospitalar tanto ao militar quanto aos seus dependentes, conforme estabelecido nos incisos II, III e V do artigo 3º das Instruções Reguladoras para o Gerenciamento do Cadastro de Beneficiários do FuSEx (EB30-IR-20.039).

Durante o período de serviço militar, os ensinamentos iniciais aos Recrutas, denominação utilizada pelo Exército Brasileiro, serão ministrados durante a Instrução Individual Básica (IIB). Essa fase se encerra com um exercício militar no terreno, chamado Acampamento de Instrução Individual Básica, que geralmente ocorre no início do mês de maio do ano de incorporação. O principal objetivo desse acampamento é consolidar os conhecimentos adquiridos durante a IIB e desenvolver nos militares recém-incorporados valores militares, como resistência física, resistência mental, iniciativa, coragem e tenacidade, conforme informações disponíveis no site: <https://www.defesanet.com.br/>.

Após a conclusão da Instrução Individual Básica, o militar passará pelo Período de Instrução de Qualificação (IIQ). O IIQ tem como objetivo capacitar esses militares para a defesa externa, aprimorar os conhecimentos adquiridos durante a IIB e torná-los aptos a serem

Reservistas de Primeira Categoria (Reserva Mobilizável). Este período foi iniciado, por exemplo, no ano de 2017, nos meses de julho e início de agosto, para militares de todo o país. Durante essa fase, os militares foram especializados em técnicas de utilização de materiais militares de uso específico em cada fração de sua Força. Além disso, fortaleceram seu caráter militar por meio da execução de missões que testaram seu espírito de corpo e esforço individual, conforme informações publicadas no site do Exército Brasileiro e no site: <https://www.defesanet.com.br/>.

Ao término do serviço militar inicial, como já mencionado nesta pesquisa, aos incorporados que concluírem o tempo de serviço obrigatório pode ser oferecida a opção, caso a solicitem, de prorrogação do tempo de serviço por 12 meses, por uma ou mais vezes consecutivas. No entanto, para que a prorrogação ocorra, devem ser considerados critérios de conveniência pelas Forças Armadas. Isso inclui a avaliação de informações obtidas durante o período militar inicial, que demonstrem o desenvolvimento dos valores militares pelo recruta requerente, de acordo com o artigo 33 da Lei do Serviço Militar.

Aos militares a quem for concedida a prorrogação do tempo de serviço, ou engajamento, será concedido um aumento no soldo, conforme estipulado no Anexo VI da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Isso resultará em um valor mensal de R\$ 1.765,00 (um mil setecentos e sessenta e cinco reais), com base no valor estabelecido a partir de 1º de janeiro de 2020, além da manutenção dos demais benefícios citados.

Aos soldados que, após se engajarem, mantiverem um desempenho favorável e se destacarem nas observações dos militares em relação à autoconfiança, cooperação, coragem, disciplina, equilíbrio emocional, entusiasmo profissional, iniciativa, persistência e responsabilidade, serão indicados para passar por uma avaliação abrangendo matérias relacionadas às operações aritméticas e à língua portuguesa. Aqueles que obtiverem os melhores resultados dentro do número de vagas disponíveis terão a oportunidade de frequentar o Curso de Formação de Cabos (CFC), conforme estipulado no artigo 85 da Portaria - DGP/C Ex Nº 407, de 25 de julho de 2022 (EB30-N-30.009), Normas para a Prestação do Serviço Militar Temporário.

O Curso de Formação de Cabos tem como objetivo principal preparar o Soldado para uma possível promoção à Graduação de cabo, caso surjam vagas em sua área de especialização, conforme previsto no artigo 81 das EB30-N-30.009. Além disso, os incisos desse mesmo artigo estabelecem outros objetivos a serem alcançados ao concluir o referido curso:

- I – permitir ao concludente a ocupação de determinada QMP/QMG, previsto para a graduação de cabo;
- II – desenvolver no aluno qualidades cívicas, morais, físicas e atributos de interesse do Exército; e

III – proporcionar noções básicas de chefia, necessárias ao eventual desempenho das funções de 3º Sgt.

Após a promoção à patente de cabo, o militar recebe uma nova melhoria em seus proventos, mantendo os demais benefícios e passando a ter direito a um soldo de R\$ 2.627,00 (dois mil seiscentos e vinte e sete reais). Além disso, após a conclusão do curso, passará a receber um adicional de habilitação de 12% sobre o valor do soldo, conforme estipulado nos Anexos III e VI da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, referente a 1º de janeiro de 2020.

Por fim, destaca-se que militares, independentemente de serem cabos ou soldados, que atendam aos seguintes requisitos: pertencerem às qualificações militares exigidas pela legislação em vigor, serem voluntários, terem no máximo quatro anos de serviço militar na data de conclusão do curso, possuírem comportamento "Bom", terem concluído o Curso de Formação de Cabos e receberem parecer favorável do comandante da organização militar em que servem após análise dos dados profissionais gerados ao longo de sua carreira militar, serão selecionados para realizar o Curso de Formação de Sargentos, de acordo com a disponibilidade de vagas existentes, conforme o artigo 73 das Normas para a Prestação do Serviço Militar Temporário.

Aos militares que alcançarem a graduação de 3º sargento temporário, o soldo é elevado para o valor de R\$ 3.825,00 (três mil oitocentos e vinte e cinco reais), conforme estabelecido na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2022.

O licenciamento é o ato administrativo de exclusão do militar do serviço ativo das Forças Armadas após o término do tempo de serviço, passando a ser incluído na reserva, art. 3º do RLSM.

Outrossim, segundo o art. 35 da Lei do Serviço Militar, a reserva será constituída pelos reservistas de 1ª e 2ª categoria.

Ainda segundo a supramencionada lei, o reservista mesmo após o cumprimento do tempo de serviço a que se obrigou, permanecerá com as seguintes obrigações, previstas em seu art. 65:

- a) apresentar-se, quando convocado, no local e prazo que lhe tiverem sido determinados;
- b) comunicar, dentro de 60 (sessenta) dias, pessoalmente ou por escrito, à Organização Militar mais próxima, as mudanças de residência;
- c) apresentar-se, anualmente, no local e data que forem fixados, para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônia cívica do Dia do Reservista;
- d) comunicar à Organização Militar a que estiver vinculado, a conclusão de qualquer curso técnico ou científico, comprovada pela apresentação do respectivo instrumento legal, e bem assim, qualquer ocorrência que se relacione com o exercício de qualquer função de caráter técnico ou científico;
- e) apresentar ou entregar à autoridade militar competente o documento de quitação com o Serviço Militar de que fôr (sic) possuidor, para fins de anotações, substituições ou arquivamento, de acôrdo (sic) com o prescrito nesta lei e na sua regulamentação.

Do exposto, tendo sido demonstrada a influência da geração de conhecimentos, biográficos e de desempenho, para o desenvolvimento do jovem cidadão na carreira das Forças Armadas originada no serviço militar obrigatório, passa-se a destacar os dados extraídos durante o alistamento militar, na fase de sua seleção, que servirão de base para os objetivos da presente pesquisa.

2.2.3 Dados gerados durante a seleção do serviço militar obrigatório

No Brasil, o serviço militar é uma obrigação legal para todos os cidadãos do sexo masculino, que têm a responsabilidade de procurar as autoridades competentes para realizar as medidas necessárias ao seu alistamento.

De acordo com o parágrafo único do artigo 13 da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964, “todos os brasileiros deverão se apresentar, no ano em que completarem 18 (dezoito) anos de idade, independentemente de Editais, Avisos ou Notificações, em local e época que forem fixados, na regulamentação da presente lei, quando serão alistados”.

Além disso, destaca-se que a seleção é a fase do serviço militar realizada pelas Comissões de Seleção, que são compostas por “militares da ativa e da reserva e, quando for necessário, contando com a participação de civis devidamente qualificados”, de acordo com o artigo 13 da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964.

A Diretoria do Serviço Militar do Exército Brasileiro fornece orientações em seu site, www.dsm.dgp.eb.mil.br, de que o alistamento é a primeira etapa do processo de seleção para o serviço militar obrigatório. O cidadão pode realizar o alistamento acessando o site www.alistamento.eb.mil.br ou comparecendo a uma Junta do Serviço Militar, onde ele fornece informações básicas sobre sua vida para o cadastro no sistema do serviço militar e início do processo. Os brasileiros residentes em países estrangeiros também têm obrigações relacionadas ao serviço militar e devem procurar a repartição consular brasileira para preencher o formulário de alistamento. Além disso, ao acessar o site www.alistamento.eb.mil.br para realizar o alistamento, os cidadãos receberão inicialmente as informações apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1-Dados iniciais levantados pelo site www.alistamento.eb.mil.br

Ordem	Dados
1	Arrimo (se é o único responsável pelo sustento de sua família)
2	Nome Social (se possui o desejo de se alistar utilizando o nome social)
3	Exterior (se reside no exterior)
4	Problema da Saúde (se é pessoa com deficiência)

Ordem	Dados
5	Nome Completo
6	Endereço Completo
7	CPF
8	RG
9	Data de Nascimento
10	Telefone
11	E-mail
12	Nome Social que deseja utilizar

Fonte: site www.alistamento.eb.mil.br

A fase seguinte ao alistamento, conforme já exposto neste estudo, é a seleção realizada pelas comissões militares. O Plano Regional de Convocação/2021 da 11ª Região Militar, documento disponível na rede mundial, assinado em 19 de março de 2020, e que, segundo o próprio, orientou seus órgãos de recrutamento vinculados na convocação da classe de 2002 para o ingresso dos melhores cidadãos que se ajustassem às necessidades do serviço militar, demonstra as atividades realizadas durante a fase de seleção para o serviço militar. De acordo com o nº 4, Aspectos da Seleção Geral, nesta fase são realizadas: inspeção de saúde, exame físico e entrevista com os jovens selecionáveis. Isto posto, as Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004), 1ª edição, 2012, permitem inferir os dados a serem coletados da juventude portovelhense nesta etapa, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2-Dados levantados pela Comissão de Seleção das Forças Armadas do município de Porto Velho-RO

Ordem	Atividade da Seleção	Dados
1	Inspeção de Saúde	Exame odontológico (a), I, art. 32 da EB30-N-30.004)
2		Exames de acuidade visual e auditiva (b), I, art. 32 da EB30-N-30.004)
3		Exame médico geral (c), I, art. 32 da EB30-N-30.004)
4	Exame Físico	Aferição de medidas corpóreas: altura, peso, perímetro da cabeça e da cintura e tamanho do pé (§ 2º do art. 27 da EB30-N-30.004)
5		Força muscular (§ 2º do art. 27 da EB30-N-30.004)
6	Entrevista	Expressão oral - perfeita ou imperfeita (II do art. 68 da EB30-N-30.004)
7		Conhecimentos profissionais (III do art. 68 da EB30-N-30.004)
8		Existência de problemas sociais (V do art. 68 da EB30-N-30.004)
9		Comprovação da situação de arrimo (VI do art. 68 da EB30-N-30.004)
10		Grau de escolaridade (art. 71 da EB30-N-30.004)
11		Obtenção de dados complementares (IV do art. 68 da EB30-N-30.004)

Fonte: Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004), 1ª edição, 2012

Ainda sobre os dados obtidos durante a fase de seleção para o serviço militar, as Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004), 1ª edição, 2012, preveem a coleta de algumas informações adicionais relevantes para a escolha dos cidadãos a serem incorporados nas Forças Armadas. Por exemplo, o artigo 70 menciona que questões complementares podem ser elaboradas pelas regiões militares a fim de atender a peculiaridades regionais. Já o artigo 73 das normas prevê que: Art. 73. Pode ser considerado problema social, o conscrito que:

- I - participar do sustento de família sem recursos e numerosa, mesmo não sendo arrimo, desde que se torne evidente que a incorporação é contra-indicada (sic), visando ao bem-estar de seus familiares;
- II - apresentar indícios de incapacidade moral; e
- III - esteja condenado por sentença irrecorrível, resultante da prática de crime.

Guimarães e Jannuzzi (2004) advertem que os diversos problemas econômicos e o aumento das necessidades locais fazem crescer as cobranças sobre as prefeituras, principalmente devido a uma maior descentralização de recursos públicos ocorrida nos últimos anos. Dessa forma, os autores afirmam que a geração e disseminação de dados, estatísticas e indicadores dos municípios têm uma enorme relevância para implementar, monitorar e analisar as políticas públicas locais.

A partir disso, observa-se que as Forças Armadas realizam anualmente um estudo das condições sociodemográficas de todos os jovens cidadãos de Porto Velho, Rondônia, durante a seleção para o serviço militar obrigatório. Essa análise é feita exclusivamente para escolher os cidadãos mais aptos à segurança nacional. Após isso, esse banco de dados não é utilizado pelo Estado para outras finalidades, como a implementação de políticas públicas voltadas para os jovens cidadãos brasileiros. Permanece, de acordo com os artigos 15 e 16 das EB30-N-30.004, arquivado nos sistemas da Diretoria do Serviço Militar e nas Regiões Militares do Exército Brasileiro.

2.3 A Necessidade da Obtenção de Dados para a Formulação de Políticas Públicas.

O correto levantamento de dados socioeconômicos para a formulação de políticas e programas pela Administração Pública tem se tornado cada vez mais relevante, principalmente em função da grande necessidade de investimentos para a sociedade diante da escassez de recursos públicos existentes.

Capella (2018) afirma que durante o processo de racionalização do Estado, ocorrido no século XIX, passou-se a entender que os problemas sociais deveriam ser solucionados por intermédio de conhecimento apropriado e da aplicação de técnicas específicas. Assim, com base

nos ensinamentos oriundos do modelo das ciências naturais, buscou-se investigar quais eram os problemas de natureza social, a fim de chegar a uma decisão governamental que prestigiasse a formulação das soluções mais adequadas às mazelas existentes na sociedade.

Já no século XX, ganhou força a ideia de que os problemas seriam disfunções mensuráveis do sistema social, passíveis de solução. Fundamentado em uma perspectiva positivista e funcionalista, emergiu o pensamento de que a análise de políticas públicas deveria se centrar em encontrar os problemas sociais, apreciando as origens e propondo medidas a serem implementadas para resolvê-los. Prezando pelo entendimento objetivo dos problemas sociais, devendo haver capacidade técnica para a coleta de dados para o estudo e busca de respostas viáveis (CAPELLA, 2018).

No Brasil, o estudo sobre políticas públicas começou a ser efetivado no final dos anos 70, com a publicação de diversos trabalhos que buscaram refletir o desenho das políticas sociais brasileiras e sua relação com a cidadania, cultura política, padrões de financiamento estatal, e assim por diante. Outro fato que foi considerado um importante objeto de estudo na época foi o legado deixado ao país pelo governo Vargas e pelos governos militares, principalmente nas questões relacionadas à industrialização, saúde, previdência e desenvolvimento urbano (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007).

Nos anos 80, o estudo sobre a implementação de políticas públicas no Brasil teve sua visão mais direcionada às questões voltadas para a redemocratização do país. Com isso, a comunidade científica deu grande atenção ao exame das políticas setoriais, buscando a criação de propostas para uma nova estrutura institucional. Assim, destacaram-se o aspecto da descentralização e da maior participação dos demais entes como a forma superior para enfrentamento da chamada "dívida social" do Estado brasileiro. Nos anos 90, houve um deslocamento do foco acadêmico para os aspectos relacionados à reforma do Estado, forma de governo e a forma de Estado, e suas influências nas reconfigurações das políticas específicas (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007).

Dessa forma, a descentralização tributária e administrativa, após a Constituição de 1988, trouxe maior liberdade, bem como maior responsabilidade para os entes no trato com o erário. A necessidade de dados confiáveis para um melhor planejamento na implementação de políticas públicas pelos municípios brasileiros passou a ser cada vez mais importante. Com isso, houve um aumento na demanda pelos serviços prestados por entidades de estatística, pesquisa e consultorias atreladas ao planejamento público (JANUZZI, 2002).

Guimarães e Januzzi (2004) destacam que a maior descentralização de recursos teve como consequência uma maior pressão social sobre as prefeituras, principalmente devido às

sucessivas crises econômicas, gerando um aumento de demandas sociais acumuladas. Logo, a busca periódica por estatísticas, indicadores e índices atualizados permite subsidiar um melhor planejamento, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais.

Neste sentido, Januzzi e Pasquali (1999) destacam utilizações possíveis para o emprego dos referidos dados, tais como: a elaboração de Planos Diretores Municipais para o desenvolvimento urbano; o Plano Plurianual para o investimento econômico; a análise de impactos ambientais; a justificação do repasse de verbas federais para a implementação de programas sociais; e o atendimento às obrigações legais referentes à disponibilização de aparelhos ou serviços públicos específicos para os portadores de deficiência.

Delaney e Karpati (2019) enriquecem a discussão sobre a necessidade de dados no levantamento de problemas sociais com uma visão relacionada à área de saúde. Para os autores, a tomada de decisão adequada deve estar embasada na utilização de dados de alta qualidade. Asseveram, ainda, que sem informações completas, precisas e oportunas, as autoridades públicas, como as da área de saúde, ficam limitadas para buscar as melhores opções de aprimoramento de programas.

No estudo da utilização de dados no Brasil, percebe-se ainda um amadurecimento necessário, principalmente em relação à política de dados abertos. Cinco diferentes grupamentos são responsáveis pela principal dinâmica de levantamento e tratamento de dados no país, os quais participam de uma dinâmica que varia entre momentos de cooperação e enfrentamento. Desse modo, o Estado, unidades internas de governança, organizações da sociedade civil, universidades e empresas realizam negociações de dados, influenciadas em seu funcionamento de acordo com os recursos e os capitais identificados que possuem. Ressalta-se que, na visão de Pierre Bourdieu, os capitais identificados podem ser: técnico, social, simbólico, econômico e informacional (BARBALHO, 2018).

Borges, Namen e Sadala (2013) destacam a falta de exploração de dados coletados anualmente pelo sistema educacional brasileiro, que poderiam ser extremamente úteis para a melhoria de programas no país. Além disso, os estudiosos salientam que todos os anos são coletados dados sobre escolas, diretores, professores e alunos durante o censo escolar e avaliações periódicas. Essas informações permanecem armazenadas na base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Anísio Teixeira (Inep). Ainda segundo os autores, pode-se concluir que, apesar de serem uma riquíssima fonte de informações, os mencionados dados são subutilizados nos planejamentos públicos, principalmente devido à falta de servidores para trabalhar corretamente com o seu grande volume de conhecimentos fornecidos.

Uma situação semelhante ao problema citado no parágrafo anterior é observada nos dados levantados durante a seleção para o serviço militar. Nesse sentido, Carvalho (2020) destaca que todos os anos jovens de 17 até 19 anos se alistam para a seleção do serviço militar, sendo selecionados aqueles com melhor vigor físico e capacidade analítica, buscando-se ainda uma representação de todas as classes sociais, em cumprimento à Estratégia de Defesa Nacional.

No entanto, todos os dados coletados dos jovens brasileiros que atingem a idade adulta após a seleção permanecem armazenados no banco de dados do sistema do serviço militar (SERMIL), e a documentação física entregue é mantida nas Regiões Militares do Exército Brasileiro, conforme estabelecem os artigos 15 e 16 das Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004), 1ª edição, 2012. No entanto, esses dados também são subutilizados, pois não servem de base para a implementação de políticas públicas voltadas principalmente para cidadãos vulneráveis, economicamente e socialmente, que participam da seleção para o serviço militar obrigatório.

2.4 Critérios para Classificação Socioeconômica no Brasil

É relevante, para este trabalho, a descrição dos diversos critérios da utilização de dados para a classificação socioeconômica no Brasil. O IBGE (2020) informou em seu estudo "Síntese de Indicadores Sociais: uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira" que a publicação do livro "Social Indicators" (BAUER, 1966), na década de 1960, marcou o início dos estudos sobre os indicadores sociais. Fatores que afetavam a população norte-americana na época, como o crescimento das reivindicações por direitos civis, a oposição à participação americana na Guerra do Vietnã, a ampliação do dinamismo econômico, a queda do desemprego e a introdução de políticas de proteção social, principalmente aquelas relacionadas ao combate à pobreza, ajudaram a impulsionar a necessidade de aprimoramento dos indicadores da condição social e econômica da sociedade estadunidense. Dessa forma, a busca por indicadores confiáveis tornou-se uma política pública, dando origem ao denominado "Movimento de Indicadores Sociais", que subsequentemente se espalhou por outras nações, como França, Japão, Alemanha e Inglaterra.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi precursor na busca por indicadores sociais com a criação do Grupo Projeto de Indicadores Sociais (GPIS) em 1973. Essa iniciativa buscava uma sistematização e organização, em um quadro analítico e teoricamente referenciado, da produção dos indicadores sociais nacionais (IBGE, 2020).

Segundo Kamakura e Mazzon (2016), existiam três critérios para a realização da classificação socioeconômica no país. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) utiliza a renda familiar, em valores correntes, per capita, na formulação de políticas públicas para a classe média. Por sua vez, a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) empregava, até 2014, o critério baseado na educação do chefe da família, na quantidade de bens duráveis na moradia e no número de empregados mensalistas na residência. Por último, o critério criado por Kamakura e Mazzon, baseado teoricamente no conceito de renda permanente e em uma modelagem de classes latentes ordinais.

Em 2015, inspirada no critério de Kamakura e Mazzon, a ABEP criou mais três critérios, com o intuito de abranger mais usuários, de acordo com novas formas de coletas de dados. O mais complexo deles foi denominado "ABEP novo", sendo executado por meio de verossimilhança condicional com informação completa. Nesse, podem ser utilizados até 35 itens, como: tempo de escolaridade do chefe da família, renda bruta mensal da família, quantidade de quartos na casa da família, quantidade de banheiros na residência, serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, rua com asfalto, quantidade de trabalhadores mensalistas na moradia, quantidade de até 27 bens duráveis no imóvel da família; todos esses dados ajustados de acordo com quatro covariáveis: região geográfica, tipo de localização da residência, quantidade de adultos e de menores no domicílio (KAMAKURA; MAZZON, 2016).

Outro classificador recebeu a denominação de "ABEP adaptável", por ser, na verdade, uma adaptação do anteriormente citado. O adaptável utiliza 16 indicadores dos 35 anteriores, considerando as mesmas quatro covariáveis para realizar a classificação das famílias pesquisadas. O último é o "ABEP simplificado", que utiliza um classificador constituído por 15 dados e foi criado para utilização, preferencialmente, em locais com problemas de acesso à rede mundial de computadores. Em virtude do ajuste para utilização em localizações menos informatizadas, esse último critério possui limitações para os estudos socioeconômicos: a impossibilidade de emprego dos classificadores de verossimilhança condicional e bayesiano, a não consideração da região em que a família mora, o tipo de residência e a composição familiar (KAMAKURA; MAZZON, 2016).

No presente estudo, será utilizado o critério da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), cujos detalhes serão apresentados a seguir.

2.4.1 Critério da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

O critério da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) utiliza a renda familiar, em valores correntes, per capita, para o monitoramento de políticas públicas. Assim, destaca-se que a escolha desse critério ocorreu devido à sua viabilidade de implantação com informações confiáveis, objetivas e disponíveis; sua fundamentação conceitual e metodológica sólida; e sua facilidade de compreensão por pessoas com diferentes níveis de instrução (KAMAKURA; MAZZON, 2016).

Para essa classificação socioeconômica, a SAE utilizou uma única variável-chave, a renda familiar corrente per capita, com base na Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD). Ela estabeleceu um limite de vulnerabilidade familiar para definir as diferentes classes. Assim, empiricamente, em 2012, a SAE definiu o valor de R\$ 140,00 mensais como o limiar de pobreza em um domicílio. Em seguida, a população nacional foi dividida em três grupos principais: baixa, média e alta classes. Além disso, houve subdivisões dentro desses grupos, incluindo extremamente pobre, pobre mas não extremamente pobre, vulnerável, baixa classe média, média classe média, alta classe média, baixa classe alta e alta classe alta. Portanto, a população foi classificada em oito grupos distintos, conforme demonstrado no Quadro 3 a seguir, com base em valores pesquisados no mês de abril de 2012 (KAMAKURA; MAZZON, 2016):

Quadro 3-Tamanho dos estratos segundo o modelo SAE

Estratos (ordem crescente)	Denominação		Renda familiar per capita mensal (R\$ 1,00)
1	Baixa	Extremamente pobre	Até 81
2		Pobre, mas não extremamente pobre	Entre 81 e 162
3		Vulnerável	Entre 163 e 291
4	Média	Baixa classe média	Entre 292 e 441
5		Média classe média	Entre 442 e 641
6		Alta classe média	Entre 642 e 1.019
7	Alta	Baixa classe alta	Entre 1.020 e 2.480
8		Alta classe alta	Mais de 2.480

Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Adaptado de Kamura e Mazzon, 2012.

Assim, o critério da SAE pode ser considerado de fácil entendimento e com uma forma acessível, objetiva e sólida de obtenção dos dados para a realização da classificação socioeconômica. Isso o torna uma das opções mais viáveis para a condução de estudos e a formulação de possíveis políticas públicas.

2.5 Ciclo de Políticas Públicas

As pesquisas referentes à implementação de programas assistenciais têm se tornado cada vez mais amplas em todo o planeta. A busca na rede mundial de computadores por "implementação de políticas públicas" gera diversos resultados; contudo, apenas uma pequena quantidade destes se refere a trabalhos que abordam o termo tendo a visualização das políticas públicas de uma forma mais abrangente (LOTTA, 2013).

Ainda segundo a autora, a busca inicial de conhecimento a respeito de políticas públicas procurou entender o funcionamento dos processos decisórios, a relação com a política e as políticas públicas. A partir dos anos 60, o crescimento do sistema de análise dos estados de bem-estar social, somado ao alto investimento em agências multilaterais, provocou uma maior concentração da ciência no estudo da avaliação dessas ações. Essa grande quantidade de estudos sobre a avaliação dos programas sociais demonstrou, ao longo dos anos, a grande diferença existente entre os objetivos pensados e os resultados alcançados pelas políticas públicas (LOTTA, 2013).

Assim, na busca de compreender melhor o desenvolvimento dessas políticas, o porquê de serem feitas, como descrevê-las e buscar explicar com maior clareza seus fracassos e sucessos, surgiram as Teorias de Política Pública. Desse modo, nos mencionados anos 60, nos Estados Unidos, houve um grande esforço elucidativo que acompanhou as evoluções e retrações no campo de estudo das políticas públicas. Surgiram então as novas teorias que retificaram a negligência de ciências como a Política e a Administração Pública em relação ao estudo das Políticas Públicas (FARAH, 2021).

Outrossim, a elevação dos municípios ao nível de ente federado realizada pela Constituição de 1988 não revelou claramente a competência de cada um dos entes em relação às políticas sociais. Na metade dos anos 90, foi regulamentado que a União seria responsável pela coordenação, indução, regulação e diretrizes; estados e municípios, pela gestão e implementação (BICHIR; SIMONI; PEREIRA, 2013).

Em virtude de suas particularidades, principalmente sua natureza política, os serviços dos programas assistenciais são pouco padronizáveis, altamente dependentes de recursos humanos e das condições de implementação e adaptação (BICHIR; SIMONI; PEREIRA, 2013).

Do exposto, cresce em relevância métodos como o ciclo de políticas públicas, também denominado de abordagem sequencial, que é a forma mais comum de realizar a análise das políticas dedicadas à solução de problemas encontrados por uma sociedade. Esse modelo divide as políticas públicas em fases: formulação, implementação e avaliação. Esse recorte é a

ferramenta mais importante para análise, pois as etapas são frequentemente utilizadas como referência em análises (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Os autores mencionados acima se dispuseram a resumir cada uma das fases existentes na criação e desenvolvimento de políticas públicas em seus estudos. Assim, a formulação foi descrita como a etapa de definição e escolha dos problemas que devem ser solucionados pelo Estado. Nesta fase, os autores também atribuem a produção de soluções para os problemas escolhidos, as alternativas a serem empregadas e as tomadas de decisão. Já a implementação foi desenvolvida na pesquisa como a fase em que são executadas as decisões tomadas na fase de formulação da política pública. Por último, ocorre o estudo que vai analisar os impactos da política criada e executada nas duas fases anteriores, a qual denominaram de avaliação (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Segundo Viana (1996), a escolha dos problemas sociais que seriam tratados por políticas públicas se daria por meio de vários fatores. Para a autora, eventos e crises seriam alguns desses fatores que poderiam motivar o estudo de uma política pública; no entanto, não estariam desacompanhados de outros elementos com a capacidade de fomentar essa ação governamental. A pesquisadora menciona alguns elementos adicionais que são necessários a serem considerados na fase que ela denomina de "criação de agenda" para a implementação de uma política pública: os feedbacks de trabalho, o papel dos agentes públicos, a necessidade de levantamentos de gastos para a elaboração dos orçamentos e a existência de indicadores.

Os dados coletados durante o alistamento militar, quando devidamente trabalhados e analisados, poderiam contribuir como fontes para indicadores de demandas socioeconômicas dos jovens cidadãos. Esses indicadores seriam utilizados para analisar os principais problemas que devem ser combatidos pelo Estado por meio de ações voltadas para essa parte da sociedade.

Assim, as prefeituras municipais poderiam utilizar os dados gerados pelas Forças Armadas, especialmente aqueles obtidos durante o processo de seleção para o serviço militar, conforme descrito na seção 2.1.1 desta pesquisa, para definir e escolher os problemas que devem ser solucionados nas cidades, formulando políticas públicas em várias áreas identificadas durante a referida seleção. Isso possibilitaria a implementação de ações em parceria com as Forças Armadas para os jovens selecionados para o serviço militar, bem como políticas voltadas para aqueles que não foram convocados.

Além disso, esses dados poderiam servir como base para aprimorar os programas já existentes, uma vez que essas informações são geradas anualmente. Isso poderia facilitar a fase de avaliação dos programas destinados a esses jovens cidadãos, como alguns dos mencionados nos próximos tópicos.

2.6 O Desenvolvimento de Programas Assistenciais para Juventude no Brasil

Os dados coletados durante o serviço militar podem servir como suporte para avaliar como os jovens estão entrando na idade adulta e identificar em quais áreas as políticas públicas voltadas para esses cidadãos devem se concentrar.

Nesse sentido, destaca-se o valor de uma análise das principais políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro para os jovens, uma vez que essas ações também têm impacto no público-alvo deste estudo.

Kerbauly (2005) ressalta que a participação dos jovens nos processos de redemocratização na América Latina, ocorridos nos anos 80, foi um fator que impulsionou o Estado a dar maior atenção aos jovens, visando a discussão e implementação de políticas públicas para esse grupo. No entanto, a autora critica o fato de que, no Brasil, durante a década de 90, essas iniciativas não resultaram efetivamente em políticas públicas verdadeiras; em vez disso, foi criado apenas um conjunto de programas desconexos entre si, tratando a juventude brasileira de forma quase estereotipada.

De fato, houve uma evolução nas ações assistenciais voltadas aos jovens cidadãos a partir da implementação, ainda nos anos 90, da Política Nacional de Juventude, que abordou e aprofundou os principais problemas que afetavam esses brasileiros. Nesse mesmo período, também foi criado o Estatuto dos Direitos da Juventude (KERBAUY, 2005).

Conforme Honorato (2021), um dos momentos mais importantes na formação do cidadão é a juventude. O autor destaca que durante esse período ocorre a transição da escola para o mercado de trabalho, marcando o início do processo de autonomia, que culmina na responsabilidade de assumir plenamente o papel social de adulto. Assim, uma das maiores preocupações dos programas sociais relacionados aos jovens está ligada à integração entre trabalho e educação.

Sobre o assunto, o autor mencionado anteriormente revela que em todo o planeta a juventude está associada a problemas relacionados à violência, desemprego, falta de participação social, precariedade educacional, desrespeito à ordem vigente, manifestações culturais e na exposição dos problemas das diversas sociedades. Ele menciona que até algumas décadas atrás, o reconhecimento do jovem como adulto estava relacionado à sua entrada no mercado de trabalho, casamento, serviço militar obrigatório ou ao abandono da sua família de origem. No entanto, atualmente, há uma compreensão melhor do jovem como cidadão de direitos e, conseqüentemente, uma maior atenção das políticas públicas voltadas para esse segmento (HONORATO, 2021).

Nesse aspecto, ressaltam-se iniciativas ocorridas nas últimas décadas como o Guia de Políticas Públicas de Juventude do ano de 2006, confeccionado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. No Guia eram informados os principais programas do Governo Federal para a Juventude, a partir dos anos 2000: Projeto Agente Jovem, Programa Bolsa-Atleta, Programa Brasil Alfabetizado, Programa Escola Aberta, Programa Escola de Fábrica, Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), Programa Juventude e Meio Ambiente, Programa Nossa Primeira Terra, Programa Cultura Viva, Programa de Integração Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), Projeto Rondon, Programa Pronaf Jovem, Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa Saberes da Terra, Programa Segundo Tempo e o Projeto Soldado Cidadão.

Outra iniciativa do Governo Federal para apoiar os jovens no Brasil foi o lançamento do Plano Juventude Viva em 2018, com o objetivo de reduzir os homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, principalmente os negros do sexo masculino.

Nas áreas metropolitanas do país, de acordo com dados de 2011 do Ministério da Saúde, mais da metade das vítimas de homicídios eram jovens, totalizando 52,7%. Dentre esse percentual, 71,5% eram pretos ou pardos, e 93,04% eram do sexo masculino, conforme informação disponível no site do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, acessível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/programas/juventude-viva>.

Dessa forma, o plano priorizou os 142 municípios com os maiores índices de homicídios entre jovens, buscando criar oportunidades de inclusão e autonomia, oferecendo serviços públicos nas áreas mais afetadas pela violência.

Ainda segundo informações do próprio Governo Federal, no endereço eletrônico mencionado, eram relacionadas ao plano as seguintes ações: Estação Juventude; Inova Jovem; Editais de fomento para a sociedade civil; Oficina de identificação e abordagem do racismo institucional; Núcleo de formação de agentes de cultura da juventude negra (NUFAC); CEU das artes; Cultura Viva – Pontos de Cultura; Brasil Plural: prêmio hip hop, funk e outras manifestações culturais; Projovem Urbano e Projovem Urbano em unidades prisionais; Programa Mais Educação; PRONATEC; Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; Programa Ensino Médico Inovador – PROEMI; Programa Saúde na Escola; Projeto Esporte e Lazer na Cidade; Centro de Iniciação ao Esporte; PROTEJO; Mulheres da Paz; Protocolo de atuação para a redução de barreiras de acesso à justiça para a juventude negra em situação de

violência; Capacitação de gestores e servidores capacitação para profissionais de segurança pública; Notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências; Núcleo de prevenção de violências e promoção da saúde (NPVPS); Academias de Saúde; Programa Mais Médicos; Estratégia consultório na rua; Rede de Atenção Psicossocial – RAPS; Proteção Social Básica – PAIF; Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Proteção Social Especial - Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC); Proteção Social Especial - Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); Oficinas de implementação do guia do Programa de Redução de Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (Oficinas PRVL); Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas; Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM; Proteção Social Especial - Serviço especializado em Abordagem Social; Programa Bolsa Família (benefício variável vinculado ao adolescente); PROGREDIR e ACESSUAS TRABALHO.

É mencionado pelo Governo Federal, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos-do-governo>, os principais programas e iniciativas nacionais em vigor voltados para a melhoria das condições de vida dos jovens cidadãos brasileiros, de acordo com o que é anunciado por cada órgão presente no mencionado endereço. Neste contexto, a seguir, serão destacadas algumas das ações diretamente destinadas à juventude brasileira apresentadas pelas entidades:

1) Ministério das Comunicações

Programa Computadores para Inclusão

Ação para a implementação da inclusão digital, que beneficia, em sua grande maioria, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, ocorre por meio do acondicionamento de equipamentos eletrônicos para a realização de cursos e oficinas em espaços adaptados. Até o presente momento, o Programa já acondicionou 29,8 mil computadores doados em 698 municípios, capacitando 21,4 mil alunos por meio de seus 135 cursos gratuitos que fazem parte do Programa.

2) Ministério da Defesa

Projeto Soldado Cidadão

Programa que oferece cursos de profissionalização aos militares durante o serviço militar obrigatório, buscando facilitar a inserção no mercado de trabalho dos soldados após o término de suas obrigações com as Forças Armadas. Os cursos profissionalizantes oferecidos pelo Programa, iniciado em 2004, abrangem diversas áreas, tais como telecomunicações, eletricidade, automobilística, comércio, varejo, alimentação, construção civil, conservação e zeladoria, informática e marítima. As ofertas dessas áreas são adaptadas às necessidades de cada região do país.

Projeto Rondon

O Projeto utiliza a mão de obra de jovens universitários como trabalho de extensão, visando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades, melhorar o bem-estar social e elevar a qualidade de vida. Concomitantemente, ele fortalece a cidadania, a liderança e os valores humanitários dos estudantes participantes.

As prioridades de atuação do Programa estão nas comunidades do interior do país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, por meio do envio de professores e universitários que estudarão e proporão soluções para os problemas locais.

Programa Forças no Esporte (PROFESP)

O Programa tem como finalidade proporcionar a oportunidade de praticar esportes, atividades físicas e promover a interação social para crianças, adolescentes e jovens com idades entre 6 e 18 anos. O objetivo é fomentar a valorização do ser humano, reduzir os riscos sociais, fortalecer a cidadania e integrar socialmente os participantes.

Projeto João do Pulo

Uma vertente do Programa Forças no Esporte foi criada para atender militares que adquiriram deficiência física em consequência de acidentes. Atualmente, o projeto foi expandido, priorizando o atendimento a pessoas com deficiência a partir dos 6 anos de idade, jovens e adolescentes em estado de vulnerabilidade. Essa vertente possui os mesmos objetivos do PROFESP.

3) Ministério do Esporte

Programa Bolsa Atleta

Criado em 2005, este é um dos maiores programas de financiamento de atletas do mundo, beneficiando atletas de alto rendimento que alcançam bons resultados em suas respectivas modalidades. Além disso, entre suas diversas categorias, conta com uma específica para jovens estudantes.

Programa Segundo Tempo

O programa funciona por meio de núcleos esportivos estabelecidos por meio da parceria entre o Ministério dos Esportes e os governos estaduais e municipais, com o propósito de expandir a prática esportiva e o acesso à cultura, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Além disso, busca melhorar as condições de vida dos participantes, formar cidadãos, democratizar o acesso ao lazer, reduzir a vulnerabilidade e a evasão escolar, bem como promover a inclusão e o respeito às questões de gênero, orientação sexual, raça, etnia e religião.

4) Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA)

Oferece capacitação aos membros do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de cursos destinados a servidores públicos e agentes da sociedade civil, com o objetivo de aprimorar o nível de conhecimento e, conseqüentemente, melhorar o atendimento na rede de proteção ao público infanto-juvenil.

Escola Nacional de Socioeducação (ENS)

Tem como objetivo a formação continuada dos agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente da União, especialmente às equipes de atendimento e aos órgãos do Sistema Socioeducativo. São oferecidos cursos em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), por meio da plataforma da Escola Nacional de Socioeducação.

Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes

É uma comissão composta por diversas instâncias governamentais, sociedade civil e o sistema de justiça, que busca combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. É responsável pela elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência.

Equipagem de Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência

Ação de apoio e incentivo aos Entes Federativos interessados na implantação desses centros em sua área de atuação, como instrumento de proteção à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência. Os Entes podem, por meio de convênio, receber do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania materiais e mobiliário para o atendimento especializado em apoio aos jovens vítimas ou testemunhas de violência.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

É uma política pública que visa à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais dos jovens que praticaram atos infracionais. É formada por todos os sistemas dos Entes Federativos, planos, políticas e programas voltados para os adolescentes em cumprimento de penas socioeducativas.

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)

Programa presente em 18 estados do Brasil, coordenado pelo Núcleo Técnico Federal, visa proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte, juntamente com seus familiares. Consiste em acolher esses jovens em risco e suas famílias, oferecendo proteção e adotando providências para sua mudança e inserção na sociedade em outra região do país.

5) Ministério da Educação

Escola em Tempo Integral

O Programa prevê ajuda técnica e financeira do Ministério da Educação aos Entes Federativos que desejam implantar o ensino integral em sua estrutura escolar. O objetivo é oferecer um tempo mínimo de 7 horas diárias, 35 horas semanais de educação aos alunos. A Escola em Tempo Integral opera em cinco eixos: ampliar, fomentar, entrelaçar e acompanhar ações de

cunho estratégico para a implementação do ensino em tempo integral nos municípios, estados e Distrito Federal.

Programa Qualifica Mais

O programa efetua ações para apoiar as redes e instituições que oferecem cursos profissionalizantes alinhados com as necessidades produtivas locais, garantindo assim um ensino focado na criação de oportunidades de emprego para os participantes dessa política pública. O programa foi lançado pelo MEC em associação com a agenda dos Novos Caminhos.

6) Ministério da Saúde

Programa Saúde na Escola

Política pública envolvendo os Ministérios da Saúde e da Educação voltada para crianças, adolescentes, jovens e adultos da rede pública de ensino na educação básica. Dessa forma, as duas pastas se unem para oferecer educação integral e atenção básica em saúde aos participantes, com o intuito de enfrentar a vulnerabilidade e melhorar a qualidade de vida dos estudantes brasileiros.

7) Ministério do Trabalho

Programa de Aprendizagem Profissional

Voltado para inserir no mercado de trabalho e oferecer qualificação profissional a jovens entre 14 e 24 anos de idade, bem como a pessoas com deficiência. O programa disponibiliza oportunidades de primeiro emprego aos jovens cidadãos e visa formar mão de obra qualificada de acordo com as necessidades das empresas participantes.

Assim, esses são os principais programas em uso pelo governo federal para oferecer suporte a vida da população jovem brasileira, os quais podem servir de exemplo para implementação ou aprimoramento de programas voltados ao mesmo público alvo na capital rondoniense e demais municípios brasileiros.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

A fim de proporcionar mais conhecimentos para embasar as discussões realizadas na Análise Situacional da presente pesquisa, esta parte do trabalho informa aspectos históricos, geográficos, econômicos e algumas especificidades do município de Porto Velho.

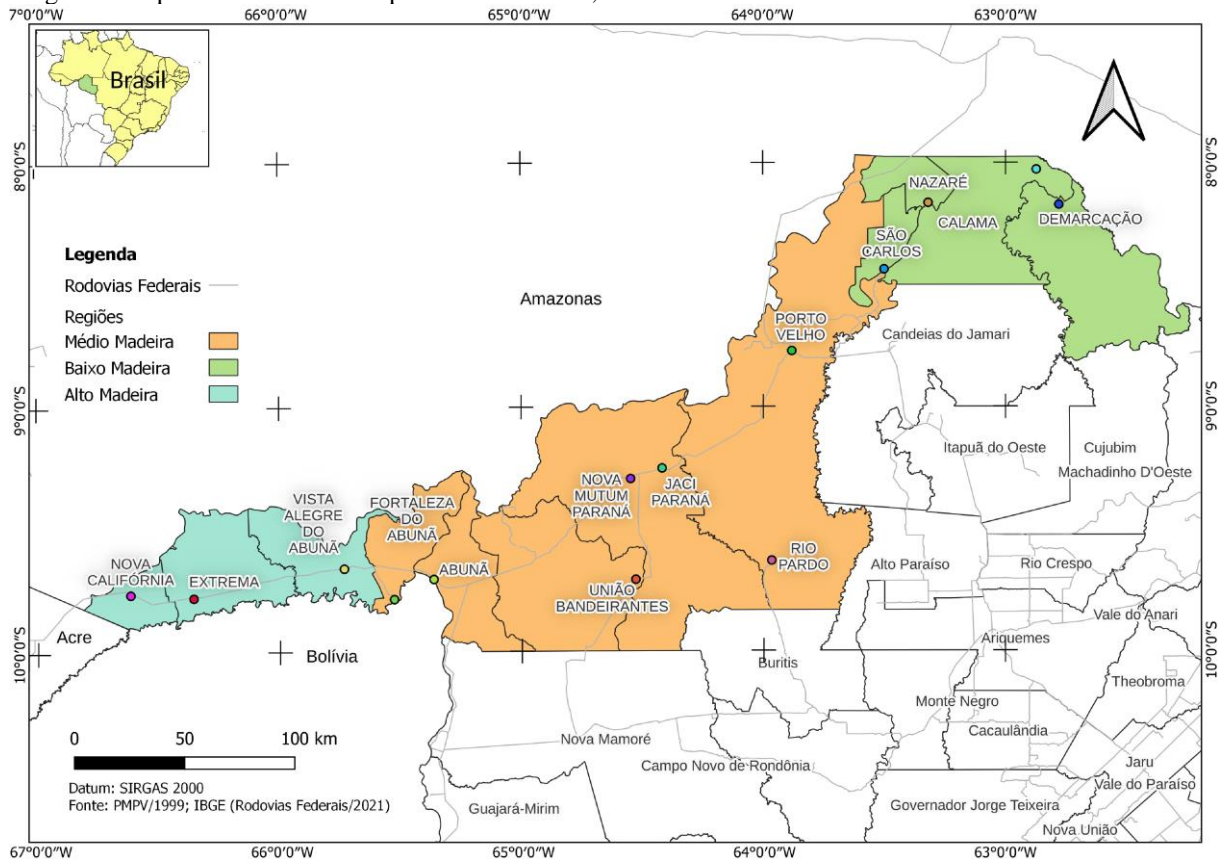
Conforme informações disponíveis no site <https://www.portovelho.ro.gov.br>, a capital do estado de Rondônia foi fundada em 4 de julho de 1907, devido à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré pela empresa de origem norte-americana, Madeira-Mamoré Company. Em 2 de outubro de 1914, foi oficialmente estabelecida como um município do estado do Amazonas. No ano de 1943, tornou-se a capital do estado de Rondônia.

O município, localizado na Região Norte do Brasil, é a capital do estado de Rondônia, situando-se na margem leste do Rio Madeira. Sendo a capital brasileira com a maior extensão territorial, com mais de 34 mil quilômetros quadrados, possui uma área maior do que países como Bélgica e Israel. Porto Velho é a única capital estadual do país que faz fronteira com outro país, o Estado Plurinacional da Bolívia, de acordo com informações disponíveis em <https://www.portovelho.ro.gov.br>.

No território nacional, Porto Velho faz fronteira com os estados do Acre (município de Acrelândia) e do Amazonas (municípios de Humaitá, Canutama e Lábrea), além dos municípios rondonienses de Candeias do Jamari, Machadinho d'Oeste, Cujubim, Alto Paraíso, Buritis, Nova Mamoré. Sua população foi estimada pelo IBGE, para o ano de 2020, em 539.354 habitantes, sendo sua densidade demográfica de 12,57 hab./km² segundo o IBGE em 2010 (GUITARRARA, 2023).

De acordo com a autora, o Produto Interno Bruto (PIB) do município, indicado pelo IBGE no ano de 2018, era de cerca de R\$ 16,64 bilhões, classificando-se como um dos maiores da Região Norte e ocupando a 59ª colocação entre as cidades brasileiras. A maior parte de sua economia tem origem no Setor Terciário (serviços e comércio), representando aproximadamente 45,87% do seu PIB. O Setor Secundário responde por 26,56%, enquanto a agropecuária representa 4,03%. Além dessas, o extrativismo mineral e vegetal, bem como a atividade pesqueira, destacam-se como fontes de renda do município (GUITARRARA, 2023).

Figura 1-Mapa Político do Município de Porto Velho, RO



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Velho

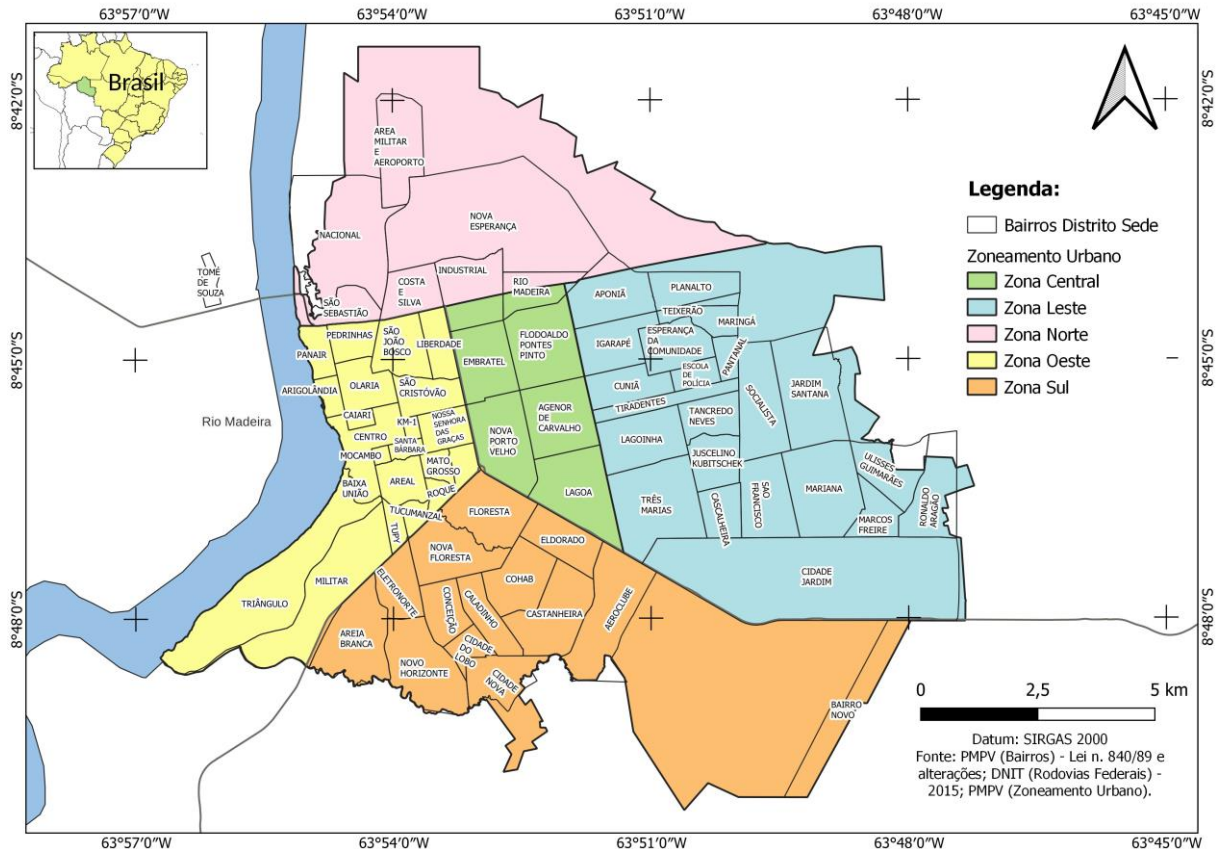
A Figura 1 ilustra a área territorial do município de Porto Velho e a posição deste estado no território nacional. Outrossim, a Figura 2 apresenta a divisão do Município de acordo com zonas para o seu planejamento administrativo.

Dessa forma, na Figura 1 é possível observar a extensão territorial do município, localizado ao norte do estado de Rondônia, fazendo fronteira com a parte sul do estado do Amazonas. Além disso, nota-se no mapa as localidades do município que fazem fronteira com o Estado Plurinacional da Bolívia.

No mapa representado na Figura 1, é ilustrada a localização geográfica dos municípios de Rondônia que são vizinhos de Porto Velho.

Diferindo-se as Figuras 1 e 2, por a primeira retratar os aspectos geográficos do município de Porto Velho, enquanto a segunda se concentra nos aspectos administrativos de sua região urbana, detalhando as divisões geográficas da cidade para fins de planejamento governamental.

Figura 2- Mapa Municipal por Zonas de Planejamento Administrativo



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Velho

As divisões representadas na Figura 2 são úteis para compreender a dispersão socioeconômica e geográfica da população do município. Essas informações são relevantes para as discussões nesta pesquisa. As quais podem ser adicionados os gastos orçamentários destinados aos jovens no município de Porto Velho, conforme previsto no Anexo VIII - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo Função, Subfunção, Programa e Grupo de Despesa – Administração Direta e Indireta, da Lei nº 2998, de 19 de dezembro de 2022, Lei Orçamentária Anual/2023 do município de Porto Velho. O que permitirá uma análise mais completa sobre a utilização dos dados coletados durante a seleção do serviço militar para subsidiar as políticas públicas formuladas para os jovens no município de Porto Velho, RO.

3.1 Gastos Orçamentários para os Jovens no Município de Porto Velho-RO

Sousa (2008) ensina que o modelo orçamentário existente no Brasil, graças à Constituição Federal de 1988, é estruturado em: Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Dessa forma, o autor afirma que o PPA estipula os maiores rumos de nossas políticas públicas, enquanto fixa investimentos que são prioridades e as metas qualitativas e quantitativas. As metas do PPA são desdobradas na LDO, que impõe limitações compatíveis com a situação fiscal anualmente, além de estabelecer quais são as prioridades para o próximo exercício financeiro. Ao final do planejamento orçamentário, é pensada a LOA, que colocará em prática as prioridades definidas, tendo em vista o orçamento disponível (SOUSA, 2008).

Assim, segundo a definição contida na Lei nº 2998, de 19 de dezembro de 2022, sua finalidade foi a de estimar as Receitas e fixar as Despesas do Município de Porto Velho no exercício financeiro de 2023.

Além disso, Fonseca et al. (2013) informam que a adolescência é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o período que abrange dos 10 aos 20 anos, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a classifica como o intervalo dos 12 aos 18 anos de idade. Apesar da pequena diferença temporal entre a perspectiva internacional e a legislação nacional, os autores destacam que a adolescência é um período caracterizado por descobertas e considerável instabilidade emocional, desempenhando um papel crucial na formação da personalidade do indivíduo.

Nesse contexto, os governantes e a sociedade como um todo devem dispor especial atenção a esse momento de mudança para vida adulta, em que ocorrem decisões biológicas, sociais e, principalmente, psicológicas para toda a vida. Destarte, as políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes devem possuir uma especial atenção, tanto em relação aos recursos disponibilizados quanto ao correto planejamento e emprego desses recursos.

O artigo 221 da Constituição Federal traz a previsão da garantia da política de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, informando que serão feitas com a articulação de ações não governamentais e governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Destarte, a fim de haver pertinência entre essas políticas públicas e as demandas prioritárias da juventude; uma exigência básica é o conhecimento da real situação destes cidadãos em relação a suas necessidades, principalmente no que tange os fatores que influenciam em seu desenvolvimento, como a saúde, a educação e o lazer, entre outros (FONSECA et al., 2013).

Deste modo, a Lei Orçamentária Anual de 2023, do município de Porto Velho, planejada no escopo da LDO, informa em seu artigo 9º que a legislação também é composta de anexos; dos quais se destaca o anexo VIII para composição deste trabalho: “Anexo VIII - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo a Função, Subfunção, Programa e Grupo de Despesa – Administração Direta e Indireta”. Do qual, exemplificativamente, foram extraídos

alguns programas, voltados diretamente aos jovens e adolescentes, ou relacionados à saúde, educação, lazer, esporte, saneamento básico e combate às drogas, áreas ligadas ao desenvolvimento dos jovens portovelhenses, conforme os interesses a serem alcançados por esta pesquisa, postos nos quadros a seguir:

Quadro 4- Programas relativos à Assistência Social

Função	Subfunção	Programa	Despesa (R\$ 1,00)
Assistência Social	Assistência à Criança e ao Adolescente	Apoiar os Serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	123.490
		Fortalecer o Sistema Municipal de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	860.734
Total			984.224

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO: www.portovelho.ro.gov.br, visitado em: 7 abr 23

Quadro 5-Programa relativo ao combate às drogas

Função	Subfunção	Programa	Despesa (R\$ 1,00)
Assistência Social	Assistência Comunitária	Combate ao Uso e Oferta de Drogas	620.515
Total			620.515

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO: www.portovelho.ro.gov.br, visitado em: 7 abr 23

Quadro 6-Programas relativos à Saúde Pública

Função	Subfunção	Programa	Despesa (R\$ 1,00)
Saúde	Atenção Básica	Atenção Básica Mais Perto de Você	50.112.858
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Integração das Redes de Atenção à Saúde	46.203.655
	Suporte Profilático e Terapêutico	Medicamento Consciente	8.885.000
	Vigilância Sanitária	Vigilância Em Saúde	500.000
	Vigilância Epidemiológica	Vigilância Em Saúde	13.891.000
Total			119.592.513

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO: www.portovelho.ro.gov.br, visitado em: 7 abr 23

Quadro 7-Programas Relativos ao Ensino Público

Função	Subfunção	Programa	Despesa (R\$ 1,00)
Educação	Administração Geral	Educação de Jovens e Adultos	7.310.297
	Ensino Fundamental	Qualidade no Ensino Fundamental	321.052.429
	Educação Infantil	Primeira Infância	87.484.571
	Educação de Jovens e Adultos	Educação de Jovens e Adultos	962.102
Total			416.809.399

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO: www.portovelho.ro.gov.br, visitado em: 7 abr 23

Quadro 8-Programa Relativo ao Saneamento Básico

Função	Subfunção	Programa	Despesa (R\$ 1,00)
Saneamento	Saneamento Básico Urbano	Urbanizar	12.918.584
Total			12.918.584

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO: www.portovelho.ro.gov.br, visitado em: 7 abr 23

Quadro 9-Programas Relativos ao Desporto e Lazer.

Função	Subfunção	Programa	Despesa (R\$ 1,00)
Desporto e Lazer	Desporto Comunitário	Talentos do Futuro	2.150.000
		Porto Velho em Movimento	1.010.000
	Lazer	Qualidade de Vida	60.000
Total			3.220.000

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO: www.portovelho.ro.gov.br, visitado em: 7 abr 23

Quadro 10-Programas Relativos à Infraestrutura Urbana.

Função	Subfunção	Programa	Despesa (R\$ 1,00)
Urbanismo	Infraestrutura Urbana	Urbanizar	75.620.724
Urbanismo	Infraestrutura Urbana	Infraestrutura Urbana	5.996.184
Urbanismo	Infraestrutura Urbana	Manutenção e Desenvolvimento dos Espaços Públicos	1.404.796
Total			83.021.704

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO: www.portovelho.ro.gov.br, visitado em: 7 abr 23

Desta forma, conforme os ensinamentos de Fonseca et al. (2013), diversos fatores que influenciam na formação da personalidade do cidadão portovelhense, durante sua infância e juventude são abrangidos pelo planejamento da Lei Orçamentária Anual do município de 2023 do município. Os quais são contemplados diretamente ou de forma genérica nos programas destacados anteriormente da lei, com a previsão de gastos públicos de R\$ 554.145.235,00 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais).

Do exposto, aventa-se a perspectiva de que a utilização das informações geradas pela Comissão de Seleção de Porto Velho, conforme demonstrado no item 2.2, possa ser útil na formulação desses programas e na alocação dos recursos públicos. Isso será verificado durante a análise dos dados e dos resultados do trabalho em desenvolvimento.

4 METODOLOGIA

Na metodologia, são demonstrados os procedimentos realizados com o intuito de alcançar o objetivo geral desta pesquisa. Isso inclui o plano de pesquisa e as fontes utilizadas para coletar dados teóricos, bem como a descrição do instrumento de coleta de dados, apresentado como apêndice. Além disso, são abordadas a metodologia adotada, o universo e a amostra utilizada no estudo, assim como os aspectos relacionados aos riscos e benefícios do presente trabalho.

A metodologia é conhecida como o caminho percorrido para a realização de um estudo, fazendo uso de ferramentas de análise e coleta de dados investigados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Esta pesquisa pertence ao campo das Ciências Sociais, especificamente no ramo da Administração Pública, e utiliza uma abordagem quantitativa de natureza aplicada. A teoria de apoio adotada é a Teoria da Política Pública. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, e quanto aos procedimentos, utiliza-se o método de survey.

Segundo Tumelero (2019), o método de pesquisa conhecido como survey é um modo de investigação quantitativa, caracterizado pela coleta de informação e dados de um grupo de indivíduos representativo da população. Com isso, permitindo a extrapolação dos resultados a toda sociedade estudada.

Conforme Mussi et al. (2019), a pesquisa quantitativa tem a pretensão de permitir a determinação de indicadores e tendências existentes na realidade. Em resumo, difere da abordagem aristotélica ao desconfiar sistematicamente de todas as experiências e evidências imediatas, buscando dados representativos e objetivos.

De acordo com Farah (2021), as Teorias de Políticas Públicas se dedicam a esclarecer os motivos por trás da implementação, do sucesso e do fracasso dessas ações. Esse aspecto representa o principal foco do campo de estudo desses programas sociais, um ramo científico que surgiu no final dos anos 60 nos Estados Unidos da América.

Portanto, o caráter desta pesquisa é exploratório, e busca, por meio de um processo estruturado, explorar o objeto atual com o objetivo de fornecer conhecimentos para uma investigação mais confiável. A natureza da presente pesquisa é aplicada, e seu objetivo é demonstrar a utilidade do reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção do Serviço Militar Obrigatório no Município de Porto Velho-RO como subsídio para a formulação de políticas públicas.

O critério utilizado para a classificação socioeconômica nesta pesquisa, como já mencionado, será aquele elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Esse critério foi escolhido devido à sua capacidade de implantação com informações confiáveis, objetivas e disponíveis, bem como por ser conceitual e metodologicamente sólido e de fácil compreensão por pessoas com diferentes níveis de instrução.

Para a aplicação da divisão em estratos socioeconômicos do critério SAE, os valores da renda familiar per capita obtidos para cada classe listada no Quadro 1 serão atualizados até o mês de junho de 2022, utilizando o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo/IBGE, conforme indicado no Quadro 11 a seguir.

Quadro 11-Classificação socioeconômica SAE (junho/2022)

Estratos (ordem decrescente)	Denominação		Renda Per Capita mensal - familiar (R\$ 1,00)
1	Baixa	Extremamente pobre	Até 146
2		Pobre, mas não extremamente pobre	Entre 146 e 293
3		Vulnerável	Entre 294 e 527
4	Média	Baixa classe média	Entre 528 e 798
5		Média classe média	Entre 799 e 1.160
6		Alta classe média	Entre 1.161 e 1.843
7	Alta	Baixa classe alta	Entre 1.844 e 4.485
8		Alta classe alta	Mais de 4.485

Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e IBGE

A população pesquisada foi composta por cerca de 3705 cidadãos alistados para seleção do serviço militar obrigatório no município de Porto Velho-RO, no ano de 2022.

Para cálculo da amostra foi utilizada a fórmula (Silva et al., 1997), colocada a seguir:

$$n = \frac{\frac{z_{\alpha}}{2^2} \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + \frac{z_{\alpha}}{2^2} \cdot p \cdot q} \quad (A)$$

Onde:

n=tamanho da amostra

$\frac{z_{\alpha}}{2^2}$ = valor da distribuição normal padronizada que depende do nível de confiança desejado.

p = proporção de elementos que satisfazem a determinada propriedade.

q = proporção de elementos que não satisfazem a determinada propriedade.

N = tamanho da população.

e = erro amostral estimado.

Assim, definiu-se os parâmetros para o cálculo da amostra, a partir de (A):

Tabela 1-Definição da Amostra.

Tamanho da população	Nível de confiança	Nível de significância	Z	p	q	Erro amostral estimado (e)	Tamanho da amostra calculado
3.705	95%	5%	1,96	0,5	0,5	6%	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

$$n = \frac{(1,96)^2(0,5)^2(3705)}{(0,6)^2(3704) + (1,96)^2(0,5)^2} \approx 255$$

A amostra é probabilística, e a seleção de cada respondente foi realizada de forma sistemática. Portanto, a seleção foi de $3705/255 = 14$. Isso significa que, a cada 14 pessoas que estavam na fila, a 15ª foi escolhida como participante da amostra. O preenchimento do instrumento de coleta de dados foi feito presencialmente pelo entrevistado e aplicado pelo pesquisador ou por aqueles que foram treinados para essa finalidade. No caso em que a 15ª pessoa seguinte não estava disposta a participar voluntariamente da pesquisa, solicitava-se a participação das pessoas subsequentes na fila. No entanto, a contagem para a escolha dos outros participantes continuava na ordem normal.

Para a elaboração deste trabalho e a coleta dos dados necessários para atingir os objetivos, utilizou-se uma ficha de entrevista, um instrumento de coleta estruturado, que está apresentado como apêndice, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido entregue aos participantes.

Durante a presente pesquisa, não houve acesso ao banco de dados do Sistema do Serviço Militar (SERMIL). Portanto, ressalta-se que todos os dados utilizados foram gerados a partir do instrumento de coleta de dados. Esse instrumento foi confeccionado com base nos questionamentos feitos aos alistados durante a seleção, os quais foram extraídos das Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004), 1ª edição, 2012, e do site www.alistamento.eb.mil.br.

Todos os quesitos presentes no instrumento de coleta foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que é responsável por avaliar e acompanhar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos. Este estudo foi submetido ao CEP sob o CAAE: 63765922.3.0000.5300, versão 1, e aprovado pelo Parecer nº 5.717.781.

Outro fator a ser destacado refere-se aos ensinamentos apresentados por Fávero e Belfiore (2017) de que, no último milênio, cinco dimensões têm demarcado a concepção e a disponibilidade de dados, a saber: volume, velocidade, variedade, variabilidade e complexidade.

De acordo com os autores, a primeira dimensão, o volume, tem sua origem no aumento da capacidade digital, o que tem tornado essa dimensão exponencialmente ampliada. O aumento da velocidade com que os dados se tornam disponíveis está diretamente relacionado às modernas formas de coleta, tais como etiquetas eletrônicas e sistemas de radiofrequência, por exemplo. A variedade está relacionada às diversas maneiras pelas quais os dados podem ser obtidos: escritos, indicadores, estudos secundários e discursos. A variabilidade refere-se aos fenômenos intermitentes ou sazonais, que podem ocorrer com grande regularidade, possibilitando a geração de informações diversas para o pesquisador, de acordo com o tratamento aplicado. Já a complexidade advém dos diferentes códigos, intervalos de tempo e critérios pelos quais as fontes de informações são acessadas. Assim, o pesquisador é compelido a ter um eficiente processo de controle e análise integrada para a tomada de decisão com base nos dados gerados em seu trabalho (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Conforme Fávero e Belfiore (2017), essas cinco dimensões só podem ser adequadamente suportadas por meio do aprimoramento de softwares profissionais de análise de dados, como o IBM SPSS Statistics Software® e o Stata Statistical Software®. No presente trabalho, utilizado para processar os dados e desenvolver modelos apropriados, com o objetivo de alcançar seu principal propósito.

4.1 Riscos e Benefícios da Pesquisa

Este estudo emprega técnicas e métodos retrospectivos de pesquisa, nos quais não foi realizada nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas ou sociais dos participantes. Além disso, o questionário utilizado não contém informações de identificação do participante.

Um possível risco seria a ocorrência de vazamento de dados. Para prevenir essas ocorrências, foram adotadas todas as medidas padrão de segurança da informação para evitar qualquer vazamento de informações. Para minimizar os riscos, os dados, após serem coletados e compilados, foram excluídos dos bancos de dados digitais e manipulados apenas por meio de softwares de estatística.

Os benefícios deste estudo residem na tentativa de mitigar os problemas e desafios que afetam os cidadãos de Porto Velho ao atingirem a idade adulta. Ele pode servir como uma fonte de informações socioeconômicas sobre esses jovens, com o objetivo de auxiliar na formulação de possíveis políticas públicas a serem implementadas pelo Município.

5 ANÁLISE SITUACIONAL (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Nesta etapa, são exibidos os resultados alcançados por intermédio do instrumento de coleta utilizado durante a seleção do efetivo de recrutas incorporados nas Forças Armadas no ano de 2023, no município de Porto Velho, Rondônia.

A Análise Situacional demonstra a validade do reaproveitamento dos dados gerados no serviço militar para subsidiar a formulação de políticas públicas para os jovens cidadãos do município de Porto Velho.

Iniciativa que se alinha ao fenômeno global da datificação, o qual, segundo demonstrado pelos estudos de Valente, Neris e Fragoso (2021), descreve o aumento da utilização de dados e como isso influencia na vida social dos cidadãos. Esse fenômeno está cada vez mais sendo empregado nos sistemas mundiais de proteção aos mais socialmente vulneráveis como ferramenta para auxiliar o processo de tomada de decisão das autoridades governamentais.

A apreciação de dados no presente estudo foi realizada, após a avaliação da confiabilidade interna do instrumento de coleta verificada com o teste de Confiabilidade e Consistência Interna, utilizando o Alfa de Cronbach a partir do *software IBM SPSS Statistics Software®*. A escolha pelo coeficiente alfa foi por esse superar a aleatoriedade de outros testes de confiabilidade como a aferição considerada mais simplória de consistência interna, o teste de confiabilidade meio a meio ou *split-half* (MALHOTRA, 2012).

Ainda segundo o autor, o Alfa de Cronbach é caracterizado pela média aferida de todos os coeficientes divididos em metades por metades, extraídos das variadas formas de se decompor os elementos da equivalência. Sua variação ocorre entre 0 e 1, sendo que um valor apresentado igual ou menor que 0,6 demonstra uma confiabilidade de consistência interna insuficiente (MALHOTRA, 2012). A Tabela 2, a seguir, mostra o valor do coeficiente alfa de Cronbach.

Tabela 2-Alfa de Cronbach no IBM SPSS Statistics Software®

Alfa de Cronbach	Quantidade de questões
0,840	51

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Além de exemplificar como os dados gerados na seleção do Serviço Militar podem ser reutilizados, por meio do cruzamento de informações que possam subsidiar a formulação para a implementação de políticas públicas no Município. Ademais, com o objetivo de demonstrar a utilidade dos dados coletados na formulação de políticas governamentais, apresenta-se a

distribuição de recursos estabelecida pela Lei nº 2998, de 19 de dezembro de 2022, nos resultados e discussões da presente pesquisa.

Outrossim, a Lei nº 2998, de 19 de dezembro de 2022, que corresponde à Lei Orçamentária Anual - 2023, para o município de Porto Velho-RO, dispõe em seu Anexo VIII dos gastos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, considerando, entre outros fatores, os programas sociais a serem implementados em benefício da população da capital rondoniense.

Dessa forma, destaca-se que o orçamento total destinado pelo Município para os programas é de 2.351.657.479,00 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e setenta e nove reais).

Desta maneira, relembra-se também que, no presente trabalho, no item "2.4.2 Gastos orçamentários diretamente e indiretamente relacionados a programas voltados para os jovens na Lei nº 2998, de 19 de dezembro de 2022 - Lei Orçamentária Anual do Município de Porto Velho – LOA 2023", foi realizada a seleção, para análise nesta pesquisa, de programas voltados para o desenvolvimento e bem-estar da juventude e dos adolescentes de Porto Velho.

Na análise dos resultados, as informações socioeconômicas e escolares dos entrevistados foram utilizadas como base para o estudo comparativo entre os dados.

5.1 Aspectos Socioeconômicos dos Entrevistados

Conforme mencionado anteriormente, o critério utilizado para a classificação socioeconômica foi o estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), descrito nos estudos do ano de 2016 pelos autores Kamura e Mazzon, por ser conceitual, metodologicamente sólido e de fácil compreensão por todos os graus de instrução. Esse critério utiliza a renda familiar per capita, em valores correntes, como referência para suas diversas categorizações socioeconômicas.

Outrossim, na Lei nº 2998, de 19 de dezembro de 2022 - Lei Orçamentária Anual do Município de Porto Velho-LOA 2023, foi previsto um total de gastos em programas relacionados à assistência social no valor de R\$ 20.258.024,00 (vinte milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e vinte e quatro reais). Entre esses gastos, destacam-se os programas inseridos na subfunção "Assistência à Criança e ao Adolescente", conforme detalhado no 2.4.2 desta pesquisa, os quais garantem um investimento de R\$ 984.224,00 (novecentos e oitenta e quatro mil e duzentos e vinte e quatro reais).

Dessa forma, os cruzamentos a seguir fornecem informações sobre as condições socio-econômicas e sua influência sobre outros fatores significativos na vida dos jovens de Porto Velho quando atingem a idade adulta.

No Gráfico 1, pode-se observar uma predominância de voluntários, com aproximadamente 67% dos jovens entrevistados manifestando o desejo de se incorporar ao serviço armado brasileiro ao atingirem a idade adulta.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O Tabela 3 apresenta a quantidade de jovens voluntários para o serviço militar e a influência da renda per capita familiar. Observa-se que aproximadamente 41% dos jovens classificados de extremamente pobres a vulneráveis declaram-se voluntários para o serviço militar. Portanto, quanto mais vulnerável, ou seja, quanto menor a renda per capita da família do alistado, maior é a propensão dele a se voluntariar para as Forças Armadas.

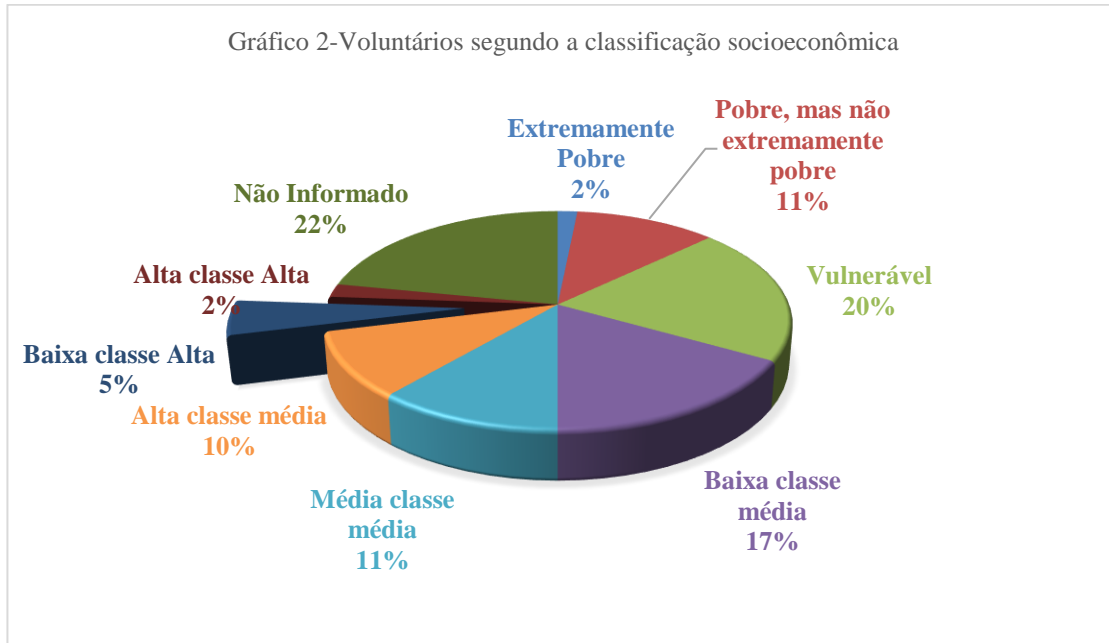
Tabela 3-Voluntários e não voluntários segundo a classe econômica

Especificação	Voluntário					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informou	
Extremamente pobre	4	2	-	-	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	24	14	5	6	-	29
Vulnerável	42	24	10	13	1	53
Baixa classe média	33	19	10	13	-	43
Média classe média	17	10	12	15	1	30
Alta classe média	13	8	12	15	-	25
Baixa classe alta	4	2	9	11	-	13
Alta classe alta	1	0,6	4	5	-	5

Especificação	Voluntário					Total
	Sim	Participação%	Não	Participação%	Não informou	
Não Informado	34	20	17	22	2	53
Total	172	100	79	100	4	255

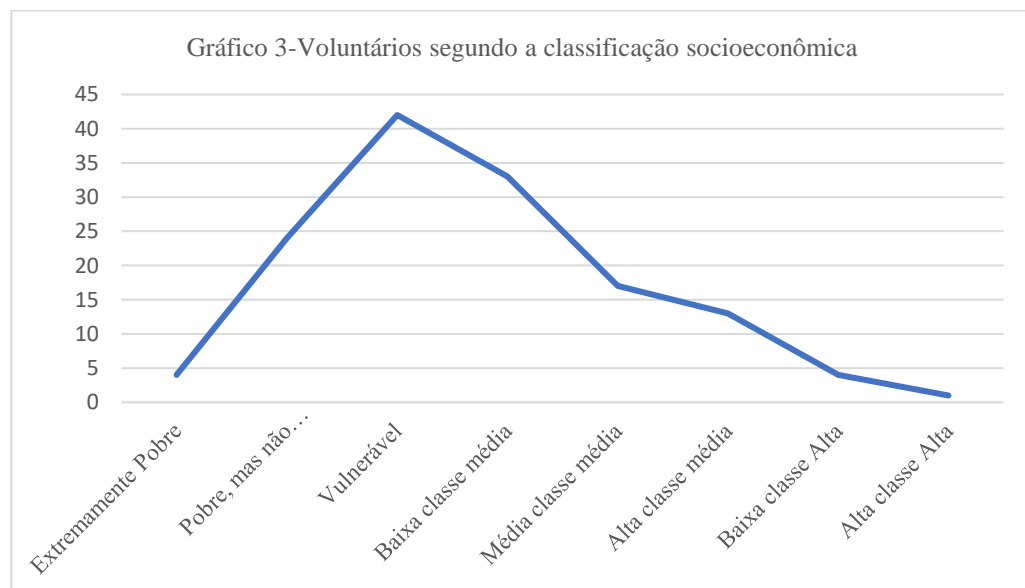
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No Gráfico 2, é possível observar tanto voluntários como não voluntários, incluindo aqueles que não informaram sua classificação socioeconômica.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No Gráfico 3, tem-se apenas os voluntários, excluindo-se não voluntários e quem não informou.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Nesta análise, nota-se, no Gráfico 3, que os cidadãos menos abastados entendem o serviço militar obrigatório como uma oportunidade de melhoria socioeconômica. Isso é semelhante ao que foi observado no estudo dos anos de 2017 e 2018, com os recrutas incorporados ao Batalhão de Infantaria Especial do Rio de Janeiro (BINFAE-RJ), da Força Aérea (SOARES et al., 2018). Assim, pode-se inferir que existe uma carência de programas mais eficazes voltados para a melhoria socioeconômica dos jovens portovelhenses mais vulneráveis no município.

Outro fenômeno observável nos Gráficos 2 e 3 é que, apesar de todas as mudanças e aprimoramentos ao longo do tempo, desde a época do Império até os dias atuais, o serviço militar continua sendo rejeitado pelas classes mais privilegiadas.

Fato que corrobora o estudo de Carvalho (2020), o qual informou que durante o Império, o serviço militar, marcado pela prática de humilhações e maus-tratos, era rejeitado principalmente pelas classes mais abastadas.

O autor também afirmou na pesquisa mencionada que mesmo após as modificações decorrentes da Guerra da Tríplice Aliança, quando o sistema de sorteio foi introduzido, o serviço militar não despertava interesse na sociedade daquela época. Em relação a essa parte do estudo, percebe-se uma mudança nos pensamentos atuais.

Dessa forma, os Gráficos 2 e 3 também refletem o interesse da sociedade atual em relação ao serviço militar. Agora, ele é alvo do desejo da maioria da sociedade, especialmente dos cidadãos mais carentes, devido às oportunidades socioeconômicas oferecidas.

Os fatos descritos nos parágrafos anteriores reforçam a necessidade de formular políticas públicas para os jovens cidadãos mais vulneráveis, inclusive explorando o potencial do serviço militar como um meio de melhoria de vida para aqueles incorporados às Forças Armadas.

Quando perguntado se possuem filhos, aproximadamente 4% responderam que sim, conforme pode ser observado no Tabela 4.

Tabela 4-Filhos segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Tem filhos					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informou	
Extremamente pobre	-	-	4	100	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	1	3	28	97	-	29
Vulnerável	4	2	49	92	-	53
Baixa classe média	3	7	39	91	1	43
Média classe média	-	-	30	100	-	30
Alta classe média	1	4	24	96	-	25

Especificação	Tem filhos					Total
	Sim	Participação%	Não	Participação%	Não informou	
Baixa classe alta	1	8	12	92	-	13
Alta classe alta	-	-	5	100	-	5
Não Informado	-	-	52	98	1	53
Total	10	4	243	95	2	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Ao observar a relação entre aqueles que possuem filhos, percebe-se que essa variável apresenta variações ocasionais entre os entrevistados, e não se observa influência da renda na precocidade da paternidade. Dessa forma, foi notado apenas um percentual maior de cidadãos com filhos nas classes baixa classe média e baixa classe alta, que correspondem a 7% e 8%, respectivamente. Além disso, no contexto geral, 4% da população entrevistada possui filhos. Diante do exposto, fica evidente a necessidade de concentrar esforços semelhantes em todas as classes socioeconômicas, com o objetivo de implementar políticas públicas voltadas para a educação sexual e a redução da gravidez precoce.

No Tabela 5, ao analisar os respondentes que já foram presos pela polícia em algum momento de suas vidas e as diferentes estratificações socioeconômicas, observa-se uma variação arbitrária nos percentuais nas várias esferas sociais.

Tabela 5-Já foi preso ou detido pela polícia segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Preso ou detido					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informou	
Extremamente pobre	1	25	3	75	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	1	3	28	97	-	29
Vulnerável	1	2	46	87	6	53
Baixa classe média	2	5	40	93	1	43
Média classe média	2	7	28	93	-	30
Alta classe média	-	-	24	96	1	25
Baixa classe alta	-	-	13	100	-	13
Alta classe alta	-	-	5	100	-	5
Não Informado	3	6	47	89	3	53
Total	10	4	234	92	11	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Cidadãos pertencentes às faixas sociais que estão entre os pobres, mas não vivem em extrema pobreza, e aqueles da classe média variaram de 2% a 7%, sem apresentar crescimento

ou decréscimo em relação ao aumento do poder econômico familiar. As classes mais abastadas, incluindo aquelas acima da alta classe média, não registraram prisões entre seus membros.

Por outro lado, os cidadãos em extrema pobreza apresentaram um percentual muito mais elevado em relação às demais classes, com 25% deste público específico já tendo sido preso pelas autoridades de segurança pública.

Isso reforça a necessidade esperada de políticas públicas específicas que criem oportunidades para os cidadãos pertencentes à classe social mais carente, com o objetivo de melhorar suas condições de vida.

No entanto, as porcentagens apresentadas nas classes socioeconômicas não vulneráveis demonstram a necessidade de um estudo mais aprofundado das causas desse problema. Além disso, elas indicam que a vulnerabilidade econômica não é o único foco a ser tratado pelos programas que buscam reduzir os ilícitos.

Salienta-se também que, em relação aos jovens do sexo masculino, especialmente os negros, um estudo do Ministério da Saúde de 2011, já mencionado nesta pesquisa, revela que eles representam um alto percentual das vítimas de homicídios no país.

Nesse contexto, o estudo aponta que 52,7% das vítimas de homicídios eram jovens, sendo que 71,5% eram pretos ou pardos e 93,04% eram do sexo masculino. Isso reforça a necessidade de programas cuidadosamente elaborados para afastar a população foco desta pesquisa da criminalidade e, por conseguinte, da violência.

Essas informações encontram ressonância no estudo de Honorato (2021), que aponta o jovem, em todo o planeta, como um cidadão com propensão a problemas sociais relacionados à violência, falta de participação na sociedade, desrespeito à ordem vigente e exposição de problemas das diversas sociedades.

Quando questionados sobre experiência profissional, destaca-se que, de maneira geral, o número de jovens com experiência profissional e aqueles que não a possuem é bastante semelhante no Município, sendo que 47% já possuem experiência profissional e 49% não a têm (Tabela 6).

Tabela 6-Experiência profissional segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Experiência profissional					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informou	
Extremamente pobre	2	50	2	50	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	16	55	12	41	1	29
Vulnerável	19	36	28	53	6	53
Baixa classe média	23	53	18	42	2	43

Especificação	Experiência profissional					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informou	
Média classe média	18	60	12	40	-	30
Alta classe média	14	56	11	44	-	25
Baixa classe alta	5	38	7	54	1	13
Alta classe alta	1	20	4	80	-	5
Não Informado	22	1	30	57	1	53
Total	120	46	124	55	11	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Este dado demonstra que quase metade dos jovens entrevistados já realizou alguma atividade laboral durante a sua infância ou adolescência. Dessa forma, demonstrando a persistência desse aspecto negativo em relação ao trabalho infantil em Porto Velho, que foram abordados nesta dissertação e pesquisados pelo IBGE no Censo de 2010. Na mencionada pesquisa do IBGE, constatou-se que 7,9% da população infantil e de adolescentes, com idades entre 10 e 15 anos, na cidade estavam envolvidos em relação de trabalho.

Por outro lado, a variação da experiência profissional por estratos sociais apresentou uma participação percentual aleatória entre as classes. Vale destacar que apenas 20% dos entrevistados da classe mais alta possuíam experiência profissional, enquanto na média classe média, esse número chegou a 60% dos entrevistados com experiência.

Assim, os dados apresentados na Tabela 6, em conjunto com os estudos apresentados no referencial teórico deste trabalho, principalmente em relação à pesquisa realizada pelo IBGE no Censo de 2010, demonstram que um alto índice de jovens cidadãos é exposto ao trabalho antes de chegarem à idade adulta em Porto Velho, permitindo inferir haver ineficiência nos programas municipais voltados para o combate ao trabalho infantil.

Capela (2018), em seus estudos, reforça a utilidade dos conhecimentos coletados por intermédio da comparação de dados apresentados na Tabela 6, ao informar que os problemas sociais deveriam ser resolvidos por meio de conhecimentos apropriados e técnicas específicas. O autor mencionou que, no século XIX, durante o processo de racionalização do Estado, com base nos ensinamentos das ciências naturais, buscou-se investigar quais eram os problemas de natureza social, a fim de tomar decisões governamentais que promovessem a formulação das soluções mais adequadas para as mazelas existentes na sociedade.

Nesse contexto, verifica-se que cerca de metade dos jovens cidadãos entrevistados possuem experiência profissional, o que realça a necessidade de adquirir conhecimentos apropriados para que políticas e técnicas específicas possam ser implementadas, conforme descreve o

supramencionado autor em seu trabalho, a fim de solucionar o alto índice de trabalho de crianças e adolescentes que persiste na capital rondoniense.

Portanto, os dados da Tabela 6 demonstram informações que podem ser utilizadas na formulação para enfrentar o trabalho infantojuvenil. Verifica-se que não só a vulnerabilidade econômica deve ser o foco dos programas que visem combater o trabalho ilegal de crianças e adolescentes na cidade, considerando o alto percentual de jovens com experiência laboral em diversas classes sociais.

Do exposto, observa-se a necessidade de programas municipais voltados a todas as classificações socioeconômicas para o combate à inserção no mercado desses jovens, em condições não previstas na legislação trabalhista brasileira.

Aventando-se como um dos exemplos, a ser seguido pelo Município, o Programa de Aprendizagem Profissional, do Ministério do Trabalho, descrito no 2.6 do referencial teórico.

A Tabela 7, a seguir, mostra as atividades desenvolvidas pelos respondentes.

Tabela 7-Atividades profissionais e/ou educacionais segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Atividades					Total
	Trabalha	Estuda	Trabalha e estuda	Não estuda e não trabalha	Não informou	
Extremamente pobre	-	1	2	1	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	6	14	6	3	-	29
Vulnerável	10	32	4	2	5	53
Baixa classe média	4	21	14	2	2	43
Média classe média	5	19	4	1	1	30
Alta classe média	6	13	6	-	-	25
Baixa classe alta	3	3	5	2	-	13
Alta classe alta	1	4	-	-	-	5
Não Informado	10	31	8	2	2	53
Total	45	138	49	13	10	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

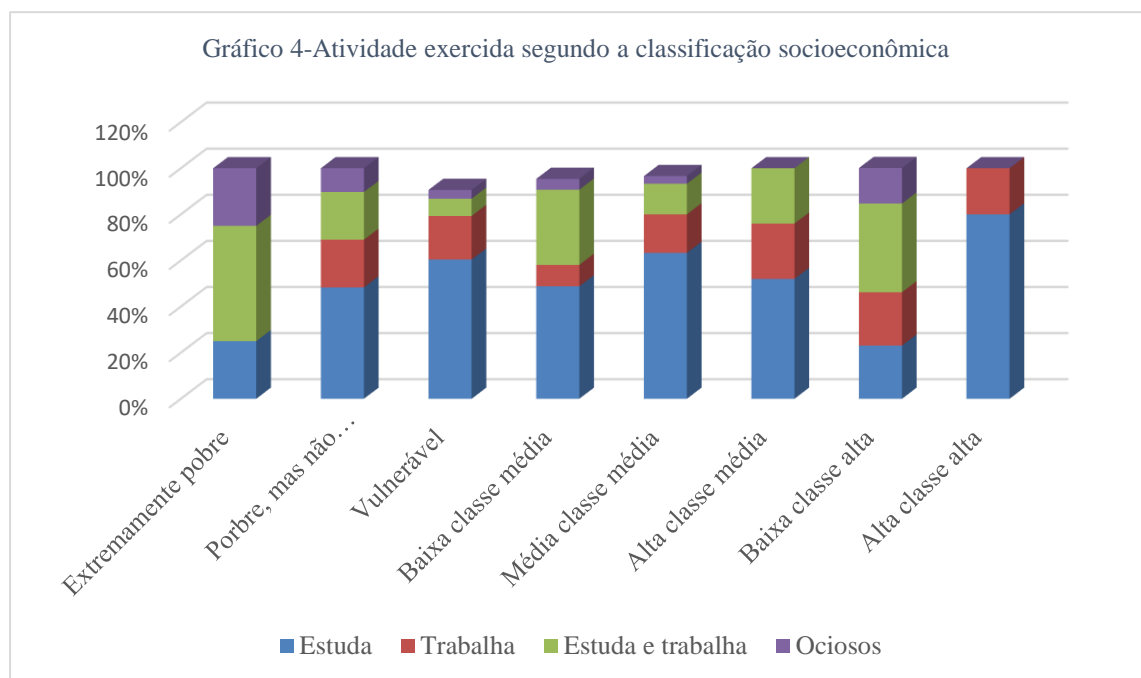
No que se refere às atividades exercidas pelos cidadãos entrevistados com as diversas relacionado classes socioeconômicas utilizadas como base deste estudo, destaca-se a informação de que o maior percentual, 80%, dos que somente estudam pertence à alta classe alta. Isso é, naturalmente, uma condição esperada devido à situação socioeconômica mais privilegiada desses jovens, que permite à família não depender de sua ajuda para o sustento.

Por outro lado, entre os que apenas trabalham, observou-se uma variação pouco acentuada nas classes socioeconômicas, com destaque para os extremamente pobres, onde não houve nenhum entrevistado nessa situação.

No grupo dos que trabalham e estudam, os cidadãos que vivem em extrema pobreza possuem o maior percentual, que é de 50%, dentro da classificação socioeconômica. Por outro lado, as demais classes apresentam variações de percentuais eventuais, não se observando uma influência socioeconômica clara na decisão de exercer ambas as atividades.

No grupo dos cidadãos ociosos, ou seja, aqueles que não estudam e não trabalham, também se observa uma participação percentual arbitrária dentro das classes econômicas. Nesse caso, a classe de extrema pobreza apresenta o maior índice, que é de 25% entre os entrevistados.

De forma geral, conforme pode ser visualizado no Gráfico 4, dos entrevistados que responderam, nota-se que pouco mais da metade apenas estuda, 54%; 20% estudam e trabalham; 17% apenas trabalham e 5% estão ociosos, não exercendo nenhuma das duas atividades.



Pode-se inferir que existe uma necessidade especial de programas assistenciais do Município voltados para os 20% que exercem ambas as atividades, com o objetivo de evitar que o trabalho crie obstáculos para a continuidade de seus estudos; para os 17% que só trabalham, visando facilitar o retorno aos estudos; e para os 5% ociosos, buscando sua inserção escolar e o aumento de suas oportunidades no mercado de trabalho.

Por outro lado, a Tabela 8 mostra que a porcentagem da população que já fez uso de drogas não mostra um comportamento regular quando observadas as diversas classificações socioeconômicas. Não se observa influência do poder econômico familiar na propensão à utilização de narcóticos por parte dos jovens pesquisados.

Tabela 8-Utilização de droga segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Usuários					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não Informado	
Extremamente Pobre	-	-	4	100	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	4	14	25	86	-	29
Vulnerável	9	17	39	74	5	53
Baixa classe média	5	12	37	86	1	43
Média classe média	-	-	30	100	-	30
Alta classe média	2	8	23	92	-	25
Baixa classe alta	2	15	11	85	-	13
Alta classe alta	-	-	5	100	-	5
Não informado	11	21	42	79	-	53
Total	33	13	216	85	0	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como aspecto geral, 13% dos entrevistados admitiram já terem experimentado algum tipo de entorpecente, enquanto 85% disseram nunca ter utilizado.

Essa informação vai ao encontro dos estudos de Lima e D'ascenzi de 2013, pois pode ser utilizada, especialmente na primeira fase do ciclo de políticas públicas voltadas para o combate às drogas, conhecida como formulação. Os citados estudiosos dividiram o ciclo de políticas públicas em fases: formulação, implementação e avaliação. Relembrando que a formulação foi descrita, nesta pesquisa, como a etapa de definição e escolha dos problemas que devem ser solucionados pelo Estado.

Dessa forma, as informações da Tabela 8 podem ser úteis para um uso mais eficiente dos R\$ 620.515,00 (seiscentos e vinte mil e quinhentos e quinze reais) apresentados no Quadro 6 deste trabalho, reservados pela Prefeitura Municipal para o Programa de Combate ao Uso e Oferta de Drogas, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de Porto Velho para o ano de 2023.

A Tabela 8 mostra que o combate ao uso dessas substâncias deve ser formulado para todas as classificações socioeconômicas, não havendo uma demanda especial que exija um foco específico em cidadãos de uma classe determinada.

Quanto à utilização de bebidas alcoólicas, percebe-se uma variação ocasional nas participações percentuais em cada classe. Dessa forma, não se nota uma influência relevante da renda familiar na utilização de bebidas alcoólicas pelos entrevistados. A exceção é o percentual apresentado pelos entrevistados em situação de extrema pobreza, que é igual a 50%, como mostrado a seguir na Tabela 9.

Tabela 9- Uso de bebida alcoólica segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Usuários					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não Informado	
Extremamente Pobre	2	50	2	50	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	4	14	25	86	-	29
Vulnerável	13	25	35	66	5	53
Baixa classe média	9	21	33	77	1	43
Média classe média	2	7	28	93	-	30
Alta classe média	2	8	23	92	-	25
Baixa classe alta	3	23	10	77	-	13
Alta classe alta	1	20	4	80	-	5
Não informado	13	25	39	74	1	53
Total	49	19	199	78	7	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No aspecto geral, nota-se que 19% dos entrevistados fazem uso de bebidas alcoólicas, enquanto 78% afirmam não o fazer. Além disso, 3% não responderam a esta pergunta. Isso indica que o combate ao uso excessivo dessa substância deve ser encarado pela Prefeitura como um problema presente em todas as classes sociais. Destaca-se o percentual apresentado pelos jovens que se encontram em situação de extrema pobreza, os quais necessitam de uma atenção mais intensa durante a formulação de políticas e programas voltados para o enfrentamento do alcoolismo.

A Tabela 10 mostra a relação entre a classificação socioeconômica e o ato de fumar.

Tabela 10-Fumantes segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Fumantes					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Extremamente Pobre	-	-	4	100	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	5	17	24	83	-	29
Vulnerável	4	8	44	83	5	53
Baixa classe média	2	5	39	91	2	43
Média classe média	-	-	30	100	-	30
Alta classe média	-	-	25	100	-	25
Baixa classe alta	-	-	13	100	-	13
Alta classe alta	-	-	5	100	-	5
Não informado	7	13	44	83	2	53
Total	18	7	228	89	9	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A utilização de cigarro varia aleatoriamente nos percentuais internos das classes socioeconômicas abaixo da média classe média. Destaque para os pobres, mas não extremamente pobres, com 17% de fumantes.

Um fator interessante é que os cidadãos das mais altas classes sociais apresentaram índices extremamente baixos de fumantes, não havendo nenhum entre os entrevistados acima da baixa classe média. Isso ressalta a necessidade de planejamentos de programas antitabagismo com maior foco na população da baixa classe média e daqueles abaixo dessa classificação socioeconômica.

De um modo geral, percebe-se que o fator classificação socioeconômica não se mostrou relevante para o uso dessas substâncias prejudiciais à saúde. Fato que não diminui a necessidade de prestar atenção a essas substâncias, considerando que 13% dos entrevistados já utilizaram entorpecentes, 19% consomem bebidas alcoólicas e 17% são fumantes.

É relevante notar que, ao analisar os ensinamentos de Bizzarria et al. (2022), inseridos neste estudo, os dados apresentados nas Tabelas 8, 9 e 10 se tornam ainda mais alarmantes quanto à necessidade da presença do Estado durante o período infantojuvenil de seus cidadãos. Segundo os mesmos, essa fase da vida é marcada por mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais, que podem estar associadas a comportamentos de risco, como o uso de cigarro,

consumo excessivo de bebidas alcoólicas, má alimentação, sedentarismo e maior propensão a situações críticas ou violentas, acidentes e doenças sexualmente transmissíveis.

Deste modo, os percentuais levantados demonstram o esforço que o Município deve empreender na formulação de políticas públicas contra esses tipos de substâncias prejudiciais utilizadas pelos jovens.

Observa-se na Tabela 11 que o percentual de entrevistados já afetados pela malária dentro de cada classificação socioeconômica varia de forma aleatória.

Tabela 11-Contraíram Malária por classificação socioeconômica

Especificação	Contraíram Malária					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Extremamente pobre	-	-	3	75	1	4
Pobre, mas não extremamente pobre	5	17	19	66	5	29
Vulnerável	8	15	35	66	10	53
Baixa classe média	5	12	31	72	7	43
Média classe média	4	13	20	67	6	30
Alta classe média	5	20	18	72	2	25
Baixa classe alta	-	-	13	100	-	13
Alta classe alta	1	20	4	80	-	5
Não informado	8	15	39	74	6	53
Total	36	14	183	71	37	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Destarte, infere-se que não há influência do fator socioeconômico sobre o aumento da exposição do entrevistado aos vetores transmissores da doença no município de Porto Velho, tornando-se um fator de pouca relevância no planejamento do combate à doença. Verifica-se também na mesma Tabela 11 que 14% do total dos entrevistados já foram contaminados pela doença no Município.

Em relação à covid-19, nota-se uma modificação pouco acentuada entre os percentuais nos estratos socioeconômicos (Tabela 12).

Tabela 12-Contraíram Covid-19 por classificação socioeconômica

Especificação	Contraíram Covid-19					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Extremamente pobre	1	25	2	50	1	4
Pobre, mas não extremamente pobre	9	31	15	52	5	29
Vulnerável	13	25	31	59	9	53
Baixa classe média	11	26	25	58	7	43
Média classe média	11	37	13	43	6	30
Alta classe média	8	32	15	60	2	25
Baixa classe alta	3	23	10	77	-	13
Alta classe alta	4	80	1	20	-	5
Não informado	18	36	28	53	7	53
Total	78	30	140	55	37	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No entanto, observa-se uma exceção no que diz respeito ao acometimento da doença entre os entrevistados pertencentes à classe mais alta, a alta classe alta, onde houve um percentual significativo de acometidos pela doença, atingindo 80%, em contraste com o percentual médio do Município de 31%. Isso ressalta a necessidade de uma análise mais aprofundada das causas desse desvio diagnóstico na classe mais alta, a fim de desenvolver um planejamento mais eficaz de políticas públicas contra a doença e suas possíveis futuras cepas.

Este fato mencionado no parágrafo anterior, ao analisar as informações da Tabela 12, está alinhado com os ensinamentos apresentados no referencial teórico de Delaney e Karpati (2019) sobre a importância da coleta de dados relacionados aos problemas sociais na área da saúde.

Para os autores, a tomada de decisão no setor deve ser fundamentada em dados de alta qualidade, destacando que sem informações completas, precisas e oportunas, as autoridades públicas de saúde ficam limitadas em suas capacidades de buscar as melhores opções para aprimorar programas. O que reforça a necessidade mencionada de estudos sobre o problema apresentado pelo covid-19, particularmente em relação ao seu comportamento na classe social mais alta.

A Tabela 13 apresenta os resultados quando os entrevistados foram questionados se têm acesso a atendimento odontológico, de acordo com a classificação socioeconômica.

Tabela 13-Já passaram por atendimento odontológico segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Atendimento Odontológico					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Extremamente pobre	3	75	1	25	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	26	90	3	10	-	29
Vulnerável	34	64	14	26	5	53
Baixa classe média	32	74	10	23	1	43
Média classe média	27	90	3	10	-	30
Alta classe média	23	92	2	8	-	25
Baixa classe alta	10	77	3	23	-	13
Alta classe alta	5	100	-	-	-	5
Não informado	45	85	8	15	-	53
Total	205	80	44	17	-	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em relação aos cidadãos que já receberam atendimento odontológico, observa-se uma variação ocasional nas concentrações dentro de seus respectivos grupos socioeconômicos. Portanto, não se evidencia uma influência significativa do poder econômico no acesso aos serviços odontológicos no Município. Destaca-se que aproximadamente 80% dos cidadãos entrevistados já tiveram acesso a algum tipo de serviço odontológico.

Com base no exposto, é crucial que as políticas públicas relacionadas à saúde continuem a manter uma rede de atendimento odontológico de qualidade para atender à população.

Na Tabela 14, a seguir, encontram-se as informações fornecidas pelos entrevistados sobre o acesso a planos de saúde. Observa-se que apenas 17% dos entrevistados responderam positivamente, enquanto 80,8% não possuem os mencionados planos.

Tabela 14-Possuidores de plano de saúde segundo a classificação socioeconômica

Especificação	Possuidores de Plano de Saúde					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Extremamente pobre	-	-	4	100	-	4

Especificação	Possuidores de Plano de Saúde					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não Informou	
Pobre, mas não extremamente pobre	3	10	26	90	-	29
Vulnerável	4	8	44	83	5	53
Baixa classe média	4	9	38	88	1	43
Média classe média	5	17	25	83	-	30
Alta classe média	8	32	17	68	-	25
Baixa classe alta	3	23	10	77	-	13
Alta classe alta	4	80	1	20	-	5
Não informado	11	21	41	77	1	53
Total	42	17	206	81	7	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em relação à análise entre os detentores de plano de saúde e a classificação socioeconômica, observa-se que o percentual de associados aumenta à medida que o estrato socioeconômico cresce. No entanto, as classificações "pobre, mas não extremamente pobre" e "baixa classe alta" se destacam por não seguir esse aumento no percentual de detentores de planos de saúde à medida que a classificação socioeconômica dos entrevistados sobe.

Conclui-se assim, que a grande maioria dos entrevistados depende do sistema de saúde pública. Além disso, conforme era esperado e apesar das flutuações observadas, as classes menos favorecidas apresentam os maiores índices de dependência do Estado em relação ao acesso à saúde.

5.2 Respondentes e o Nível de Escolaridade

A previsão de verbas públicas destinadas a programas relacionados à educação na LOA-2023 de Porto Velho, Rondônia, é de R\$ 416.809.399,00 (quatrocentos e dezesseis milhões, oitocentos e nove mil, trezentos e noventa e nove reais).

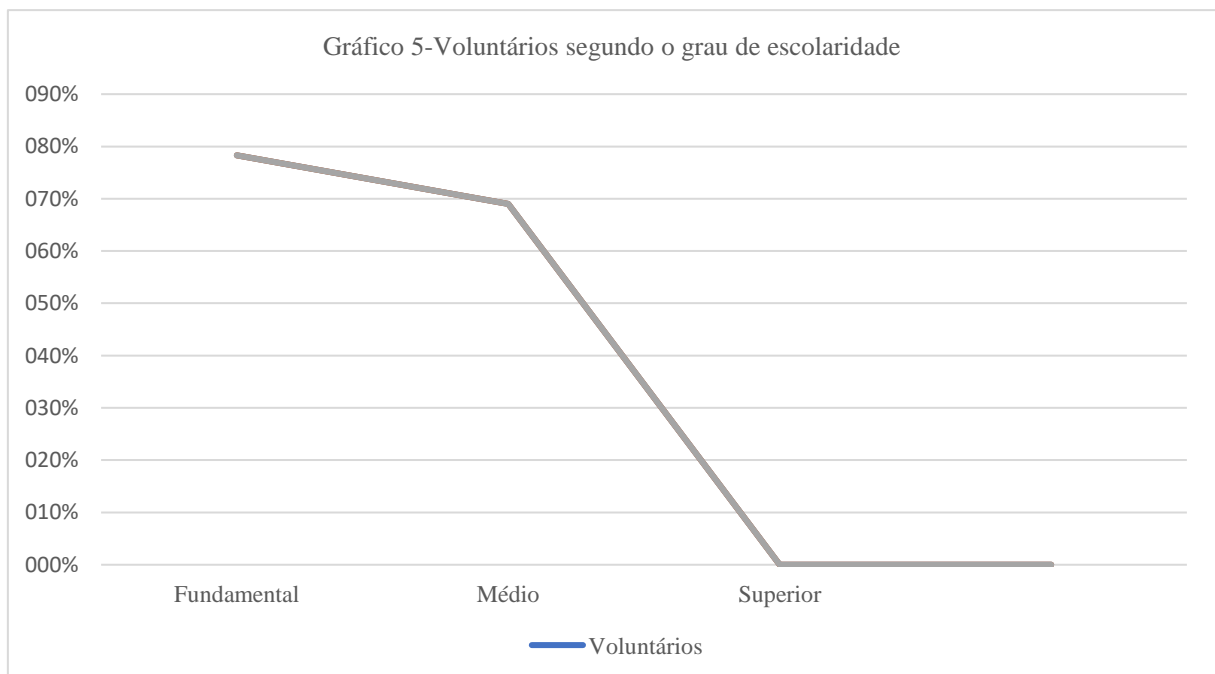
Na continuação do estudo, foram realizados cruzamentos com os demais quesitos selecionados para verificar como eles influenciam e são influenciados pelo tempo de estudo dos jovens. Desse modo, na Tabela 15 é mostrada a redução no índice de voluntários para o serviço militar à medida que o tempo de estudo do entrevistado aumenta.

Tabela 15-Voluntários e não voluntários segundo a escolaridade

Especificação	Voluntários					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	18	78	4	17	1	23
Ensino médio	149	69	65	30	2	216
Ensino superior	-	-	4	80	1	5
Não informado	5	46	6	55	-	11
Total	172	67	79	31	4	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A relação entre o voluntariado ao serviço militar e o tempo de estudo do entrevistado foi apresentada no Gráfico 5, a seguir.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Lembra-se que a classificação socioeconômica (SAE) se comporta de maneira semelhante em relação ao índice de voluntários ao serviço militar, conforme evidenciado na Tabela 4 e no Gráfico 2. Ou seja, quanto menor a classe econômica, maior é o índice de voluntários.

Assim, percebe-se a interseção de três variáveis estudadas. Em outras palavras, quanto menor a escolaridade do cidadão e sua classificação socioeconômica, maior é sua propensão a se voluntariar para o serviço militar.

Nesta feita, reforça-se a necessidade de implementar mais ações voltadas para a melhoria da renda, associadas aos planos de políticas públicas educacionais no Município. Esses programas são essenciais para tentar reduzir a vulnerabilidade social e combater o abandono escolar de forma mais eficaz.

O abandono escolar já havia sido documentado no censo de 2010 realizado pelo IBGE, que revelou que um total de 24.680 jovens com até 17 anos não estavam frequentando a escola no Município. A gravidade desse problema, apresentado na Tabela 4 e no Gráfico 2, também é evidenciada nas informações apresentadas pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica-2021. Este anuário demonstra que, a cada 100 alunos que iniciam a escola, apenas 83 concluem o ensino fundamental I aos 12 anos, 71 concluem o ensino fundamental II aos 16 anos e apenas 66 concluem o ensino médio aos 19 anos.

Além disso, é perceptível que a possibilidade de estabelecer convênios com as Forças Armadas, visando à criação de políticas públicas que promovam a educação, tanto profissional quanto regular, durante o período de serviço militar, como o mencionado Programa Soldado Cidadão, um projeto do Ministério da Defesa que oferece cursos de profissionalização durante o serviço militar obrigatório, poderia ser considerada na formulação de políticas públicas. Essa abordagem pode ser vista como mais uma alternativa para buscar uma maior equidade socioeconômica entre os cidadãos de Porto Velho.

Nota-se na Tabela 16, ao observar a variável "possui filhos" em relação ao nível de escolaridade, que há uma ordem de evolução inversa dentro das respectivas categorias educacionais utilizadas na pesquisa. Portanto, os entrevistados que já possuem filhos representam uma parcela cada vez menor à medida que o grau de escolaridade do entrevistado aumenta.

Tabela 16-Filhos segundo a escolaridade

Especificação	Tem filho					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	1	4	22	96	-	23
Ensino médio	6	3	208	96	2	216
Ensino superior	-	-	5	100	-	5
Não informado	3	27	8	73	-	11
Total	10	4	243	95	2	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os respondentes que são pais representam 4% dos estudantes com ensino. Apenas 3% dos que responderam possuir ensino médio são pais, e não houve informação sobre pais cursando ensino superior. Além disso, destaca-se o fato de que 4% dos entrevistados têm filhos, enquanto 95% não têm. Um total de 0,8% não respondeu ao quesito.

Dessa forma, conclui-se que há uma necessidade evidente de introduzir programas de educação sexual e prevenção da gravidez precoce desde os níveis mais básicos de ensino. Além

disso, é fundamental planejar políticas públicas eficazes voltadas para os 4% da população entrevistada que teve filhos precocemente, a fim de combater o abandono escolar e oferecer oportunidades educacionais adequadas para esses jovens pais.

O percentual de entrevistados que já foram presos ou detidos pelas autoridades de segurança pública no município de Porto Velho é de 4%. Por outro lado, 92% afirmaram nunca terem enfrentado esse tipo de problema com as autoridades policiais, como indicado na Tabela 17.

Tabela 17-Já foi preso ou detido pela polícia segundo a escolaridade

Especificação	Preso ou detido					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	2	9	20	87	1	23
Ensino médio	6	3	207	96	3	216
Ensino superior	1	20	4	80	-	5
Não informado	1	9	3	27	7	11
Total	10	4	234	92	11	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A influência do tempo de estudo no referido problema social se mostrou irrelevante. Isso indica a necessidade de uma investigação mais aprofundada para compreender os principais motivos relacionados a cada grupo educacional, a fim de desenvolver políticas mais eficazes no combate ao envolvimento dos jovens em atividades ilegais.

Em relação à verificação dos participantes que possuem experiência profissional em cada nível educacional considerado na pesquisa, entre os jovens que responderam ter ensino fundamental, um pouco mais da metade, 52%, informou ter experiência profissional. Por outro lado, 44% relataram não possuir qualquer experiência, como apresentado na Tabela 18.

Tabela 18-Experiência profissional segundo a escolaridade

Especificação	Experiência profissional					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	12	52	10	44	1	23
Ensino médio	105	49	107	50	4	216
Ensino superior	3	60	2	40	-	5
Não informado	-	-	5	46	6	11
Total	120	47	124	49	11	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No ensino médio, o percentual de cidadãos com experiência profissional é um pouco menor. Assim, 49% dos entrevistados responderam possuir algum tipo de experiência, enquanto 50% não têm experiência profissional. Já entre os cidadãos com ensino superior, 60% dos entrevistados têm experiência profissional, enquanto 40% daqueles que responderam nível superior não têm qualquer experiência profissional.

Com base no exposto, observa-se um alto índice de jovens com experiência profissional em todas as faixas de escolaridade. Não parece haver uma influência significativa do tempo de estudo na propensão dos jovens do município a terem ou não experiência de trabalho.

Na Tabela 19, são verificadas as atividades atualmente exercidas pelos jovens de cada nível de escolaridade.

Tabela 19-Atividades profissionais e/ou educacionais segundo a escolaridade

Especificação	Atividades					Total
	Trabalha	Estuda	Ambos	Nada	Não informado	
Ensino fundamental	10	7	2	2	2	23
Ensino médio	34	126	44	11	1	216
Ensino superior	-	2	2	-	1	5
Não informado	1	3	1	-	6	11
Total	45	138	49	13	10	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O estudo de Honorato, no ano de 2021, corroborou com a relevância em ter conhecimento dos dados apresentados na Tabela 19, ao revelar que em todo o mundo, a juventude está associada a uma série de problemas, tais como violência, desemprego, falta de participação social, precariedade educacional, desrespeito à ordem estabelecida, manifestações culturais e expressão de problemas nas diversas sociedades. Ele menciona que até algumas décadas atrás, o reconhecimento da transição da juventude para a vida adulta estava relacionado à entrada no mercado de trabalho, ao casamento, ao serviço militar obrigatório ou ao abandono da família de origem.

Com base nesse contexto, a Tabela 19 representa a associação entre alguns dos fatores mencionados pelo autor, descrevendo como fatores como desemprego, precariedade educacional e outros estão relacionados. Esses aspectos serão analisados mais detalhadamente a seguir.

Entre os participantes que possuem apenas o ensino fundamental, a maioria, 44%, está apenas trabalhando. Os entrevistados que estão apenas estudando compõem 30% desse grupo. Aqueles que estão trabalhando e estudando ou não exercem nenhuma atividade representam apenas 9% cada, neste nível de escolaridade.

Em relação aos entrevistados que responderam ter ensino médio, o percentual daqueles que estão apenas trabalhando diminui drasticamente para 16%. Neste grupo, a maioria expressiva, com 58%, está apenas estudando. Além disso, 20% dos entrevistados estão trabalhando e estudando simultaneamente, enquanto 5% estão ociosos.

No caso dos entrevistados que estão no ensino superior, 40% estão apenas estudando ou estudam e trabalham simultaneamente. Outros 20% não responderam ao quesito.

Isso indica uma influência entre a ociosidade dos cidadãos e seu nível de instrução, com uma proporção maior de cidadãos ociosos em contingentes com menor grau de instrução.

Os cidadãos com ensino fundamental são os que mais abandonam os estudos para se dedicarem ao trabalho, com 44%. Esses dados destacam a necessidade de programas que combinem renda e educação de forma mais eficaz no Município.

Em relação ao uso de drogas, observa-se que quanto maior é a escolaridade do indivíduo, menor é sua predileção pelo uso de drogas ilícitas, como indicado na Tabela 20.

Tabela 20-Utilização de droga segundo a escolaridade

Especificação	Usuários					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	9	39	14	61	-	23
Ensino médio	21	10	195	90	-	216
Ensino superior	0	-	5	100	-	5
Não informado	3	27	2	18	6	11
Total	33	13	216	85	6	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Dessa forma, verifica-se que os jovens que atualmente cursam ou que completaram apenas o ensino fundamental apresentam o maior percentual entre os consumidores ou aqueles que já experimentaram narcóticos, com 39% dos participantes.

Por outro lado, entre os jovens que estão no ensino superior, não foram identificados usuários de substâncias ilícitas.

No ensino médio, foi registrado um percentual de 10% dos jovens entrevistados que já utilizaram algum tipo de substância ilegal.

Verifica-se a influência das políticas públicas que visam ampliar a educação e as oportunidades de ocupação para os jovens, não apenas no contexto educacional, mas também na prevenção e combate ao uso de entorpecentes. Esse conhecimento é relevante para um melhor gerenciamento dos recursos destinados ao Programa de Combate ao Uso e Oferta de

Drogas, que possui um orçamento de R\$ 620.515,00 (seiscentos e vinte mil, quinhentos e quinze reais), conforme mencionado no Quadro 6 da LOA de 2023 de Porto Velho.

Tabela 21-Uso de bebida alcoólica segundo a escolaridade

Especificação	Usuários					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	9	39	14	61	-	23
Ensino médio	38	18	178	82	-	216
Ensino superior	1	20	4	80	-	5
Não informado	1	9	3	27	7	11
Total	49	19	199	78	7	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A análise do cruzamento de informações entre os entrevistados que já utilizaram algum tipo de bebida alcoólica e seus respectivos graus de escolaridade, conforme demonstrado na Tabela 21, revela uma maior propensão ao uso entre aqueles que possuem menor escolaridade, com 39% dos consumidores de álcool tendo ensino fundamental.

Por outro lado, os demais níveis de escolaridade apresentam índices consideravelmente menores, com 18% entre os que têm ensino médio e 20% entre os que possuem ensino superior.

Isso reforça a ideia de que programas voltados para a educação, quando eficazes no combate à evasão escolar, podem ter impactos positivos adicionais na sociedade de Porto Velho, que vão além do aumento do conhecimento e do aperfeiçoamento da mão de obra disponível no Município, como a redução do consumo de álcool prejudicial à saúde.

Ao relacionar o percentual de fumantes com o grau de escolaridade dos participantes, conforme apresentado na Tabela 22, destaca-se ainda mais a influência do nível de instrução na predileção ao consumo de tabaco. Nesse caso, 35% dos entrevistados com ensino fundamental se declararam fumantes. Esses dados enfatizam a relação entre a escolaridade e o hábito de fumar, ressaltando a influência da educação na prevenção do tabagismo.

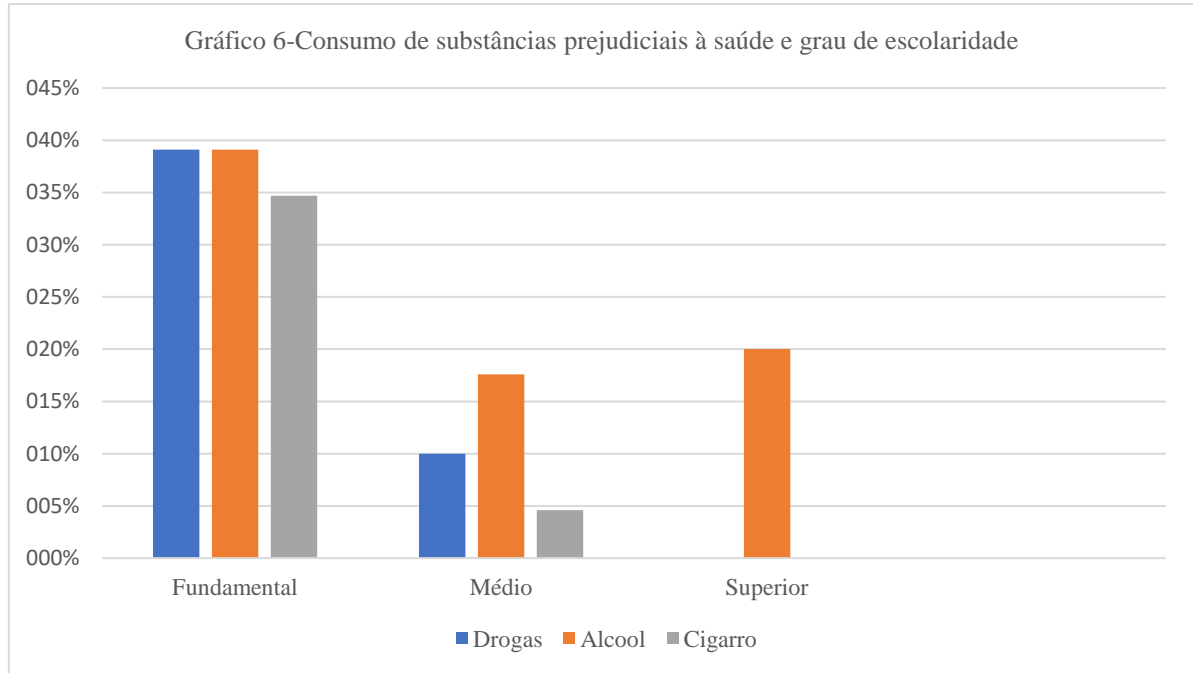
Tabela 22-Fumantes segundo a escolaridade

Especificação	Fumantes					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	8	34	15	65	-	23
Ensino médio	10	5	204	95	2	216
Ensino superior	-	-	5	100	-	5
Não informado	-	-	4	36	7	11
Total	18	7	228	89	9	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Nas demais categorias consideradas, apenas 5% dos estudantes do ensino médio se declararam fumantes, e não houve relato de fumantes entre os estudantes do ensino superior.

Esses números demonstram claramente os reflexos da escolaridade na saúde dos cidadãos, uma vez que o consumo de tabaco está relacionado a sérios danos à saúde. O Gráfico 6 ilustra o consumo dessas substâncias prejudiciais à saúde entre os jovens de Porto Velho, considerando seu nível de escolaridade, como descrito na pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Evidentemente, observa-se que a implementação de programas educacionais voltados para o combate ao uso de álcool, drogas e cigarros nas escolas deve receber uma atenção especial nas séries iniciais. Isso porque há uma influência significativa do tempo de estudo na redução da propensão ao consumo de substâncias prejudiciais à saúde dos jovens cidadãos de Porto Velho.

Ressalta-se ainda mais o valor desses programas de combate às substâncias, especialmente ao considerar os ensinamentos de Bizzarria et al. (2022), que foram apresentados neste trabalho de pesquisa. Esses ensinamentos destacam que o período infanto-juvenil é uma fase de formação da vida em que ocorrem mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais que podem estar associadas a comportamentos de risco, como o uso de cigarros e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

A Tabela 23 apresenta informações sobre o número de pessoas contaminadas por malária em cada nível educacional, o que pode fornecer insights adicionais sobre como a educação está relacionada à saúde dos cidadãos.

Tabela 23-Contraiam Malária por escolaridade

Especificação	Contraiam Malária					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	6	26	12	52	5	23
Ensino médio	27	13	159	74	30	216
Ensino superior	1	20	3	60	1	5
Não informado	2	18	8	73	1	11
Total	36	14	182	71	37	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A malária não mostrou uma distribuição específica de contaminados por grau escolar, indicando não haver influência do tempo de estudo na propensão à contaminação pela doença.

No entanto, ao analisar a Tabela 24, observa-se um padrão crescente nos percentuais de contaminados pelo covid-19, de acordo com o aumento do grau de instrução do indivíduo.

Tabela 24-Contraiam Covid-19 por escolaridade

Especificação	Contraiam Covid-19					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	3	13	15	65	5	23
Ensino médio	68	32	118	55	30	216
Ensino superior	3	60	1	20	1	5
Não informado	4	36	6	55	1	11
Total	78	31	140	55	37	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Portanto, os participantes com maior grau de escolaridade apresentaram uma porcentagem maior de diagnósticos da doença covid-19, com um crescimento percentual acentuado entre os cidadãos já contaminados que cursam o ensino superior. Esse aumento percentual acentuado é semelhante ao que ocorreu com os cidadãos da classificação socioeconômica mais alta. Esse fato requer uma investigação mais aprofundada para compreender suas causas, como já discutido ao cruzar informações entre os entrevistados contaminados pela doença e suas respectivas classes socioeconômicas.

Observa-se, através da Tabela 25, que os cidadãos que possuem maior nível de escolaridade tendem a procurar mais frequentemente atendimento odontológico. Ela demonstra que o aumento no nível de instrução está associado a uma maior procura por esse tipo de tratamento clínico. Isso pode indicar uma consciência maior da importância da saúde bucal entre os indivíduos com maior grau de escolaridade, bem como um acesso mais facilitado a serviços odontológicos.

Tabela 25-Já passaram por atendimento odontológico segundo a escolaridade

Especificação	Atendimento odontológico					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	15	65	8	35	-	23
Ensino médio	181	84	35	16	-	216
Ensino superior	5	100	-	-	-	5
Não informado	4	36	1	9	6	11
Total	205	80	44	17	6	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Isso evidencia a necessidade de planejar políticas públicas que estejam vinculadas, com ênfase na maior disponibilidade de serviços odontológicos para os estudantes do ensino fundamental, por meio de programas compartilhados entre as Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

Nesse contexto, pode ser utilizado como referência o Programa Saúde na Escola, do Ministério da Saúde, que se concentra em oferecer tratamentos de saúde para crianças, adolescentes, jovens e adultos no ensino básico, em colaboração com o Ministério da Educação.

A Tabela 26 reflete que o percentual de participantes da pesquisa que têm cobertura de plano de saúde aumenta à medida que o nível de escolaridade aumenta.

Tabela 26-Possuidores de plano de saúde segundo a escolaridade

Especificação	Possui plano de saúde					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Ensino fundamental	1	4	22	96	-	23
Ensino médio	38	18	178	82	-	216
Ensino superior	2	40	3	60	-	5
Não informado	1	9	3	27	7	11
Total	42	17	206	81	7	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Além disso, como demonstrado anteriormente, a classificação socioeconômica segue a mesma tendência de evolução percentual nas duas categorias analisadas na Tabela 26. Portanto, há uma maior dependência da cobertura de saúde pública e de seus programas entre aqueles que declararam possuir apenas o ensino fundamental, completo ou não, atingindo 96%. Isso reforça ainda mais a necessidade de implementar programas semelhantes ao Programa Saúde na Escola do Governo Federal no Município, visando a garantir o acesso a serviços de saúde para a população, especialmente para aqueles com menor grau de instrução e recursos socioeconômicos.

Por fim, em relação às informações apresentadas no item 4.2 desta pesquisa, referentes aos respondentes e seu nível de escolaridade, destaca-se que a não utilização desses conhecimentos para o aprimoramento das políticas educacionais no município em análise reflete um problema semelhante ao descrito em 2013 por Borges, Namen e Sadala, mencionado neste trabalho.

Os autores ressaltam o desperdício decorrente da não exploração dos dados coletados anualmente pelo sistema educacional brasileiro. Eles apontam que todos os anos são coletados dados sobre escolas, diretores, professores e alunos durante o censo escolar e avaliações periódicas. Essas informações são subutilizadas nos planejamentos públicos devido à falta de pessoal para analisar e utilizar efetivamente o volume de dados coletados.

Isso enfatiza não devem ser apenas serem coletados dados pelos diversos órgãos governamentais, mas também que devem ser analisados e utilizados de forma eficaz na formulação e implementação de políticas públicas para promover melhorias nas condições socioeconômicas dos cidadãos.

5.3 Respondentes por Zona de Moradia

Nesta parte da pesquisa estão as informações selecionadas para análise em cada zona do Município de Porto Velho-RO. Procurando, assim, fornecer informações que podem ser usadas para orientar a alocação geográfica de programas que visam atender às necessidades das áreas mais carentes.

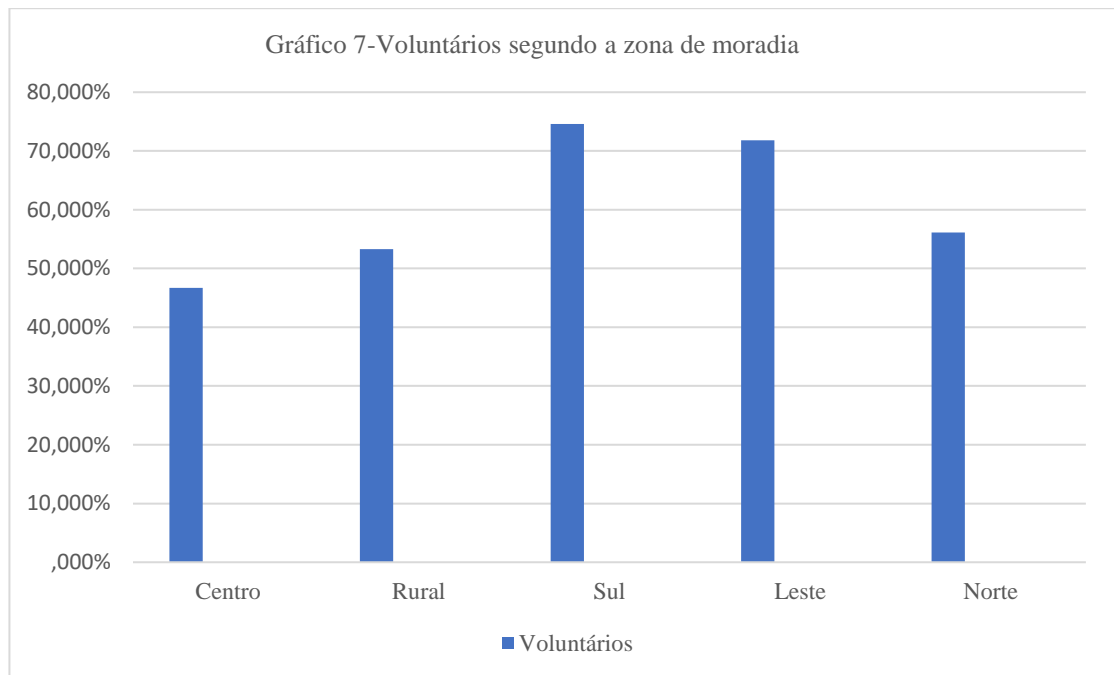
Conforme retratado neste trabalho, os voluntários ao serviço militar são predominantemente os entrevistados de menores níveis socioeconômicos e educacionais. Na Tabela 27, é possível observar um percentual mais elevado de voluntários entre os moradores das zonas sul e leste, atingindo respectivamente 75% e 72%.

Tabela 27-Voluntários e não voluntários segundo a zona de moradia

Especificação	Voluntário					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	7	47	8	53	0	15
Leste	84	72	31	27	2	117
Norte	23	56	17	42	1	41
Sul	50	75	16	24	1	67
Zona rural	8	53	7	47	-	15
Total	172	67	79	31	4	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O Gráfico 7 apresenta a relação entre o número de voluntários ao serviço militar e as diferentes zonas de moradia no Município de Porto Velho.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Desse modo, destacando a necessidade de um planejamento mais detalhado em relação aos programas voltados para renda e educação nas regiões mencionadas, que têm uma maior percentagem de voluntários, sul e leste.

A Tabela 28 apresenta a distribuição dos entrevistados que já possuem filhos dentro de cada região do Município.

Tabela 28-Respondentes com filho segundo a zona de moradia

Especificação	Tem filho					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	-	-	15	100	-	15
Leste	5	4	110	94	2	117
Norte	2	5	39	95	-	41
Sul	3	5	64	96	-	67
Zona rural						
Total	10	4	243	95	2	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A pesquisa revelou que a paternidade precoce está concentrada entre os moradores das zonas norte, sul e leste, todas com percentagens bem próximas, respectivamente, 5%, 5% e 4%, indicando a necessidade de programas direcionados para educação sexual e contracepção nessas áreas da cidade.

No que diz respeito ao número de entrevistados que já foram presos ou detidos pelas autoridades de segurança pública, a Tabela 29 mostra que a zona sul possui a maior porcentagem, com 8%, seguida pela zona rural e pelo centro, ambas com 7%. Isso sugere que pode ser necessário um foco maior em programas de prevenção ao crime e reabilitação nessas regiões da cidade.

Tabela 29-Respondentes que já foram presos ou detidos pela polícia segundo a zona de moradia

Especificação	Preso ou detido					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	1	7	13	87	1	15
Leste	2	2	110	94	5	117
Norte	1	2	38	93	2	41
Sul	5	8	60	90	2	67
Zona rural	1	7	13	87	1	15
Total	10	4	234	92	11	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A informação apresentada na Tabela 29 pode ser utilizada tanto para a formulação de políticas educacionais sobre a temática aos jovens quanto para o conhecimento das autoridades de segurança pública.

Na Tabela 30, observa-se que as zonas sul e leste têm percentagens acima da média municipal de jovens que já adquiriram experiência profissional ao atingir a idade adulta, com 54% e 50%, respectivamente. No entanto, as demais áreas da cidade também apresentam índices elevados entre seus moradores. Isso sugere que programas de desenvolvimento profissional e capacitação podem ser valiosos em todas as regiões da cidade, com foco especial nas zonas sul e leste devido às taxas mais altas de jovens com experiência profissional.

Tabela 30-Experiência profissional segundo a zona de moradia

Especificação	Experiência profissional					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	6	40	8	53	1	15
Leste	59	50	51	44	7	117
Norte	14	34	25	61	2	41
Sul	36	54	31	46	-	67
Zona rural	5	33	9	60	1	15
Total	120	47	124	49	11	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A informação destacada no parágrafo anterior é de grande relevância para a formulação de políticas públicas abrangentes, como aquelas direcionadas ao aumento de renda, combate ao trabalho infantil, profissionalização dos jovens e outros programas que possam se beneficiar desse conhecimento em suas concepções.

A Tabela 31 apresenta as atividades atualmente exercidas pelos participantes da pesquisa.

Tabela 31-Atividades profissionais e/ou educacionais desenvolvidas pelos respondentes segundo a zona de moradia

Especificação	Atividades					Total
	Trabalha	Estuda	Trabalha e Estuda	Não Trabalha e Não Estuda	Não informado	
Zona urbana						
Centro	-	10	4	-	1	15
Leste	21	65	23	5	3	117
Norte	9	20	7	2	3	41
Sul	13	36	12	5	1	67
Zona rural	2	7	3	1	2	15
Total	45	138	49	13	10	255

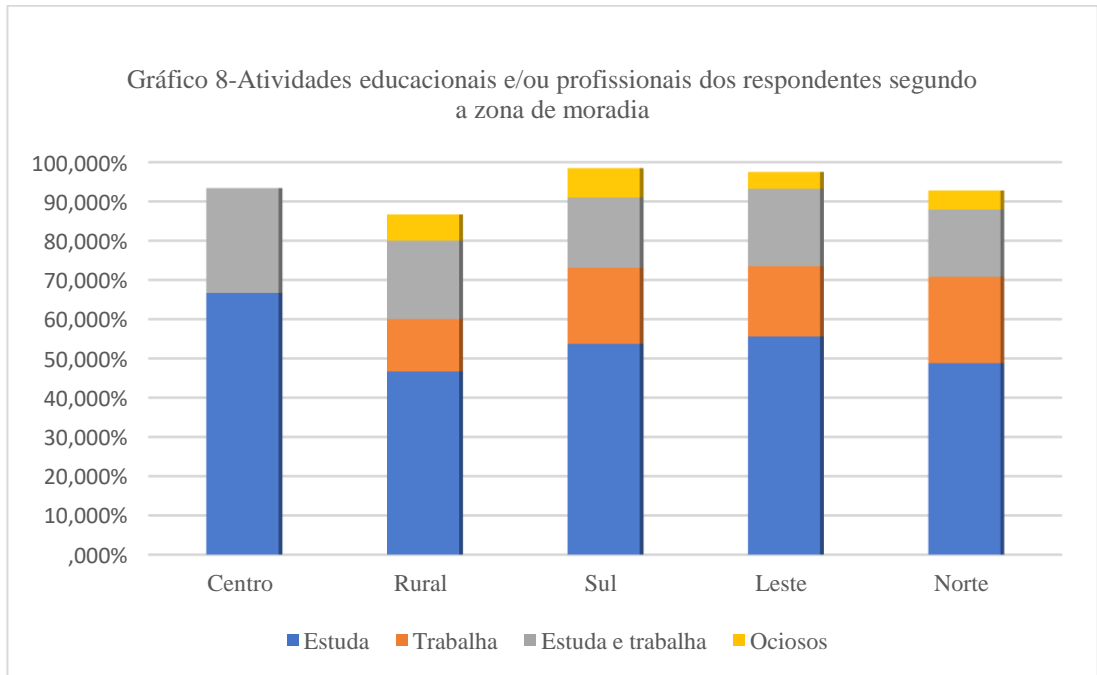
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os entrevistados que já abandonaram os estudos e estão apenas trabalhando estão concentrados nas zonas norte, sul, leste e rural, respectivamente, não havendo nenhum alistado nesta situação morando na região central. Assim, notam-se as áreas do Município em que devem ser primordialmente empregadas as políticas públicas contra o abandono escolar.

Os jovens que somente estudam são percentualmente maiores na zona central, com 67%; seguidos pela zona leste, com 56%; sul, com 54%; norte, com 49%; e rural, com 47%. Dessa maneira, ordenando os percentuais de jovens por região que se encontram, atualmente, dentro da situação mais adequada para sua qualificação futura no mercado de trabalho.

Outrossim, os índices internos de cada região dos alistados que trabalham e estudam são bem próximos da média municipal, com um breve destaque para os moradores da zona central da cidade.

Os cidadãos ociosos estão mais concentrados entre as populações do sul e rural de Porto Velho, com 8% e 7%, respectivamente, seguidos pelas zonas norte e leste, com índices um pouco menores, de 5% e 4%. O centro não apresentou jovens ociosos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Dessa forma, pode ser melhor visualizado no mencionado Gráfico 8 as regiões e potenciais demandas por programas educacionais e ocupacionais para seus cidadãos. Isso permitirá às autoridades municipais uma análise geográfica mais precisa para a implementação de políticas públicas educacionais e ocupacionais para os jovens.

A seguir, na Tabela 32, é apresentada a ocorrência do uso de drogas em cada zona do Município.

Tabela 32-Utilização de droga segundo a zona de moradia

Especificação	Usuários					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	3	20	11	73	1	15
Leste	13	11	102	87	2	117
Norte	6	15	33	81	2	41
Sul	9	13	58	87	-	67
Zona rural						
Total	33	13	216	85	6	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O centro da cidade possui a maior porcentagem de moradores usuários ou que já utilizaram drogas ilícitas. Nesta área, 20% afirmaram já ter tido ou ainda possuem contato com essas substâncias. As demais zonas exibem variações nos percentuais pouco distintas em relação ao percentual total da cidade de Porto Velho, que é de 13%. Demonstrando um problema endêmico que deve ser combatido em todas as regiões do Município.

Com relação ao consumo de álcool, observa-se um consumo mais acentuado entre os moradores da zona rural, com 33% (conforme a Tabela 33).

Tabela 33-Usuários de bebida alcoólica conforme a zona de moradia

Especificação	Usuários					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	4	27	10	68	1	15
Leste	20	17	95	81	2	117
Norte	8	20	31	76	2	41
Sul	12	18	55	82	-	67
Zona rural	5	33	8	53	2	15
Total	49	19	199	78	7	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O Centro é a região que possui o maior índice de usuários de drogas, fica em segundo lugar em relação ao percentual de consumo de bebida alcoólica (27%). As demais regiões mantiveram percentuais entre 17% e 20%, mais próximas ao percentual geral, que é de 19%.

Os fumantes em cada zona de moradia no Município foram retratados na Tabela 34.

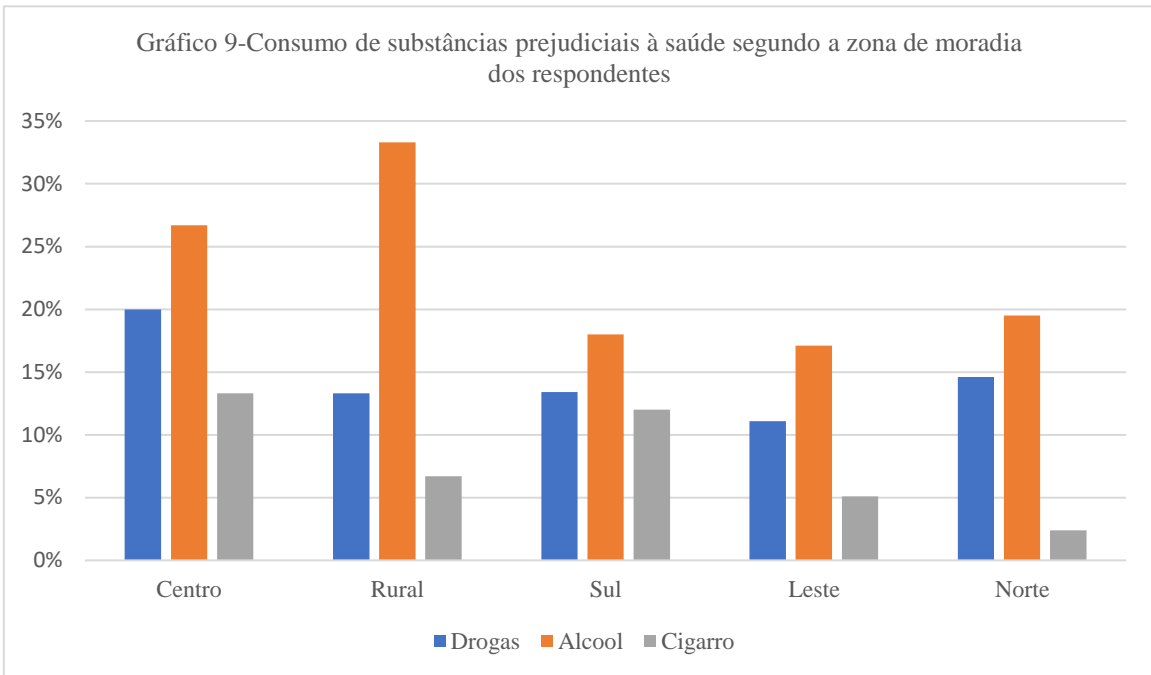
Tabela 34-Fumantes segundo a zona de moradia

Especificação	Fumantes					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	2	13	12	80	1	15
Leste	6	5	109	93	2	117
Norte	1	2	38	93	2	41
Sul	8	12	57	85	2	67
Zona rural	1	7	12	80	2	15
Total	18	7	228	89	9	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As zonas centro e sul possuem os maiores percentuais de fumantes entre seus moradores entrevistados, com 13% e 12%, respectivamente. Por outro lado, a zona norte possui o menor índice, com cerca de 2% de sua população sendo fumante. As zonas leste e rural estão próximas da média geral de 7%, com 5% e 7%, respectivamente.

O Gráfico 9 apresenta o consumo de substâncias prejudiciais à saúde e as zonas de moradia dos respondentes.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Desta forma, verifica-se quanto ao consumo das substâncias álcool, cigarro e drogas, que se relacionam diretamente à saúde dos jovens portovelhenses, existe uma necessidade maior de atenção aos menos escolarizados, assim como foi notada também uma maior concentração percentual de usuários de drogas entre os moradores do centro do Município.

Os programas de combate ao alcoolismo devem se voltar mais ao centro e, principalmente, a zona rural o Município, ao mesmo tempo seria válido um estudo mais aprofundado das possíveis causas dessa maior concentração de consumidores entre os moradores dessas regiões da cidade.

A Tabela 35 indica a contaminação por malária em cada região de Porto Velho.

Tabela 35- Quantidade de respondentes que contraíram malária segundo a zona de moradia

Especificação	Contraíram Malária					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	3	20	10	67	2	15
Leste	18	15	84	72	15	117
Norte	4	10	30	73	7	41
Sul	4	6	52	78	11	67
Zona rural						
Total	36	14	182	71	37	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A malária possui um índice mais alto de contaminação na zona rural da cidade, com 47% dos entrevistados moradores da região afetados. Esse índice está significativamente acima

do registrado nas demais regiões. Inferindo-se que as características dessa região, como a menor extensão de vias asfaltadas, por exemplo, podem ser fatores contribuintes para a proliferação do vetor transmissor da doença. Portanto, é fundamental dedicar uma atenção especial ao combate da proliferação do hospedeiro da doença nessa região.

Assim, as demais zonas do município apresentaram os seguintes percentuais: centro, 20%; leste, 15%; norte, 10%; e sul, 6%.

Ao comparar o percentual de diagnósticos positivos para o covid-19 com suas respectivas zonas de moradia, conforme refletido na Tabela 36, destaca-se o centro da cidade em relação à porcentagem de moradores de uma região contagiados.

Tabela 36- Contraíram Covid-19 por zona de moradia

Especificação	Contraíram Covid-19					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	8	53	5	33	2	15
Leste	33	28	69	59	15	117
Norte	10	24	24	59	7	41
Sul	22	33	34	51	11	67
Zona rural						
Total	78	31	140	55	37	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Desse modo, na região central, mais da metade de seus habitantes entrevistados já foram diagnosticados com a doença, totalizando 53%. Enquanto nas demais áreas, as taxas permaneceram mais próximas à média geral da cidade de Porto Velho, que é de 31%.

A discrepância do percentual do centro deve ser alvo de um estudo mais aprofundado para identificar suas causas, com o objetivo de proporcionar uma melhor formulação de políticas de combate à doença e suas possíveis futuras cepas.

A Tabela 37 reflete os entrevistados que já passaram por atendimento odontológico em cada zona da cidade.

Tabela 37-Passaram por atendimento odontológico segundo a zona de moradia

Especificação	Atendimento odontológico					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	13	87	1	7	1	15
Leste	98	84	17	15	2	117
Norte	33	81	6	15	2	41
Sul	51	76	16	24	-	67
Zona rural						
Total	205	80	44	17	6	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O atendimento odontológico demonstrou uma maior precariedade em relação ao percentual de atendidos entre os moradores da zona rural. Conforme os dados apresentados, cerca de 67% dos moradores dessa região da cidade já tiveram acesso ao tratamento odontológico.

Além disso, abaixo da média do percentual de atendimentos da cidade, encontra-se a zona sul da cidade, com 76% dos moradores participantes deste estudo já atendidos.

As demais regiões apresentaram índices acima da média do município de Porto Velho, 80%.

Em relação aos entrevistados possuidores de plano de saúde por zonas da cidade, a Tabela 38 demonstra que o centro e a zona norte apresentam maiores taxas de moradores com coberturas particulares na área da saúde, respectivamente, 27% e 24%.

Tabela 38-Possuidores de plano de saúde segundo a zona de moradia

Especificação	Plano de saúde					Total
	Sim	Participação %	Não	Participação %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	4	27	10	67	1	15
Leste	15	13	100	86	2	117
Norte	10	24	29	71	2	41
Sul	11	16	56	84	-	67
Zona rural						
Total	42	17	206	81	7	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Com maiores percentuais de moradores dependentes exclusivamente da cobertura de saúde oferecida pelo Estado, verifica-se em primeiro lugar a zona leste, em que 86% de seus moradores dependem apenas dos meios públicos para sua proteção.

Sequencialmente, vem os moradores da zona sul com 84% e os da zona rural com 73%, de dependentes do sistema de saúde público.

5.4 Análise Síncrona da Classificação Socioeconômica, Escolaridade e Zona de Moradia dos Respondentes.

As três bases do presente estudo foram cruzadas nas tabelas a seguir, de modo que pudessem demonstrar de forma mais minuciosa como são influenciadas umas pelas outras, visando a descoberta de padrões a serem trabalhados pelos programas municipais em prol da população portovelhense.

Inicialmente, na Tabela 39 é demonstrada a comparação envolvendo escolaridade e a classificação socioeconômica dos participantes.

Tabela 39-Escolaridade segundo a classificação socioeconômica

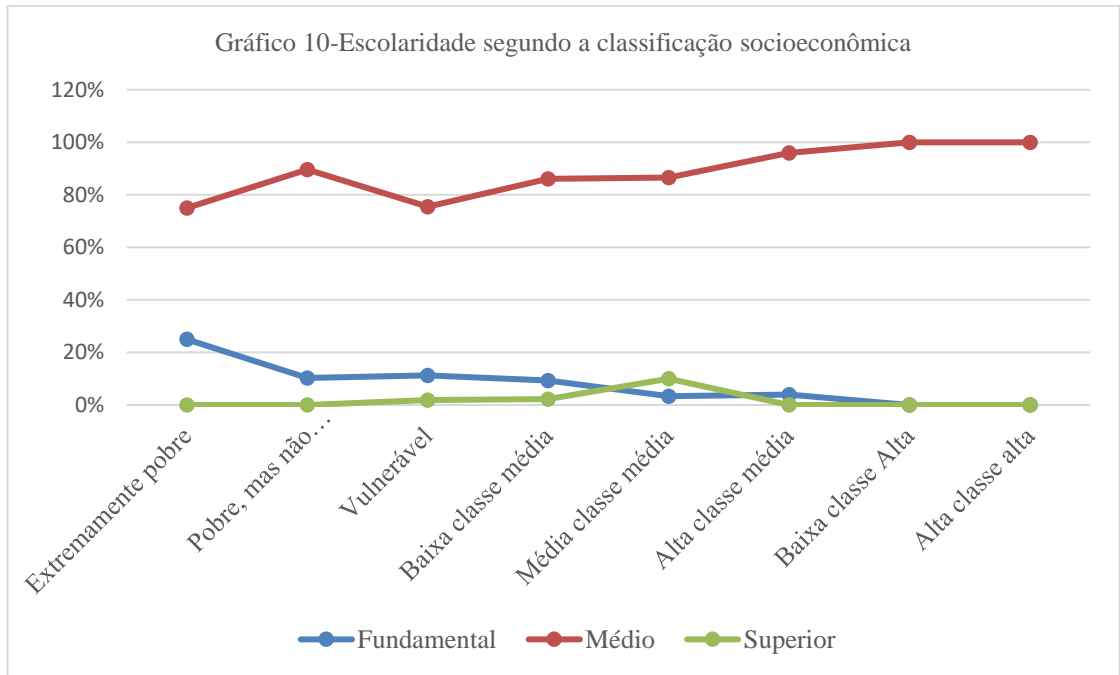
Especificação	Classificação Socioeconômica									Total
	Extre- ma- mente Pobre	Pobre, mas não extrema- mente pobre	Vulne- rável	Baixa classe média	Média classe média	Alta classe média	Baixa classe Alta	Alta classe Alta	Não Infor- mado	
Ensino Funda- mental	1	3	6	4	1	1	-	-	7	23
Ensino Médio	3	26	40	37	26	24	13	5	42	216
Ensino Superior	-	-	1	1	3	-	-	-	-	5
Não Informado	-	-	6	1	-	-	-	-	4	11
Total	4	29	53	43	30	25	13	5	53	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na comparação entre a escolaridade e a classificação socioeconômica, é possível perceber que, em relação aos entrevistados que responderam ensino fundamental, os índices internos de cada estrato social decrescem à medida que aumenta a hierarquia econômica. No ensino médio, há um comportamento dos índices internos de cada classe socioeconômica contrário ao anterior. Ressalta-se apenas um comportamento não linear de crescimento da classificação "pobre, mas não extremamente pobre", que supera o percentual das três classificações seguintes.

No ensino superior, apenas três classificações apresentaram estudantes: vulneráveis, e as baixa e média classe média. Dessa forma, observa-se um comportamento crescente dos índices de estudantes dentro da hierarquia dessas classes.

O Gráfico 10 busca ilustrar os conhecimentos coletados ao comparar a escolaridade e a classificação socioeconômica dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Ressalta-se que não foram verificados estudantes universitários entre as classes mais altas socioeconomicamente. No entanto, foi possível perceber uma influência da classificação socioeconômica sobre o tempo de estudo dos participantes da pesquisa. Sendo assim, uma maior classificação socioeconômica indica existir uma propensão a um maior tempo de estudo do entrevistado.

Do exposto, conclui-se pela maior necessidade de atenção dos programas que combatem o abandono escolar ser dada ao público mais vulnerável, durante a concepção dos mesmos.

A Tabela 40 mostra como estão distribuídas as classificações socioeconômicas dentro de cada zona de Porto Velho. Identificar a zona onde o munícipe vive é pertinente para na medida em que essa informação permite conhecer o espaço, as prováveis relações sociais, os interesses e necessidades.

Tabela 40-Zona de moradia segundo a classificação socioeconômica

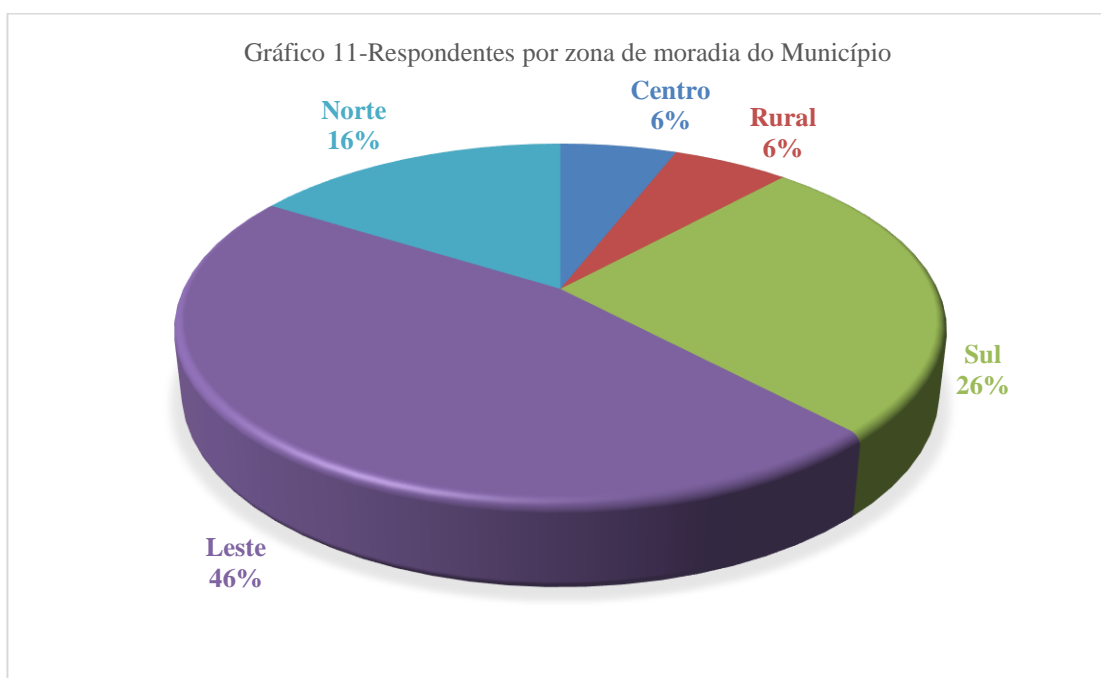
Especificação	Classificação socioeconômica									Total
	Extremamente Pobre	Pobre, mas não extremamente pobre	Vulnerável	Baixa classe média	Média classe média	Alta classe média	Baixa classe Alta	Alta classe Alta	Não Informado	
Zona urbana										
Centro	-	-	5	-	2	2	-	1	5	15
Leste	2	13	24	21	17	11	10	1	18	117
Norte	-	2	10	5	5	8	1	2	8	41
Sul	2	13	11	13	6	3	1	1	17	67
Zona rural										
	-	1	3	4	-	1	1	-	5	15

Especificação	Classificação socioeconômica									Total
	Extre- ma- mente Pobre	Pobre, mas não extrema- mente po- bre	Vulne- rável	Baixa classe média	Média classe média	Alta classe média	Baixa classe Alta	Alta classe Alta	Não In- formado	
Total	4	29	53	43	30	25	13	5	53	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Preliminarmente, destaca-se a distribuição da população entrevistada no Município. Nota-se que a zona leste é a região da cidade com o maior número de moradores entrevistados, concentrando quase metade do público-alvo, ou seja, 46%. Sequencialmente, ordenam-se as zonas com mais moradores informados no instrumento de coleta: sul, com 26%; norte, com 16%; e com o menor efetivo populacional, igualmente com 6%, a central e a rural.

No Gráfico 11 é representada a distribuição populacional por zona.



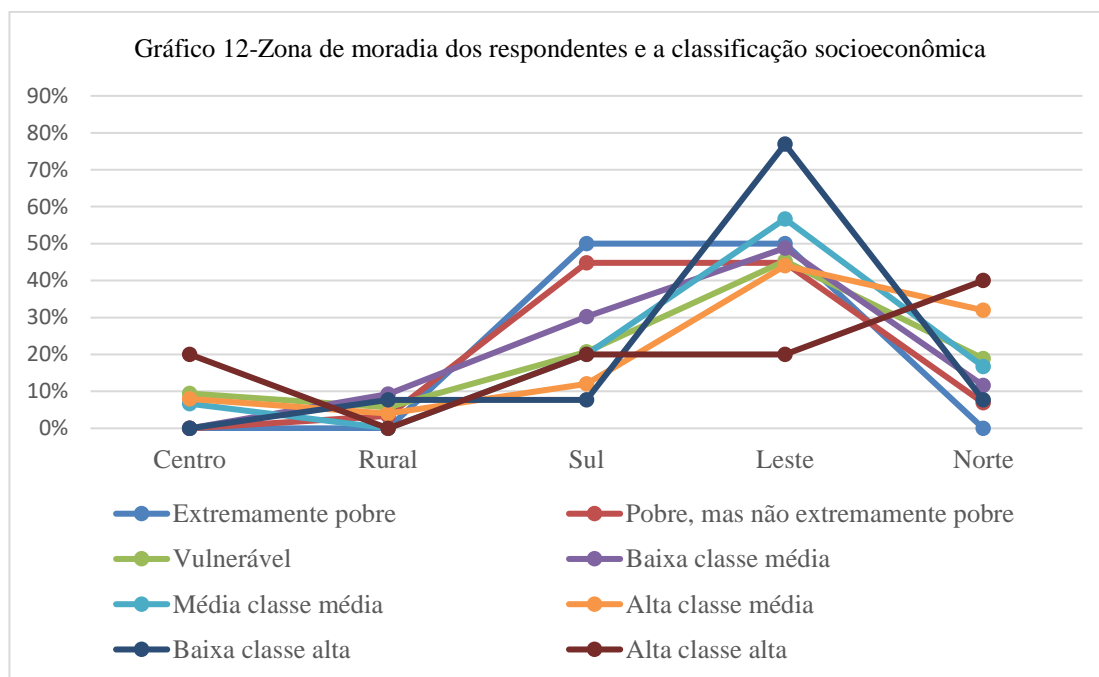
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Destarte, observa-se que a população de Porto Velho entrevistada, classificada socialmente como a mais desprovida de meios (extremamente pobre), está igualmente distribuída entre as zonas leste e sul. O percentual interno dessa classificação foi encontrado apenas nessas regiões da cidade, com um total de 50% dos extremamente pobres em cada uma delas.

A zona norte se destaca como a região onde os cidadãos da classe mais alta habitam, representando 40% da alta classe alta. O restante dos moradores dessa classe é encontrado igualmente, com 20% em cada uma das regiões central, leste e sul. Não foram encontrados

cidadãos dessa classe na área rural do Município. Além disso, salienta-se que 77% da população pertencente à segunda mais alta classificação socioeconômica, a baixa classe alta, habita a zona leste da cidade.

No Gráfico 12, é possível verificar a comparação entre a zona da cidade e a classificação socioeconômica.



Fonte: Elaborador pelo autor (2023)

Neste sentido, a zona leste, sendo a região mais populosa, abriga cerca de metade dos moradores das classificações socioeconômicas mais vulneráveis do município: 50% dos extremamente pobres; 45% dos pobres, mas não extremamente pobres e 45% dos vulneráveis. Assim, conclui-se que há uma maior demanda por recursos destinados a políticas sociais voltadas à população carente nessa região do Município.

A Tabela 41, que demonstra a distribuição econômica dentro das três divisões educacionais deste trabalho acadêmico, destaca a ausência de estudantes universitários entre os cidadãos de classe alta que fazem parte da pesquisa.

Tabela 41-Classificação socioeconômica segundo a escolaridade

Especificação	Escolaridade				Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Não Informado	
Extremamente Pobre	1	3	-	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	3	26	-	-	29
Vulnerável	6	40	1	6	53
Baixa classe média	4	37	1	1	43

Especificação	Escolaridade				Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Não Informado	
Média classe média	1	26	3	-	30
Alta classe média	1	24	-	-	25
Baixa classe Alta	-	13	-	-	13
Alta classe Alta	-	5	-	-	5
Não Informado	7	42	-	4	53
Total	23	216	5	11	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Percebe-se uma redução no percentual de indivíduos vulneráveis ou abaixo dessa classificação à medida que o grau de estudo aumenta: 43% no ensino fundamental, 32% no ensino médio e 20% no ensino superior.

Fonseca et al. (2013) mensuraram o estado de vulnerabilidade por meio de componentes que incluem: disponibilidade de recursos financeiros, escolarização, acesso aos meios de comunicação, autonomia para influenciar em decisões políticas, possibilidade de enfrentamento de barreiras culturais, liberdade em relação a situações de coerções violentas e a capacidade de defesa contra essas ocorrências.

Portanto, os dados da Tabela 41 permitem estabelecer uma associação direta, pelo menos, entre dois fatores componentes do estado de vulnerabilidade, de acordo com os autores mencionados: disponibilidade de recursos financeiros e escolarização. Destacando a necessidade de estudar programas sociais que abordem simultaneamente essas duas carências da população vulnerável.

O comportamento nas classes em que os cidadãos não se encontram na situação de vulnerabilidade foi exatamente o oposto: 26% no ensino fundamental, 49% no médio e 80% no superior. Corroborando a influência do contexto econômico nas perspectivas do nível educacional do cidadão portovelhense e os conhecimentos gerados ao se inverter os quesitos comparados na Tabela 41.

Quanto ao número de estudantes de cada escolaridade nas zonas do Município, a Tabela 42 mostra uma tendência maior ao abandono escolar entre os moradores da zona leste. Além disso, observou-se uma baixa presença geral de cidadãos no ensino superior, especialmente no centro e sul de Porto Velho.

Tabela 42-Zona de moradia segundo a escolaridade

Especificação	Escolaridade				Total
	Ensino Funda- mental	Ensino Médio	Ensino Supe- rior	Não Informado	
Zona urbana					
Centro	-	14	-	1	15
Leste	12	99	2	4	117
Norte	3	32	2	4	41
Sul	6	61	-	-	67
Zona rural	2	10	1	2	15
Total	23	216	5	11	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A maioria dos enquadrados dentro do ensino fundamental são moradores da zona leste da cidade, representando 52% de seu efetivo. O segundo maior percentual de entrevistados com ensino fundamental são habitantes da zona sul, com 26% dos estudantes. As zonas norte e rural vêm em seguida, com 13% e 9%, respectivamente. O centro não possui moradores com ensino fundamental.

Os entrevistados que responderam ter ensino médio também são, em sua maioria, moradores da zona leste. No entanto, houve uma pequena diminuição em relação àqueles com ensino fundamental, representando agora 46%. Por outro lado, os moradores da zona sul que responderam ter o ensino médio tiveram um pequeno aumento, alcançando agora 28% do efetivo, continuando como o segundo maior percentual também nesse grau escolar.

Da mesma forma que a zona sul, comporta-se o percentual dos moradores da zona norte no ensino médio. Assim, o percentual de moradores dessa região passa a um percentual de 15%, significando pequeno aumento.

O centro apresenta percentual de 7% dos entrevistados que responderam ensino médio. Enquanto os moradores da zona rural diminuem substancialmente sua presença neste nível de educação, passando a ser apenas 5% dos cidadãos do ensino médio na pesquisa.

Cidadãos com ensino superior só aparecem entre os moradores da zona leste, norte e rural, com os índices de 40% para as duas primeiras e 20% para zona rural.

Do exposto, nota-se que o percentual de moradores da zona leste variou para baixo à medida que aumentou o nível de educação. Contudo, manteve-se bastante similar, sem variações muito acentuadas.

Os moradores da zona sul apresentaram similaridade entre seus índices de presença nos ensinos fundamental e médio, mas houve um pequeno crescimento percentual no ensino médio. No entanto, não houve moradores dessa região no ensino superior.

A zona norte manteve a evolução dos seus índices de moradores dentro dos estratos escolares utilizados na pesquisa. Sendo a terceira em número de moradores presentes nos graus menores, contudo sofrendo um aumento substancial no percentual entre os universitários.

O centro apresentou moradores apenas no ensino médio e a região rural variou aleatoriamente, possuindo representantes em todas as classes educacionais utilizadas.

A inversão da comparação entre a zona da cidade e a renda per capita familiar, retratada na Tabela 43 a seguir, também apresenta informações relevantes para o fornecimento de subsídios à resposta do problema apresentado no presente estudo.

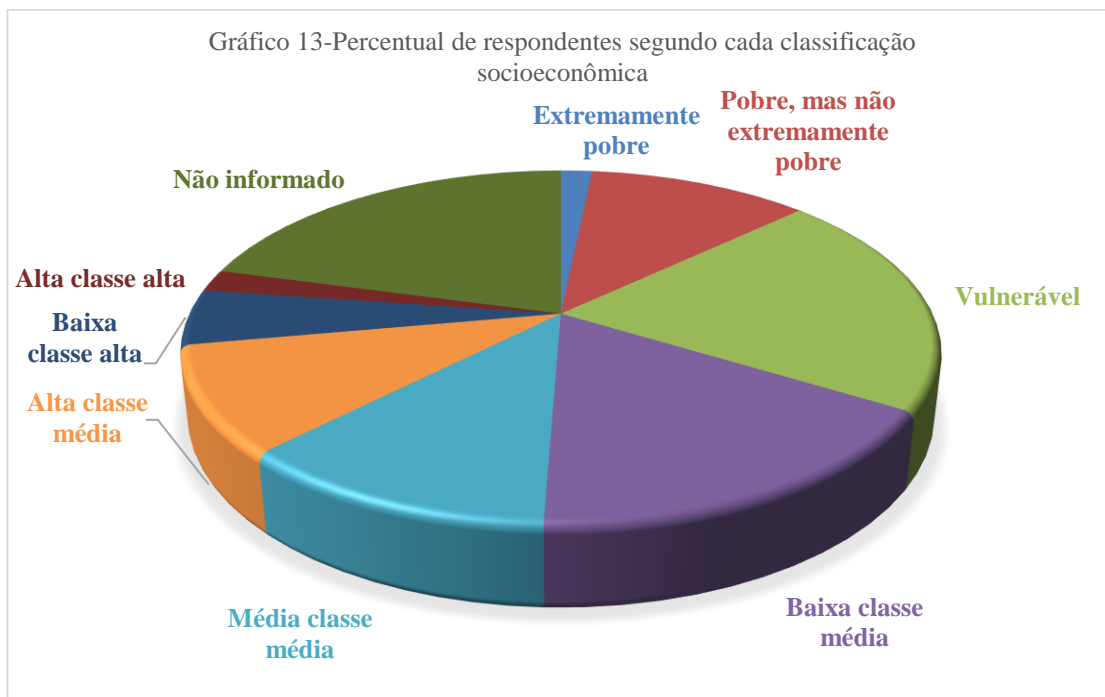
Tabela 43- Classificação socioeconômica segundo a zona de moradia

Especificação	Zona da Cidade					Total
	Centro	Leste	Norte	Sul	Rural	
Extremamente Pobre	-	2	-	2	-	4
Pobre, mas não extremamente pobre	-	13	2	13	1	29
Vulnerável	5	24	10	11	3	53
Baixa classe média	-	21	5	13	4	43
Média classe média	2	17	5	6	-	30
Alta classe média	2	11	8	3	1	25
Baixa classe Alta	-	10	1	1	1	13
Alta classe Alta	1	1	2	1	-	5
Não Informado	5	18	8	17	5	53
Total	15	117	41	67	15	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Desta maneira, particularmente, destaca-se o conhecimento quanto ao percentual dos participantes da pesquisa em cada classe socioeconômica utilizada como critério. Neste sentido, percebe-se, em ordem decrescente, que os entrevistados são compostos por: 21% de vulneráveis; 17% de baixa classe média; 12% de média classe média; 11% de pobres, mas não extremamente pobres; 10% de alta classe média; 5% de baixa classe alta; 2% de alta classe alta; 2% de extremamente pobres; e 21% não informaram a renda familiar.

O Gráfico 13 expõe a distribuição por classificação socioeconômica.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A comparação entre a renda per capita e a zona de moradia do respondente permite perceber como a população está socioeconomicamente estratificada no Município. Assim, verifica-se que na zona central da cidade há uma predominância de cidadãos vulneráveis, equivalentes a um terço dos respondentes. Contudo, não há nesta região a percepção dos estratos mais vulneráveis segundo a classificação utilizada (extremamente pobre e pobre, mas não extremamente pobre).

O restante, com exceção do outro terço que não informou sobre a renda, pertence às classes média e alta.

Na zona leste, também aproximadamente um terço dos respondentes vive em vulnerabilidade, ou seja, 33%. Contudo, nessa região, há cidadãos que se encontram nas classes mais pobres, o equivalente a 13% vive em situação de pobreza ou extrema pobreza. Já os mais abastados, das classes média e alta, compõem pouco mais da metade dos participantes, ou seja, 51% dos moradores da zona leste. O restante dos entrevistados, moradores da zona leste, 15%, não informaram a renda.

A zona norte de Porto Velho possui cerca de um terço dos respondentes entre vulneráveis e pobres, representando 29% dos entrevistados. Não houve entre os pesquisados moradores desta região da cidade que se enquadrassem na categoria de extremamente pobres.

Os moradores na zona norte entrevistados de melhores condições sociais, das classes média e alta, correspondem a um pouco mais da metade, cerca de 51%. Esta região possui uma

das maiores concentrações de moradores nas melhores classificações socioeconômicas da pesquisa, bem próxima daquela com o maior percentual, a zona leste.

Não informaram a renda per capita 20% dos moradores da zona norte.

A zona sul é a que possui o maior índice de moradores em situação de extrema pobreza entre seus habitantes, representando 3% de sua população. 40% dos entrevistados estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que representa a maior concentração dentro de uma região do município.

Por outro lado, 36% dos moradores da zona sul pertencem às classes média e alta. 25% dos entrevistados da região não informaram sua renda.

Na zona rural, um pouco mais de um quarto dos moradores entrevistados, ou seja, 27%, encontram-se em situação de vulnerabilidade, sendo vulneráveis ou pobres. Contudo, não foram observadas pessoas em situação de extrema pobreza.

A região possui 40% de seus moradores entrevistados pertencentes às classes média e alta, o que representa a terceira maior concentração entre as classes mais altas. 33% dos entrevistados não informaram a renda familiar.

Do exposto, nota-se que 34% dos entrevistados vivem em condição de vulnerabilidade ou abaixo dessa situação no Município. As concentrações das diversas classes estão divididas nas diferentes regiões, sem que se note uma que tenha a prevalência absoluta de algum dos estratos utilizados, seja entre os mais ricos ou mais pobres. Apenas na zona sul, houve uma superação do percentual das classes inferiores sobre as superiores.

Na Tabela 44, verifica-se que os índices variaram ocasionalmente no cruzamento entre escolaridade e as zonas da cidade.

Tabela 44- Escolaridade segundo a zona de moradia

Especificação	Zona da Cidade					Total
	Centro	Leste	Norte	Sul	Rural	
Ensino Fundamental	-	12	3	6	2	23
Ensino Médio	14	99	32	61	10	216
Ensino Superior	-	2	2	-	1	5
Não Informado	1	4	4	-	2	11
Total	15	117	41	67	15	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os estudantes universitários só foram encontrados entre os moradores das zonas norte, leste e rural, com destaque absoluto em percentual e efetivo em todas as regiões para aqueles que declararam ensino médio.

No geral, infere-se que há pouca presença de universitários entre os participantes, em sua maioria jovens na faixa dos 18 anos, em todas as regiões da cidade, representando apenas 2% do total dos entrevistados. A maioria absoluta dos entrevistados respondeu ensino médio, o que equivale a 85%, enquanto preocupantes 9% informaram apenas o ensino fundamental.

Observa-se, ainda, que devido ao preenchimento do instrumento de coleta ter sido realizado pelo próprio entrevistado, que voluntariamente concordou em participar, não foi possível coletar dados sobre o percentual de analfabetismo neste trabalho.

5.5 Análise da Prática de Desporto e Lazer nas Zonas da Cidade

A Lei Orçamentária Anual – 2023, do Município de Porto Velho, reservou um total de R\$ 3.220.000,00 (três milhões e duzentos e vinte mil reais) para ser aplicado no desenvolvimento do desporto e lazer.

Assim, a pesquisa, por meio de um quesito aberto, analisou todos os esportes informados pelos participantes no instrumento de coleta. Em seguida, realizou o cruzamento desses dados com as zonas de moradia e seus respectivos praticantes.

As preferências esportivas dos jovens são critérios para a melhor aplicação de verbas públicas na construção de equipamentos, como praças e áreas de lazer. Destarte, o currículo escolar, especialmente no que se refere à prática da educação física, é outro beneficiário dos conhecimentos resultantes desta pesquisa. O que traz benefícios a população foco deste trabalho científico, por o esporte ajudar no desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social, fatores que sofrem modificações severas nesse período, e corroborando com as necessidades apresentadas neste trabalho pelos ensinamentos, do ano de 2022, de Bizarria et al..

Quanto aos esportes, a prática do basquete tem uma maior preponderância na zona leste, seguida pelas zonas norte e rural. No aspecto geral, demonstra-se que é um esporte praticado por muito poucos jovens em Porto Velho, havendo apenas 6% de praticantes entre todos os entrevistados (Tabela 45).

Tabela 45- Respondentes praticantes de basquete segundo a zona de moradia

Especificação	Praticante de basquete					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	-	-	12	80	3	15
Leste	11	9	91	78	15	117
Norte	3	7	32	78	6	41
Sul	-	-	63	94	4	67

Especificação	Praticante de basquete					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona rural	1	7	12	80	2	15
Total	15	6	30	82	30	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A Tabela 46 mostra que 60% dos participantes praticam o futebol.

Tabela 46- Praticantes de futebol/futsal segundo a zona de moradia

Especificação	Praticante de futebol/futsal					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	8	53	4	27	3	15
Leste	69	59	33	28	15	117
Norte	21	51	14	34	6	41
Sul	42	63	21	31	4	67
Zona rural	12	80	1	7	2	15
Total	152	60	73	29	30	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Dessa forma, o futebol, como tradição nacional, é praticado em todas as áreas da cidade e pela maioria dos cidadãos entrevistados. Destaque especial para a zona rural, onde 80% dos seus moradores praticam o esporte.

Na Tabela 47, é possível constatar que o ciclismo é um esporte pouco praticado em todas as regiões da cidade.

Tabela 47-Praticantes de ciclismo segundo a zona de moradia

Especificação	Praticante de ciclismo					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	-	-	12	80	3	15
Leste	1	0,9	101	86	15	117
Norte	1	2	34	83	6	41
Sul	2	3	61	91	4	67
Zona rural	-	-	13	87	2	15
Total	4	2	221	87	30	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Foram encontrados praticantes nas zonas sul, norte e leste. No entanto, o número de praticantes nessas áreas é relativamente baixo, representando um total de 2% entre todos os entrevistados da pesquisa.

Da mesma forma que o ciclismo, a corrida e a caminhada são atividades também muito pouco praticadas pelos cidadãos de Porto Velho (Tabela 48).

Tabela 48-Praticantes de corrida/caminhada segundo a zona de moradia

Especificação	Praticante de ciclismo					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	-	-	12	80	3	15
Leste	5	4	97	83	15	117
Norte	1	2	34	83	6	41
Sul	1	2	62	93	4	67
Zona rural	-	-	13	87	2	15
Total	7	3	218	86	30	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No presente estudo, apenas 3% dos participantes são adeptos dessas atividades. Foram observados praticantes apenas nas zonas leste, norte e sul, representando respectivamente 4% e 2% nas duas últimas.

Tabela 49-Respondentes praticantes de musculação segundo a zona de moradia

Especificação	Praticante de musculação					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	-	-	12	80	3	15
Leste	3	3	99	85	15	117
Norte	4	10	31	76	6	41
Sul	3	5	60	90	4	67
Zona rural	1	7	12	80	2	15
Total	11	4	214	84	30	255

Fonte: Elaborador pelo autor (2023)

Conforme a Tabela 49, a musculação tem maior incidência na zona norte da cidade, onde aproximadamente um em cada dez entrevistados pratica a atividade. Também há adeptos, em menor percentual, nas demais regiões, com exceção da parte central do município. Um total de 4% do público-alvo desta pesquisa é praticante de musculação.

Em relação ao vôlei, nota-se que é um esporte praticado por 4% dos participantes deste trabalho científico (Tabela 50).

Tabela 50-Respondentes praticantes de vôlei segundo a zona de moradia

Especificação	Praticante de vôlei					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	-	-	12	80	3	15
Leste	8	7	94	80	15	117
Norte	1	2	34	83	6	41
Sul	1	2	62	93	4	67
Zona rural	1	7	12	80	2	15
Total	11	4	214	84	30	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Existe uma porcentagem pouco acima da média de voleibolistas nas zonas leste e rural, não havendo incidência entre os entrevistados moradores da zona central.

Os praticantes de artes marciais em cada área da cidade estão apresentados na Tabela 51.

Tabela 51-Participantes praticantes de artes marciais segunda a zona de moradia

Especificação	Praticante de artes marciais					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	1	7	11	73	3	15
Leste	7	6	95	81	15	117
Norte	2	5	33	81	6	41
Sul	6	9	57	85	4	67
Zona rural	-	-	13	87	2	15
Total	16	6	209	82	30	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As artes marciais possuem o segundo maior percentual de participantes entre os esportes incluídos neste estudo, com 6% de adeptos entre os pesquisados, seus praticantes ficam apenas atrás dos praticantes de futebol entre o público alvo.

Do exposto, os conhecimentos apresentados nas tabelas 45, 46, 47, 48, 49 e 50 que compõem este subitem da pesquisa ressaltam a necessidade de programas para melhorar a saúde e o bem-estar dos cidadãos do município. Indo ao encontro do mencionado, nesta dissertação, por Fonseca et al. em relação à Organização Mundial de Saúde (OMS) conceituar no ano de 1948 a saúde como um completo estado de bem-estar, composto pelos aspectos físico, mental e social. Assim, enfatiza-se que a saúde deve ser vista como um indicativo de uma boa qualidade de vida, não se limitando apenas à ausência de enfermidades.

Dessa forma, pode-se observar que, exceto pelos praticantes de futebol, o número de praticantes de outras atividades físicas é bastante reduzido entre os entrevistados. Portanto, é necessário um maior envolvimento por parte do Município na construção de equipamentos e na realização de ações que atraiam os cidadãos para a prática de esportes e atividades de lazer, visando à melhoria da saúde da população de Porto Velho.

Assim, as informações apresentadas neste segmento da pesquisa podem servir como subsídios para os programas propostos que estimulem a prática de esportes entre os cidadãos e também para o planejamento da construção de equipamentos públicos, como praças desportivas, atendendo às demandas de cada região de Porto Velho.

Do exposto, podem ser tomados como exemplos: o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e o Projeto João do Pulo, do Ministério da Defesa, que oferecem a oportunidade de praticar esportes e atividades físicas para crianças, adolescentes e jovens, com idades entre 6 e 18 anos, bem como para pessoas com deficiência. Da mesma forma, podem ser utilizadas na implantação do Programa Segundo Tempo, que pode funcionar em parceria entre a Prefeitura Municipal e o Ministério do Esporte, por meio de núcleos, com o objetivo de expandir a prática de esportes e o acesso à cultura para os jovens cidadãos.

5.6 Asfaltamento segundo zona de moradia dos respondentes

Foi alocado um total de R\$ 83.021.704,00 (oitenta e três milhões, vinte e um mil, setecentos e quatro reais) para os programas dedicados à infraestrutura urbana, conforme pode ser observado no Quadro 11. O percentual de asfaltamento de vias públicas é um fator integrante na avaliação da infraestrutura municipal. Assim, por intermédio desse fator, foi verificada a situação de infraestrutura de cada região de moradia dos respondentes.

Na Tabela 52, verifica-se o índice de moradores em ruas asfaltadas, divididos por suas respectivas regiões.

Tabela 52- Respondentes moradores em rua asfaltada por zona no Município

Especificação	Morador de rua asfaltada					Total
	Sim	Participante %	Não	Participante %	Não informado	
Zona urbana						
Centro	13	87	1	7	1	15
Leste	79	68	36	31	2	117
Norte	36	88	3	7	2	41
Sul	49	73	18	27	-	67
Zona rural	4	27	10	67	1	15
Total	181	71	68	27	6	255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Assim, pelas suas características, seria natural que a zona rural possuísse o menor índice, que é de 27%, conforme demonstra a pesquisa. Contudo, percebe-se que na região urbana do município, as zonas leste e sul possuem percentuais menores do que os do centro e zona norte. Sugerindo-se a necessidade de uma maior atenção a ser dispensada às primeiras regiões quanto ao planejamento na parte urbana da cidade neste aspecto.

6 PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO-PTT - PLANO DE AÇÃO

O PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO-PTT, disponibilizado no Apêndice A desta dissertação, é resultante da pesquisa que identificou o quanto é promissor o uso dos dados gerados pelo Exército Brasileiro quando do recrutamento de jovens para o serviço militar. A escassez ou inexistência de informações por vezes dificulta a elaboração de um planejamento factível que atenda às necessidades da população foco deste estudo.

O produto técnico tecnológico é um plano de ação denominado "**PLANO DE AÇÃO PARA POSSIBILITAR O REAPROVEITAMENTO DOS DADOS GERADOS DURANTE A SELEÇÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO POR PREFEITURAS MUNICIPAIS**".

Este plano tem a finalidade de apresentar as ações a serem desenvolvidas por diversos setores do Exército Brasileiro, a fim de possibilitar que os dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório sejam disponibilizados à Prefeitura Municipal de Porto Velho. Isso permitirá sua utilização como subsídio para a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens cidadãos da cidade.

Para alcançar o objetivo, o produto técnico tecnológico possui a seguinte estrutura: resumo, instituição, público-alvo da iniciativa, descrição da situação-problema, objetivo, diagnóstico da situação-problema, recomendações de intervenção, responsáveis e contatos, local e data da realização do relatório, e referências.

Do exposto, ressalta-se que as ações recomendadas podem ser reunidas em onze iniciativas, conforme demonstra-se a seguir.

- a) Ajustar a legislação que regula o serviço militar no País

Elaborar uma proposta destinada à Presidência da República, por meio do Ministério da Defesa, com o intuito de modificar o Decreto nº 57.654, datado de 20 de janeiro de 1966, conhecido como Regulamento da Lei do Serviço Militar.

Por meio desta alteração, busca-se estabelecer o compartilhamento dos dados originados durante o processo de seleção para o serviço militar, de acordo com as diretrizes estabelecidas no artigo 61 do mencionado decreto, referente ao compartilhamento com o Ministério da Saúde.

Assim, propõe-se incluir o seguinte dispositivo como Artigo 61-A: "O Ministério da Defesa, por intermédio de suas Regiões Militares, deverá colaborar com as prefeituras

municipais onde as Comissões de Seleção Permanentes para as Forças Armadas estiverem localizadas, estabelecendo instruções específicas que determinarão as perguntas adicionais a serem feitas durante a fase de entrevista no processo de alistamento militar, levando em consideração as particularidades de cada município.

§ 1º As Comissões de Seleção mencionadas deverão preencher o SERMILMOB com os dados dos alistados, e ao final do processo, extrairão os dados brutos por meio da ferramenta de tecnologia da informação do sistema, garantindo que não haja identificação dos entrevistados.

§ 2º Os resultados dessas extrações de dados deverão ser colocados à disposição das Prefeituras Municipais, por meio da ferramenta de tecnologia da informação do SERMILMOB."

Outra proposta de alteração normativa necessária para a implementação do reaproveitamento dos dados em pauta deve ser direcionada ao Ministério da Defesa, visando à modificação do Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial das Forças Armadas (PGC), conforme a sugestão a seguir.

Do exposto o item 3.3.12 do Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial das Forças Armadas deve ser alterado de: "3.3.12 Com a finalidade de aperfeiçoar as atividades de seleção, foram disponibilizadas no SERMILMOB ferramentas de Tecnologia da Informação para realizar o agendamento, anamnese, entrevista e acompanhamento da situação militar dos conscritos"; para: "3.3.12 Com a finalidade de aperfeiçoar as atividades de seleção, foram disponibilizadas no SERMILMOB ferramentas de Tecnologia da Informação para realizar o agendamento, anamnese, entrevista, acompanhamento da situação militar dos conscritos e extração de dados gerados para posterior repasse às Prefeituras Municipais sede de seleção das Forças Armadas."

Por último, deve-se também modificar os Planos Regionais de Convocação para o Serviço Militar Inicial (PRC). Sendo inserido no item Prescrições Diversas dos PRC a determinação de que, ao final da fase das entrevistas e inspeções de saúde e após o lançamento das informações geradas no SERMILMOB, os dados gerados sejam extraídos, por meio da ferramenta de TI a ser criada pela DSM, e postos à disposição das Prefeituras Municipais.

- b) Criar tecnologia da informação para coletar e padronizar os dados a ser coletados pelas Comissões de Seleção das Forças Armadas

Deve ser criado e, posteriormente, incorporado uma ferramenta de tecnologia da informação no SERMILMOB para a extração de dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório e sua subsequente disponibilização às Prefeituras Municipais, que são sedes de seleção das Forças Armadas.

Os desenvolvedores do software deverão manter o sigilo dos alistados e não permitir qualquer comprometimento de fatores relacionados à segurança nacional.

Outro fator a ser tratado pela Forças Armadas deve ser a padronização das questões que compõem a entrevista, componente da seleção do serviço militar, respeitando as características de cada região do país, de acordo com o preconizado no art. 70 das Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004).

c) Ligação com as prefeituras municipais participantes

Salienta-se a necessidade para o prosseguimento da ação de criação de um canal de comunicação direta com as diversas prefeituras municipais participantes, de modo que seja possível receber delas demandas específicas de cada cidade e sugestões de melhorias a serem implementadas para o aperfeiçoamento da iniciativa.

Outrossim, também deve ser permitido o acesso das secretarias designadas por cada município à ferramenta de tecnologia da informação criada no SERMILMOB para atender a esta ação, com o intuito de que cada prefeitura municipal possa realizar o recolhimento exclusivo de seus próprios dados.

d) Transformação em política nacional

A transformação da presente iniciativa em política nacional, por intermédio de uma proposta à Presidência da República, enviada via Ministério da Defesa, proporcionaria o envolvimento de outros ministérios e agentes governamentais com atividades e recursos direcionados ao sucesso do programa.

e) Participação da sociedade

A participação da sociedade pode ser estimulada através da criação de campanhas que visem a informar e incentivar a participação dos cidadãos.

Desse modo, sugere-se a criação de campanhas de comunicação para cientificar a sociedade em geral sobre as políticas implementadas como resultado das informações coletadas durante a presente ação; assim como a criação de campanhas para estimular a participação ativa da sociedade civil, com sugestões e críticas construtivas em relação a esta ação.

f) Recursos financeiros

Há a necessidade do planejamento de recursos orçamentários específicos para a implementação desta iniciativa, oferecendo suporte financeiro ao desenvolvimento de

tecnologia da informação, treinamento de pessoal, campanhas informativas e de conscientização, bem como outras atividades relacionadas.

g) Seleção de Recursos Humanos

Devem ser nomeados militares capacitados para as Comissões de Seleção Permanente das Forças Armadas, selecionando os mais aptos para a realização das entrevistas que irão gerar os dados sociodemográficos dos alistados, bem como militares habilitados para serem responsáveis pelas inspeções de saúde.

h) Treinamento de Recursos Humanos

Ressalta-se a necessidade de ser propiciado um treinamento aos militares membros das Comissões Permanentes de Seleção para o Serviço Militar das Forças Armadas para o correto emprego da ferramenta de tecnologia da informação a ser inserida no SERMILMOB para extração de dados gerados e posterior repasse às Prefeituras Municipais, sedes de seleção das Forças Armadas.

Uma sugestão para o treinamento em debate seria por meio de videoaulas, à distância, para as diversas comissões de seleção pelo País, promovendo a operação da ferramenta de TI a ser implementada no SERMILMOB para extração de dados gerados e posterior repasse às referidas Prefeituras Municipais.

Assim, devem ser feitas parcerias com outras escolas de treinamento governamentais, para realização de cursos para o treinamento dos agentes municipais que ficarão encarregados de avaliar e interpretar os dados coletados.

Esses cursos devem permitir a esses servidores: identificar tendências, necessidades e os principais óbices ao desenvolvimento dos jovens, baseado nos dados disponibilizados por meio do SERMILMOB.

i) Conscientização dos jovens participantes da seleção para o serviço militar

Devem ser formuladas campanhas de comunicação para conscientizar os jovens sobre a importância de responder de forma verídica às perguntas da entrevista de Seleção Militar, com o objetivo de implementar políticas públicas que possam beneficiá-los.

j) Avaliação Periódica do Plano

Para a continuidade do planejamento e sua constante evolução, sugere-se o desenvolvimento de um sistema de monitoramento desta ação, avaliando regularmente os impactos das políticas públicas geradas com base em indicadores específicos.

Assim, deve-se um sistema contínuo de atualização desta iniciativa de coleta de dados, tendo como base as sugestões e demandas recebidas da sociedade civil, prefeituras municipais

e demais órgãos governamentais. Destarte, também devem ser realizadas avaliações periódicas deste plano de ação para garantir sua eficácia e fazer ajustes conforme necessário.

k) Cuidados legais

Este último tópico se direciona à preocupação com a conformidade das atividades a implementadas com o Princípio Constitucional da Legalidade e demais princípios da Administração Pública presentes no Ordenamento Jurídico nacional.

Nesta feita, a Diretoria do Serviço Militar, seria o principal setor do Exército Brasileiro para coordenação das iniciativas mencionadas para viabilização da utilização dos dados coletados durante a seleção do serviço militar pelas prefeituras municipais na implementação de políticas públicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a viabilidade do reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório como subsídio para a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens cidadãos do município de Porto Velho, Rondônia.

O objetivo geral desta pesquisa foi alcançado por meio de três objetivos específicos, que conduziram o estudo à produção de conhecimentos parciais sobre o assunto, ampliando o entendimento sobre a geração de dados no serviço militar, o ciclo de políticas públicas e a utilização desses dados na produção de informações sobre o jovem portovelhense.

Neste sentido, por meio de um estudo bibliográfico, foi cumprido o primeiro objetivo específico, permitindo compreender a evolução do recrutamento militar no Brasil, as etapas do serviço militar obrigatório e, principalmente, como a concepção de dados sobre o jovem brasileiro influencia no desenvolvimento da carreira militar.

O segundo objetivo específico, também utilizando o estudo de artigos científicos, livros e outras publicações, descreveu conceitos relacionados à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Destarte, tendo sido mencionadas, ainda, as principais formas de classificação socioeconômicas utilizadas no País, as quais se prestam para estratificar a população por diferentes métodos e divisão de classes de uma população, proporcionando uma mais ampla visualização da sociedade e dos cidadãos mais carentes. A estratificação que corrobora com a execução da formulação de programas assistenciais aclarada no ciclo de políticas públicas, subitem 2.5 desta dissertação.

Neste contexto, também foram apresentadas, neste estudo científico, ações estatais direcionadas à melhoria das condições socioeconômicas dos jovens implementadas no território brasileiro.

Para cumprir o terceiro objetivo, ilustrou-se a utilização de dados gerados durante a seleção do serviço militar obrigatório como meio para subsidiar a formulação de políticas públicas.

A análise situacional pôde demonstrar a influência da classificação socioeconômica, escolaridade e zona de moradia na cidade, uns sobre os outros e deles em relação a outros fatores ligados às áreas de saúde, lazer, esporte, segurança pública, voluntariado ao serviço militar, infraestrutura, paternidade, uso de substâncias prejudiciais aos jovens e atividades profissionais.

Ao final da discussão, tornou-se possível sugerir diretrizes a serem adotadas na formulação de potenciais políticas públicas pelos órgãos governamentais em Porto Velho.

Por fim, o último objetivo específico da pesquisa foi a concepção de um plano de ação, como produto técnico tecnológico, com o objetivo de viabilizar a execução dos resultados desta pesquisa em prol dos jovens cidadãos.

Dessa forma, conclui-se que o presente trabalho apresentou uma fonte de dados para auxiliar a formulação de políticas públicas no município de Porto Velho, a qual pode ser somada a outros fatores, como outras pesquisas, interesse político, disponibilidade de recursos e demais fatores no momento da formulação de programas assistenciais no Município.

Foram observadas as vantagens de possuir custos baixíssimos para a cidade de Porto Velho, devido às informações serem atualizadas anualmente pelo Exército Brasileiro. Apesar da pesquisa ser voltada, em sua maioria absoluta, a cidadãos do sexo masculino com a idade de 18 anos, muitos dos conhecimentos gerados podem ser utilizados como base para programas voltados a toda a sociedade portovelhense. Por exemplo, informações sobre saúde, asfaltamento, infraestrutura, desporto e lazer.

Neste sentido, devido aos dados serem gerados durante um processo seletivo, uma desvantagem a ser considerada é a possibilidade de o jovem responder inveridicamente a algum quesito por medo de ter sua admissão ou recusa no processo prejudicada.

Cabe destacar a possibilidade de ampliar o uso da presente pesquisa para outros municípios brasileiros, uma vez que a seleção do serviço militar ocorre em diversas cidades do país.

Por último, verifica-se a necessidade de futuras pesquisas sobre os conhecimentos gerados a respeito da situação socioeconômica da população portovelhense, visando aprofundar a investigação das causas dos resultados encontrados na presente discussão. Permitindo a criação de soluções mais eficazes para os problemas apontados neste trabalho científico.

Além disso, no caso de utilização dos dados estudados na pesquisa pelos órgãos governamentais, é necessário que esses dados sejam extraídos diretamente do banco de dados do sistema do serviço militar (SERMIL) da Diretoria do Serviço Militar do Exército Brasileiro. Desse modo, proporcionaria informações mais completas e precisas sobre a população entrevistada, facilitando a formulação, implementação e avaliação de programas assistenciais.

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro da Educação Básica. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf
Acesso em: 31 ago 2023.

BARBALHO, Fernando Almeida. **A emergência no campo de políticas públicas de dados abertos governamentais no Brasil.** Conhecer: debate entre o público e o privado, nº 20, 118-137, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1056/962>. Acesso em: 23 mar 2022

BICHIR, Renata; SIMONI Jr., Sergio; PEREIRA, Guilherme. **A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios brasileiros.** Brasília-DF: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 03 mai 2022.

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida; FIGUEIREDO, Irlane Batista; CAVALCANTE, Sara do Nascimento; DUARTE DA SILVA, Eliane Jiliane; BARBOSA, Flávia Lorenne Sampaio. **Políticas Públicas de Saúde para a Juventude - Estudo Bibliométrico e Agenda de Pesquisa com base na Web of Science.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, p. 3975-3985, 2022. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/politicas-publicas-de-saude-para-a-juventude-estudo-bibliometrico-e-agenda-de-pesquisa-com-base-na-web-of-science/18399>. Acesso em: 22 set 2022.

BRASIL. Alistamento Militar. **Diretoria do Serviço Militar.** Brasília-DF, 2022. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/2013-10-27-00-11-04>. Acesso em: 02 abr 2022.

_____. Alistamento do serviço militar on line. **Diretoria do Serviço Militar.** Brasília-DF, 2022. Disponível em: <https://alistamento.eb.mil.br/> Acesso em: 02 abr 2022.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 mar 2022.

_____. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. **Regulamenta a Lei do Serviço Militar.** Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d57654.htm. Acesso em: 27 set 2022.

_____. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. **Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6481-12-junho-2008-576432-publicacaooriginal-99613-pe.html>. Acesso em: 26 set 2022.

_____. Governo do Brasil. **Forças Armadas e Defesa Civil**. Brasília-DF:Gov.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/alistar-se-no-servico-militar-obrigatorio>. Acesso em: 01 jun 2022.

_____. Governo do Brasil. **Órgãos do Governo**. Brasília-DF: Gov.br, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos-do-governo>. Acesso em: 31 ago 2023.

_____. Juventude Viva. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/programas/juventude-viva>. Acesso em: 31 ago 23.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília, DF: SGPR, 2006.

_____. IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 26 set 2022.

_____. IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 19 mai 2022.

_____. **Instruções Reguladoras para o Gerenciamento do Cadastro de Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército – FuSEx (EB30-IR-20.039)**. Brasília, DF: Departamento-Geral de Pessoal do Exército Brasileiro, 2020. Disponível em: www.agsp.eb.mil.br/arquivos/legislacao/PORTARIA_273_14_DEZEMBRO_2020.pdf. Acesso em: 02 jun 2022.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 10 ago 2023.

_____. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. **Lei do Serviço Militar**. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm. Acesso em: 18 abr 2022.

_____. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. **Lei da Reestruturação da Carreira Militar**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L13954.htm. Acesso em: 01 jun 2022.

_____. **Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004)**. Brasília, DF: Departamento-Geral de Pessoal do Exército Brasileiro, 2012. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/normas-tecnicas>. Acesso em: 19 abr 2022.

_____. **Plano Regional de Convocação para o Serviço Militar Inicial em 2021 (PRC 2021)**. Brasília, DF: 11ª Região Militar, 2020. Disponível em: [http://www.11rm.eb.mil.br/publicacao/manuais_procedimentos/Plano_Regional_de_Convoca%C3%A7%C3%A3o_2021_\(PRC-2021\)_da_11%C2%AA_RM.pdf](http://www.11rm.eb.mil.br/publicacao/manuais_procedimentos/Plano_Regional_de_Convoca%C3%A7%C3%A3o_2021_(PRC-2021)_da_11%C2%AA_RM.pdf). Acesso em: 19 abr 2022.

_____. Salário mínimo de 1.212 é promulgado. **Senado Notícias**. Brasília-DF, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 03 jun 2022.

_____. Serviço Militar Temporário. **Diretoria do Serviço Militar**. Brasília-DF, 2022. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/2013-10-27-00-11-5>. Acesso em: 02 jun 2022.

BORGES, Sonia Xavier de Almeida; NAMEN, Anderson Amendoeira; SADALA, Maria da Glória Schwab. **Indicadores de qualidade do ensino fundamental: uso de tecnologias de mineração de dados e visões multidimensionais para o apoio à análise e definição de políticas públicas**. Revista brasileira de estudo da pedagogia, Brasília: v. 94, nº 238, 677-700, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NccgVmpnOgJwMNL9Kt8jpvD/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr 2022.

CAPELLA, Ana Cláudia. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1> Acesso em: 22 abr 2022.

CARVALHO, J. W. **Serviço Militar Obrigatório: investigação da vida pregressa como fator estratégico de segurança e defesa**. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola Superior de Guerra, Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/975>. Acesso em: 15 abr 2022.

DELANEY, Richard; KARPATI, Adam. **Fortalecimento do uso de dados de mortalidade na tomada de decisões de políticas públicas de saúde**. Revista Brasileira de Epidemiologia, nº 22, 191-194 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/BWVWbmPx7yzWn5PWCWDNndH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 abr 2022.

DORATIOTO, Francisco. **O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Teorias de política pública *teorias de política pública public policy theories***. Revista Ambientações, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 628-661, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/1103/869>. Acesso em: 21 out 2022.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 03 mai 2022.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; e JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16º, 2004, Caxambu- MG. Disponível em: <http://www.ernestoamaral.com/docs/IndSoc/biblio/Guimaraes2004.pdf>. Acesso em: 23 abr 2022.

GUITARRARA, Paloma. "Porto Velho"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/porto-velho.htm>. Acesso em 15 nov 2023.

HANNA, Marcelo Zulian. **A emergente necessidade de combatentes para a Guerra da Tríplice Aliança e as consequências doutrinárias no recrutamento de pessoal do Exército Brasileiro**. Dissertação de Curso de Mestrado em Ciências Militares, Escola de Aperfeiçoamento do Exército, Rio de Janeiro-RJ, 2011.

HOCHMAN, G ; ARRETCHE, M ; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iBP0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&dq=pol%C3%Adticas+p%C3%Bablicas&ots=aGbPeIEe18&sig=ZvgbOuoahRWjKOkAnudWDQ2AlrA#v=onepage&q&f=>. Acesso em: 22 abr 2022.

HONORATO, Hercules Guimarães. **O projeto soldado cidadão como política pública de inserção do jovem no mercado de trabalho**. E-book VII CONEDU (Conedu em Casa) - Vol 02... Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 1365-1380. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/74185>. Acesso em: 17 out 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro, nº 31, 51-72, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427/5011>. Acesso em: 23 abr 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino e PASQUALI, F.A. **Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, FGV, 33, 75-94, 1999. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7652>. Acesso em: 23 abr 2022.

KAMAKURA, Wagner; e MAZZON, José Afonso. **Crerios de estratificação e classificadores socioeconômicos no Brasil**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v 56, nº 1, 55-76, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/XJy5FwjHxmMfV6yDPhPXNxf/?format=html&lang=pt> Acesso em: 22 mai 2022.

KARBAUY, Maria Teresa Miceli. **Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais?** Revista Estudos de Sociologia, Araraquara, 18/19, 193-203, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106967/ISSN1982-4718-2005-10-18-193-206.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 out. 2022.

KUHLMANN, Paulo. **Serviço Militar Obrigatório no Brasil: continuidade ou mudança**. In: Seminário sobre Pesquisa e Educação em Defesa e Segurança, 2001, São Paulo. Disponível em: https://www.academia.edu/1203658/Servi%C3%A7o_Mili. Acesso em: 10 abr 2022.

LEAL, José Alberto. **Serviço Militar Obrigatório: a Alternativa Adequada**. PADECEME, Rio de Janeiro, nº 17, 2008. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/94/121>. Acesso em: 23 mar 2022.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades**. Brasília-DF: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 03 mai 2022.

LOTTA, Gabriela. **A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas**. Brasília-DF: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 03 mai 2022.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MEDEIROS, E. S.; MEDEIROS, E.S.; GONÇALVES, V.; MUROLO, A.C. **Estatística para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis - Vol 2**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; NUNES, Claudio Pinto. **Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades**. Revista Sustinere, Rio de Janeiro, v.7, n° 2, p. 414-430, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/download/41193/32038>. Acesso em: 03 mai 2022.

PERÍODO de Instrução Individual de Qualificação. Ministério da Defesa. EXÉRCITO BRASILEIRO, Braço Forte - Mão Amiga, 2017. Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=8241641&_101_type=content&_101_groupId=8032597&_101_urlTitle=periodo-de-instrucao-individual-de-qualificacao&_101_redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3Dcampo%2Bgrande%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_delta%3D20%26_3_assetTagNames%3Diq%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_andOperator%3Dtrue%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true. Acesso em: 11 out 2022.

PORTO VELHO-RO. **Lei nº 2998, de 19 de dezembro de 2022 – Anexos: Lei Orçamentária Anual 2023**. Porto Velho, RO: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2022/12/50637/1671625187lei-no-2998-19-12-22-loa-2023-documento-completo.pdf>. Acesso em: 7 abr 2023.

_____. Pesquisa *on line* do planejamento participativo do orçamento público de Porto Velho-RO/2023. Porto Velho, RO: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: <https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/media/pdf/PESQUISA-ON-LINE-SOBRE-PLANEJAMENTO-PARTICIPATIVO-DO-ORCAMENTO-PUBLICO-2023.pdf>. Acesso em: 11 out 2023.

_____. A Cidade. Porto Velho, RO: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/17800/a-cidade>. Acesso em: 15 nov 2023.

QUITELLA, Rogerio Hermida; SOARES JÚNIOR, Jair Sampaio. **Sistemas de apoio à decisão e descoberta de conhecimento em bases de dados: uma aplicação potencial em políticas públicas.** Revista Organizações & Sociedade, Salvador, v. 10, nº 28, p. 83-98, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/vcdQVpkSm9HTPgjqX8WsHsN/abstract/?lang=en>. Acesso em: 26 set 2022.

RECRUTAS em Fortaleza recebem treinamento militar no terreno. DefesaNet, 2022. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/44492/Exercito---Instrucao-individual-dos-soldados-incorporados/>. Acesso em: 11 out 2022.

SORIANO NETO, Manoel. A guerra do Paraguai. Centro de Documentação do Exército (C Doc Ex): Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/guerra-paraguai-exercito-brasileiro.htm>. Acesso em: 24 ago 2022.

TUMELERO, Náina. **Pesquisa Survey: material completo desde os objetivos às variáveis.** Blog metzter. 2019. Disponível em: <https://blog.metzter.com/pesquisa-survey/> Acesso em: 07 nov 2023.

VALENTE, Mariana G.; NERIS, Natália; FRAGOSO, Nathalie. **Presa na Rede de Proteção Social. Privacidade, gênero e justiça de dados no Programa Bolsa Família.** Novo Estudo CEBRAP, São Paulo, v. 40, nº 01, p. 11-31, 202. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/8mtV>. Acesso em: 21 set 2022.

VIANA, Ana Luíza. **Abordagens metodológicas em políticas públicas.** RAP, Rio de Janeiro, 30, 5-43, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095>. Acesso em: 03 mai 2022.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria a participar da pesquisa "O SERVIÇO MILITAR E A CIDADANIA: USO DE DADOS COLETADOS COMO SUBSÍDIO PARA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS", desenvolvida por Bruno de Sá Jerônimo, discente do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), sob a orientação da Professora Doutora Rosália Maria Passos da Silva. O público-alvo desta dissertação são os cidadãos do município de Porto Velho que estão na idade para o alistamento ao serviço militar obrigatório em 2022.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a viabilidade do reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório como subsídio para a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens cidadãos do município de Porto Velho-RO.

Estão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações fornecidas. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados do estudo, e os dados serão armazenados em um local seguro. Além disso, a qualquer momento, durante a pesquisa ou após a conclusão da mesma, você pode solicitar informações ao pesquisador sobre a sua participação ou sobre a dissertação. O responsável pelo trabalho pode ser contatado pelo e-mail: brunodesajeronimo@gmail.com.

A sua participação consistirá em responder a uma ficha de entrevista, na qual serão feitas perguntas subjetivas relacionadas à sua condição socioeconômica. O tempo estimado para responder à pesquisa é de aproximadamente 25 minutos.

O instrumento de coleta preenchido será lido apenas pelo pesquisador e pela sua professora-orientadora, e ao término do estudo, todo o material será mantido em arquivo por 5 anos.

Esta pesquisa utilizará técnicas e métodos retrospectivos de pesquisa, nos quais não serão realizadas intervenções ou modificações intencionais nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos indivíduos que participam do estudo. Além disso, o questionário é anônimo, não havendo identificação dos participantes.

Um possível risco é a ocorrência de vazamento de dados. Para prevenir tais incidentes, serão implementadas todas as medidas padrão de segurança da informação para garantir que as informações coletadas não sejam divulgadas. Para minimizar os riscos, os dados, após serem coletados e compilados, serão removidos dos bancos de dados digitais e serão processados

apenas através de software de estatística, ou seja, de forma agregada, sem conter as respostas individuais fornecidas, sendo apresentados apenas em formato numérico.

Os benefícios desta pesquisa residem na tentativa de mitigar os problemas e desafios que afetam os cidadãos de Porto Velho ao atingirem a idade adulta. Ela pode servir como fonte de informações socioeconômicas sobre esses jovens, com o propósito de auxiliar na formulação de possíveis políticas públicas a serem implementadas durante o período de prestação do serviço militar obrigatório. Além disso, dentro dos critérios relacionados à segurança nacional, busca-se obter subsídios para uma maior valorização dos jovens em situação de vulnerabilidade social no momento da seleção ao serviço militar obrigatório.

É garantida a plena liberdade ao participante para recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem sofrer penalizações. Também é garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes em todas as etapas da investigação e asseguramos que o participante receberá uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes não terão ganhos ou despesas decorrentes deste estudo, uma vez que sua participação se limita ao preenchimento de um questionário.

Os recursos para este projeto serão custeados por financiamento próprio do pesquisador, da ordem de R\$ 750,00.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP, localizado na Sala 216 C, bloco C, 2º Andar, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 (Sentido Rio Branco/AC), CEP 76801-059, Porto Velho-RO, telefone: (69) 2182-2116, e-mail: cep@unir.br.

() Declaro que entendi os objetivos, concordo com as condições apresentadas e aceito participar desta pesquisa.

() Desejo receber uma via assinada deste termo (TCLE).

() Desejo receber os resultados deste estudo por e-mail ou pela mídia social pela qual recebi o convite para esta pesquisa.

Porto Velho-RO, de _____ 2022.

ASSINATURA DO PESQUISADOR

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Fonte: elaborado pelo autor.

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

FICHA DE ENTREVISTA

1. Data de nascimento: __/__/__

2. Foi criado pelo(a):

Pai () Mãe () Ambos () Nenhum dos dois ()

3. Endereço:

Bairro: _____ Zona da cidade: _____ Município: _____

UF: _____

4. É voluntário para servir às Forças Armadas: Sim () Não () Por quê?

5. Estado Civil: () Casado(a) () Solteiro(a) () Divorciado(a) () Outros _____

6. Idade do cônjuge (se for o caso): _____

7. Possui Filhos? () Não () Sim Quantos? _____ Idades? _____

Moram com? _____

8. Pais vivem () juntos () separados () Outros _____

9. Possui irmãos? () Não () Sim; Quantos? _____ Idades? _____

10. Sustenta sua família? () Não () Sim; Quem sustenta? _____

Qual a renda familiar aproximada? _____

11. Reside nesta cidade? () Não () Sim; Com quem? _____

12. Quantas pessoas moram em sua casa? _____

13. Doenças que já teve:

() sarampo () catapora () rubéola () caxumba () pneumonia () asma
 () tétano () tuberculose () hanseníase () cardíaco () cólera () toxoplasmose
 () epilepsia () hepatite () labirintite () doenças venéreas () desmaios
 () dor de cabeça () paralisia () dengue
 () covid-19 Quantas vezes _____ () malária Quantas vezes _____.

14. Usa óculos? () Não () Sim () miopia () hipermetropia () astigmatismo

15. Possui plano de saúde? () Não () Sim, qual? _____

16. Fuma? () Não () Sim, o quê? _____

17. Faz uso de bebida alcoólica? () Não () Sim, quais? _____ Frequência
semanal _____

18. O que faz no tempo de lazer? _____

19. Já utilizou drogas? () Não () Sim,
qual(is)? _____

20. Tem algum parente ou amigo que usa? () não () Sim.

21. Já foi preso ou detido pela polícia? () Não () Sim, por quê?

22. Qual a sua escolaridade?: _____

23. Se Superior, qual curso?: _____

24. Possui alguma experiência profissional? () Não () Sim
Qual? _____

25. Atualmente: () Trabalha () Estuda () Não executa nenhuma das atividades

26. Esporte que pratica? _____ Onde? _____

27. Religião? _____ Praticante? _____
Onde _____ frequenta? _____

28. Sua rua é asfaltada: Sim() Não ()

29. Sua casa possui banheiro dentro Sim () Não ()

31. Já foi atendido por dentista? () Não () Sim.

32. Já precisou arrancar algum dente? () Não () Sim. Motivo:

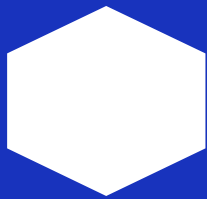
Porto Velho-RO, _____ de _____ de 20 _____

Declarante

APÊNDICE C – PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



Plano de Ação para Possibilitar o Reaproveitamento dos Dados Gerados Durante a Seleção do Serviço Militar Obrigatório por Prefeituras Municipais.

Bruno de Sá Jerônimo¹

Rosália Maria Passos da Silva²

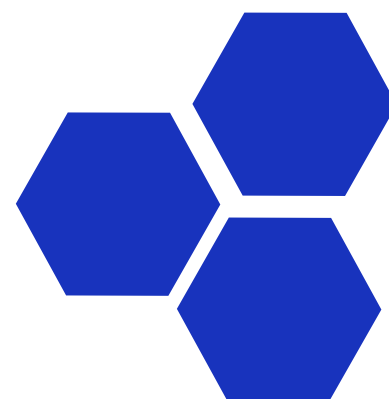
www.posgraduacao.UNIR.br/profiap



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



Resumo dos Autores



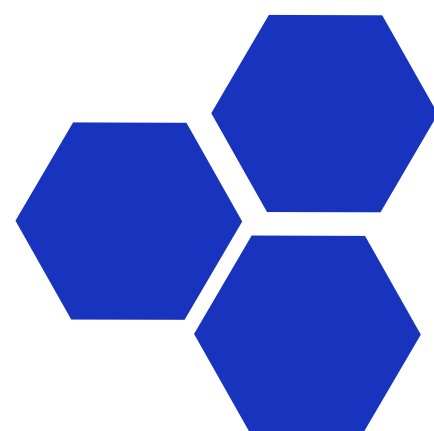
1: Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade Unyleya, Especialista em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro, Bacharel em Direito pela Faculdade de Rondônia (FARO) e Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Atualmente é Militar do Exército Brasileiro. E- mail: brunodesajeronimo@gmail.com.

2: Orientadora da pesquisa. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Graduada em Estatística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: rosaliapassos@unir.br.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDÔNIA

Resumo



A Constituição de 1988 concedeu aos entes da federação uma maior descentralização administrativa e tributária, o que provocou o aumento da demanda por informações sociais e demográficas pela administração pública. Isso se deve à distribuição de responsabilidades concedidas principalmente aos municípios, resultando no crescimento dos gastos do Estado com agências de estatística e empresas de consultoria, visando a produção de indicadores sociodemográficos (JANUZZI; PASQUALI, 1999).

Por outro lado, os jovens brasileiros são obrigados a passar por uma série de entrevistas, exames físicos e de saúde a cada ano, gerando diversos dados sobre eles ao alcançarem a idade para o alistamento militar, conforme estipulado pelo art. 13 da Lei do Serviço Militar.

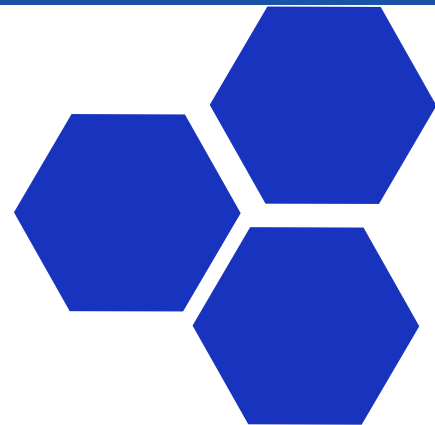
Desta forma, o presente relatório técnico tem como objetivo desenvolver uma proposta de intervenção, visando proporcionar um plano de ação para o reaproveitamento dos dados gerados pelas diversas Comissões de Seleção das Forças Armadas. Esses dados poderiam ser repassados aos municípios-sede das Comissões para serem utilizados como subsídio na formulação de políticas públicas.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



Abstract



The 1988 Constitution granted greater administrative and fiscal decentralization to the federal entities, leading to an increased demand for social and demographic information by the public administration. This was mainly due to the distribution of responsibilities, primarily to municipalities, resulting in the growth of state expenses with statistical agencies and consulting firms, aiming to produce sociodemographic indicators (JANUZZI; PASQUALI, 1999).

On the other hand, young Brazilians are required to undergo a series of interviews, physical examinations, and health assessments each year, generating various data about them upon reaching the age for military enlistment, as stipulated by Article 13 of the Military Service Law.

Thus, this technical report aims to develop an intervention proposal, in order to provide an action plan for the reuse of data generated by the various Selection Committees of the Armed Forces. These data could be shared with the municipalities hosting the Committees to be used as a basis for the planning of public policies.

Produto Técnico Tecnológico: Proposta de Plano de Ação para possibilitar o reaproveitamento dos dados gerados durante a Seleção do Serviço Militar Obrigatório por Prefeituras Municipais.

Título – Plano de Ação para possibilitar o reaproveitamento dos dados gerados durante a Seleção do Serviço Militar Obrigatório por Prefeituras Municipais.

Resumo

A Constituição de 1988 concedeu aos entes da federação uma maior descentralização administrativa e tributária, o que provocou o aumento da demanda por informações sociais e demográficas pela administração pública. Isso se deve à distribuição de responsabilidades concedidas principalmente aos municípios, resultando no crescimento dos gastos do Estado com agências de estatística e empresas de consultoria, visando a produção de indicadores sociodemográficos (JANUZZI; PASQUALI, 1999).

Por outro lado, os jovens brasileiros são obrigados a passar por uma série de entrevistas, exames físicos e de saúde a cada ano, gerando diversos dados sobre eles ao alcançarem a idade para o alistamento militar, conforme estipulado pelo art. 13 da Lei do Serviço Militar.

Contudo, após serem utilizados pelas Forças Armadas para realizarem a seleção dos cidadãos mais preparados para prestarem o serviço militar, esses dados permanecem armazenados nos sistemas da Diretoria do Serviço Militar do Exército Brasileiro, não se prestando para outras finalidades, como a formulação de políticas públicas voltadas para esse mesmo público, por exemplo, conforme ensina o art. 15 das EB30-N-30.004.

Desta forma, o presente relatório técnico apresente uma proposta de intervenção, visando proporcionar um plano de ação para o reaproveitamento dos dados gerados pelas diversas Comissões de Seleção das Forças Armadas. Esses dados poderiam ser repassados aos municípios-sede das Comissões para serem utilizados como subsídio na formulação de políticas públicas.

Instituição

Na Lei Complementar nº 97/1999 foi atribuída às Forças Armadas a obrigação subsidiária de cooperar com o desenvolvimento nacional. Por outro lado, o art. 142 da Constituição Federal informa que as Forças Armadas "são instituições nacionais

permanentes e regulares". A mesma Constituição, em seu art. 3º, contempla entre os objetivos nacionais a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. Dessa forma, o presente trabalho vem ao encontro das atribuições subsidiárias das Forças Armadas como instituições constitucionais da República Federativa do Brasil, estando estas sob a administração do Ministério da Defesa.

O Exército Brasileiro é a principal Força foco deste plano de ações, por estar sob sua responsabilidade a Diretoria do Serviço Militar, setor que é responsável pela maior parcela da seleção do serviço militar das Forças Armadas no território nacional, tendo em vista a determinação contida no parágrafo único do art. 68 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

Público-Alvo da Iniciativa

Inicialmente, o presente plano pretende trazer benefícios aos jovens cidadãos do sexo masculino, na faixa dos 18 anos de idade, por meio do fornecimento de dados a serem utilizados nos ciclos de políticas públicas voltadas para essa população foco.

No entanto, ao longo do trabalho de pesquisa que deu origem a este plano, foi observado que de forma indireta a iniciativa apresentou dados relevantes sobre toda a sociedade de Porto Velho-RO. Logo, podendo também ser útil aos demais cidadãos.

Além disso, durante a mencionada pesquisa, foi aventada a hipótese de estender os resultados da discussão aos demais municípios da federação onde são executadas as seleções para o serviço militar obrigatório.

Descrição da Situação-Problema

Tendo em vista a determinação constitucional contida no artigo 143 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), todos os cidadãos brasileiros do sexo masculino, com idade para prestar o serviço militar, têm o dever de realizar o alistamento militar obrigatório.

O serviço militar obrigatório compreende o exercício de atividades específicas das Forças Armadas (Marinha, Exército Brasileiro e Aeronáutica) e engloba a mobilização de pessoal e todos os encargos relacionados com a defesa nacional. Sua duração normal é de 12 meses, conforme estabelecido nos artigos 1º e 6º da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Ressalta-se, ainda, o fato de que essa obrigação perdura, em tempo de paz, do dia 1º de janeiro do ano em que o cidadão completa a idade de 18 anos até o dia 31 de

dezembro do ano em que completará os 45 anos, de acordo com o art. 5º da Lei do Serviço Militar. Nesta situação, enquanto não estiver em dia com o serviço militar, o cidadão fica proibido, conforme o art. 74 da lei mencionada, de:

a) obter passaporte ou prorrogação de sua validade; b) ingressar como funcionário, empregado ou associado em instituição, empresa (sic) ou associação oficial ou oficializada ou subvencionada ou cuja existência ou funcionamento dependa de autorização ou reconhecimento do Governo (sic) Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal; c) assinar contrato com o Governo (sic) Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal; d) prestar exame ou matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino; e) obter carteira profissional, matrícula ou inscrição para o exercício de qualquer função e licença de indústria e profissão; f) inscrever-se em concurso para provimento de cargo público; g) exercer, a qualquer título, sem distinção de categoria, ou forma de pagamento, qualquer função ou cargo público: I - estipendiado pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais; II - de entidades paraestatais e das subvencionadas ou mantidas pelo poder público; h) receber qualquer prêmio ou favor do Governo (sic) Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal;

Outrossim, feito o alistamento militar, os cidadãos são designados para a seleção do serviço militar. Conforme as Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004), aprovadas pela Portaria nº 015 da Diretoria Geral de Pessoal (DGP) em 6 de fevereiro de 2012, neste período, os jovens são submetidos a uma série de averiguações para selecionar os mais indicados para a incorporação ao serviço militar. Desse modo, são realizados levantamentos, tais como: exames médicos (odontológicos, de acuidade visual e auditiva) e físicos (aferição do perímetro cefálico e da cintura, tamanho do pé, peso, altura e aferição da força muscular); entrevistas, durante as quais são coletadas informações, como: grau de escolaridade, situação de arrimo de família, problemas sociais, aqueles que participam do sustento de família sem recursos e numerosa, apresentam indícios de incapacidade moral, e estão condenados por sentença irrecorrível resultante da prática de crime.

Dados que, somados aos fornecidos pelo cidadão no ato do preenchimento do alistamento militar *online*, como quem mora no exterior, quem sustenta a família, possui problemas de saúde (deficiência), endereço e outros, fornecem uma pesquisa complexa da situação social, econômica e demográfica dos jovens brasileiros do sexo masculino que estão chegando à idade adulta.

No município de Porto Velho, por exemplo, essa seleção é realizada por meio de uma parceria entre a Junta do Serviço Militar, que pertence à prefeitura de Porto Velho, e a Comissão de Seleção das Forças Armadas/002, uma comissão formada por militares,

sob a coordenação da 12ª Região Militar do Exército Brasileiro, localizada em Manaus-AM, conforme o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas em 2022.

No entanto, ao final do alistamento para o serviço militar, essas informações são utilizadas somente para a seleção dos jovens para o serviço militar, e os dados gerados são armazenados no banco de dados da Diretoria do Serviço Militar do Exército Brasileiro ao término da escolha, conforme estabelece o art. 15 das EB30-N-30.004.

Januzzi e Pasquali (1999) salientam a importância do conhecimento das potencialidades e limites dos indicadores sociais para a definição de prioridades e alocação de recursos do orçamento público. Eles destacam que o bom uso desses dados favorece a interpretação empírica da realidade social, proporcionando um processo mais competente para a análise, formulação e implementação de programas de combate à vulnerabilidade social. Assim, durante a identificação das principais carências pelo Estado, essas informações colaboram para atender as maiores áreas de intervenção possíveis.

Destaca-se que a Emenda Constitucional 19, de 1998, acrescentou ao artigo 37 da Constituição o princípio da Eficiência. Segundo Alexandrino e Paulo (2008), o conceito de eficiência na Carta Magna brasileira possui semelhanças com a ideia de economicidade prevista no art. 70, caput, da CF/88, no que se refere ao controle financeiro da Administração Pública. Desse modo, a eficiência pode ser compreendida como a prestação dos serviços públicos de forma mais simples, rápida e econômica, visando à melhor relação custo/benefício.

Assim, há a necessidade de criteriosidade com o gasto dos recursos públicos, sobretudo em respeito ao princípio constitucional supramencionado. Dessa forma, observa-se a pertinência de que os dados, que são gerados anualmente sobre a juventude durante a seleção militar, sejam utilizados para conhecer as principais adversidades socioeconômicas que afetam os jovens do sexo masculino ao final de sua infância e adolescência. Levantando-se, assim, as melhores ações a serem implementadas pela Administração Pública para combatê-las e, com isso, gerando a relação de melhor custo-benefício entre as políticas públicas mais apropriadas, corretamente apoiadas em dados confiáveis, e o gasto público com as mesmas.

Objetivo

Apresentar um plano de ação para o reaproveitamento dos dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório como subsídio para a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens cidadãos.

Diagnóstico da Situação-Problema

A pesquisa, que deu origem a este plano, possibilitou diagnosticar fatores que indicam a necessidade de compartilhamento de dados entre as Forças Armadas e a prefeitura municipal de Porto Velho-RO, como uma possibilidade de benefício à sociedade local. Essa ação, mencionada no parágrafo anterior, pode ser estendida às diversas localidades do território brasileiro que sediam Comissões de Seleção para o Serviço Militar Obrigatório.

Portanto, o serviço militar obrigatório, mesmo que temporário, oferece uma oportunidade de carreira ao jovem cidadão. Também foi demonstrada uma maior tendência a serem voluntários para o serviço militar entre os jovens mais carentes e com níveis educacionais mais baixos.

Desse modo, alega-se que o arquivamento dos dados gerados após a seleção para o serviço militar obrigatório consiste em desperdício de dinheiro público, uma vez que poderiam auxiliar nas formulações de políticas mais eficientes para a população.

Nesse sentido, percebe-se a falta de normas para o compartilhamento de informações como uma das principais causas de os conhecimentos gerados durante o alistamento militar não serem repassados às autoridades administrativas dos municípios que sediam Comissões de Seleção Permanentes para o Serviço Militar.

Assim, apenas na legislação que regulamenta o serviço militar, Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, existe a previsão de compartilhamento desses dados com outros órgãos do Estado. A norma determina, em seus artigos 61 e 62, a concessão das informações geradas pela inspeção de saúde da seleção do serviço militar para o Ministério da Saúde.

Por último, conforme ensinam Januzzi e Pasquali (1999), a diminuição da centralização administrativa e tributária no Brasil, fez com que aumentassem os gastos públicos com empresas de consultoria e agências de estatística geradoras de indicadores sociodemográficos. Diante do exposto, mister se faz a escassa previsão de compartilhamento das informações em debate, principalmente quando se leva em conta o mencionado aumento da demanda por esses dados desde a promulgação da Constituição de 1988.

Recomendações de Intervenção

As ações a serem realizadas para possibilitar a geração e disponibilização dos dados da seleção do serviço militar às Prefeituras Municipais, visando subsidiar a formulação de políticas públicas, serão exercidas pelo Exército Brasileiro.

Assim, o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial das Forças Armadas demonstra que a Força Terrestre tem um papel determinante para que o objetivo deste trabalho possa ser cumprido, uma vez que é um dos principais responsáveis pelo planejamento geral da convocação para o Serviço Militar das Forças Armadas e também possui a competência para sugerir modificações nas legislações que tratam do assunto.

Ademais, ao Exército Brasileiro também cumpre o dever de executor da seleção do serviço militar obrigatório para as Forças Armadas, conforme dispõe o Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, e é o administrador do Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB).

Diante do exposto, as ações para a implementação da geração de dados durante a Seleção do Serviço Militar, que subsidiem políticas públicas e seu repasse às Prefeituras Municipais, serão compartilhadas entre os setores do Exército Brasileiro da seguinte forma:

1. Ajustar a legislação que regula o serviço militar no País:

Ação Recomendada	Procedimentos/ Setor Responsável
<p>Elaborar uma proposta destinada à Presidência da República, por meio do Ministério da Defesa, com o intuito de modificar o Decreto nº 57.654, datado de 20 de janeiro de 1966, conhecido como Regulamento da Lei do Serviço Militar.</p> <p>Por meio desta alteração, busca-se estabelecer o compartilhamento dos dados originados durante o processo de seleção para o serviço militar, de acordo com as diretrizes estabelecidas no artigo 61 do mencionado decreto, referente ao compartilhamento com o Ministério da Saúde.</p> <p>Incluir o seguinte dispositivo como Artigo 61-A: "O Ministério da Defesa, por intermédio de suas Regiões Militares, deverá colaborar com as prefeituras municipais onde as Comissões de Seleção Permanentes para as Forças Armadas estiverem localizadas, estabelecendo instruções específicas que determinarão as perguntas</p>	<p>A Diretoria do Serviço militar deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentar a proposta, destacando a importância do compartilhamento de dados para aprimorar políticas públicas. • Introduzir o Artigo 61-A e detalhar as responsabilidades dos órgãos envolvidos. • Especificar os procedimentos para coleta, armazenamento e compartilhamento de dados. • Descrever tecnicamente como será realizado o compartilhamento de dados, priorizando a segurança e confidencialidade. • Preparar uma análise jurídica sustentando a legalidade e constitucionalidade da proposta. • Destacar a conformidade da modificação com os princípios legais e constitucionais vigentes. • Encaminhar formalmente a proposta ao Ministério da Defesa, endereçada à autoridade competente, com documentação de apoio. • Discutir a proposta com autoridades responsáveis e realizar ajustes conforme necessário. • Apresentar a proposta em audiências ou reuniões para discussão. • Acompanhar o processo legislativo para garantir a implementação adequada da proposta.

Ação Recomendada	Procedimentos/ Setor Responsável
<p>adicionais a serem feitas durante a fase de entrevista no processo de alistamento militar, levando em consideração as particularidades de cada município.</p> <p>§ 1º As Comissões de Seleção mencionadas deverão preencher o SERMILMOB com os dados dos alistados, e ao final do processo, extrairão os dados brutos por meio da ferramenta de tecnologia da informação do sistema, garantindo que não haja identificação dos entrevistados.</p> <p>§ 2º Os resultados dessas extrações de dados deverão ser colocados à disposição das Prefeituras Municipais, por meio da ferramenta de tecnologia da informação do SERMILMOB."</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na criação de diretrizes e regulamentos adicionais, se necessário, após a aprovação.
<p>Elaborar proposta ao Ministério da Defesa para a modificação do Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial das Forças Armadas (PGC).</p> <p>Alterar o item 3.3.12 do Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial das Forças Armadas:</p> <p>De: "3.3.12 Com a finalidade de aperfeiçoar as atividades de seleção, foram disponibilizadas no SERMILMOB ferramentas de Tecnologia da Informação para realizar o agendamento, anamnese, entrevista e acompanhamento da situação militar dos conscritos."</p> <p>Para: "3.3.12 Com a finalidade de aperfeiçoar as atividades de seleção, foram disponibilizadas no SERMILMOB ferramentas de Tecnologia da Informação para realizar o agendamento, anamnese, entrevista, acompanhamento da situação militar dos conscritos e extração de dados gerados para posterior repasse às Prefeituras Municipais sede de seleção das Forças Armadas."</p>	<p>A Diretoria do Serviço Militar deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar detalhadamente o PGC, com foco no item 3.3.12, identificando as razões e melhorias propostas. • Realizar pesquisa para garantir a conformidade legal da proposta com a legislação existente. • Introduzir a proposta com justificativa e apresentar a redação sugerida para o item 3.3.12. • Descrever tecnicamente como a extração de dados será realizada e como a ferramenta de TI será utilizada para repassar informações às Prefeituras Municipais. • Consultar as Prefeituras Municipais e especialistas para garantir que a proposta atenda às suas necessidades. • Preparar uma análise jurídica que sustente a legalidade e constitucionalidade da proposta. • Encaminhar formalmente a proposta ao Ministério da Defesa, endereçada à autoridade competente, com documentação de apoio. • Dialogar com as autoridades responsáveis, realizando ajustes conforme necessário e apresentando a proposta em reuniões. • Acompanhar o processo para garantir a implementação adequada da proposta, colaborando na criação de diretrizes adicionais, se necessário.
<p>Modificar os Planos Regionais de Convocação para o Serviço Militar Inicial (PRC).</p> <p>Inserir no item Prescrições Diversas dos PRC a determinação de que, ao final da fase das entrevistas e inspeções de saúde e após o lançamento das informações geradas no SERMILMOB, os dados gerados sejam extraídos, por meio da ferramenta de TI a ser criada pela DSM, e postos à disposição das Prefeituras Municipais.</p>	<p>A Diretoria do Serviço Militar deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar minuciosamente os Planos Regionais de Convocação, identificando lacunas ou oportunidades de melhoria. • Pesquisar a legislação pertinente para assegurar a conformidade legal da proposta com as leis e regulamentos existentes. • Introduzir a proposta nos PRC, detalhando os procedimentos para extração e disponibilização de dados. • Consultar as Prefeituras Municipais e especialistas para garantir que a proposta atenda às suas necessidades. • Preparar uma análise jurídica que sustente a legalidade e constitucionalidade da proposta. • Encaminhar formalmente a proposta ao Comando do Exército Brasileiro, endereçando-a à autoridade competente, com documentação de apoio. • Dialogar com as autoridades responsáveis, realizando ajustes conforme necessário e apresentando a proposta em reuniões. • Acompanhar o processo para garantir a implementação adequada da proposta, colaborando na criação de diretrizes adicionais, se necessário.

2. Criar tecnologia da informação para coletar e padronizar os dados a ser coletados pelas Comissões de Seleção das Forças Armadas:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Criar e, posteriormente, incorporar uma ferramenta de tecnologia da informação no SERMILMOB para a extração de dados gerados durante a seleção para o serviço militar obrigatório e sua subsequente disponibilização às Prefeituras Municipais, que são sedes de seleção das Forças Armadas. Os desenvolvedores do software deverão manter o sigilo dos alistados e não permitir qualquer comprometimento de fatores relacionados à segurança nacional.</p>	<p>A Diretoria do Serviço Militar (Departamento de Tecnologia da Informação) deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma equipe multidisciplinar e definir requisitos específicos, considerando as necessidades municipais e os requisitos de segurança. • Identificar os dados relevantes para as Prefeituras Municipais e especificar os protocolos de segurança para proteger a confidencialidade. • Iniciar o desenvolvimento da ferramenta, garantindo que a equipe esteja ciente da sensibilidade dos dados e implementando medidas robustas de segurança. • Realizar testes detalhados e simular diversos cenários para garantir a eficácia, segurança e conformidade da ferramenta. • Submeter a ferramenta a certificações e auditorias de segurança, assegurando conformidade com padrões e regulamentações de segurança. • Preparar documentação detalhada e desenvolver diretrizes claras sobre segurança e sigilo dos dados para a equipe de desenvolvimento. • Implementar a ferramenta gradualmente, monitorando impactos nos sistemas existentes e realizando ajustes conforme necessário. • Oferecer treinamento extensivo enfatizando segurança e confidencialidade, estabelecendo procedimentos para lidar com violações de segurança. • Implementar sistemas de monitoramento contínuo e manter atualizações regulares para garantir segurança contínua. • Realizar revisões periódicas considerando avanços tecnológicos, mantendo diálogo contínuo com autoridades para conformidade com diretrizes de segurança nacional.
<p>Padronizar as questões que compõem a entrevista da seleção do serviço militar, respeitando as características de cada região do país, de acordo com o preconizado no art. 70 das Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004).</p>	<p>As Regiões Militares do Exército Brasileiro em conjunto com a Diretoria do Serviço Militar deverão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma análise detalhada do art. 70 das Normas Técnicas para as Comissões de Seleção, a fim de compreender as diretrizes específicas relacionadas à padronização das questões da entrevista. • Consultar representantes locais para obter insights sobre questões sensíveis ou relevantes para cada região. • Garantir que os quesitos sejam abrangentes o suficiente para abordar as diferentes características regionais. • Adaptar as questões para refletir o contexto e as nuances específicas de cada região. • Certificar-se de que as adaptações respeitem as normas e diretrizes estabelecidas. • Considerar a opinião de profissionais familiarizados com as características locais. • Realizar testes piloto das questões adaptadas em diferentes regiões para avaliar a eficácia e a aceitação. • Solucionar quaisquer problemas identificados durante os testes piloto. • Colher feedback das Comissões de Seleção em cada região durante a implementação. • Realizar ajustes, caso necessário, com base no feedback para aprimorar a eficácia das questões padronizadas.

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer treinamento específico para as Comissões de Seleção em cada região, destacando a importância da padronização e o contexto por trás das adaptações. • Implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a consistência na aplicação das questões padronizadas em todo o país. • Manter comunicação constante para garantir a adesão às normas técnicas. • Realizar revisões periódicas das questões padronizadas para garantir que permaneçam relevantes e sensíveis às características regionais. <p>Atualizar as normas técnicas conforme necessário.</p>

3. Ligação com as Prefeituras Municipais participantes:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Padronizar um canal de comunicação direta com as diversas Prefeituras Municipais participantes da ação, de modo que seja possível receber delas demandas específicas de cada cidade e sugestões de melhorias a serem implementadas para o aperfeiçoamento da iniciativa.</p>	<p>O Estado-Maior do Exército deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compilar uma lista completa das Prefeituras que participarão da ação. • Classificar as Prefeituras com base em critérios relevantes, como região geográfica, tamanho populacional, etc. • Estabelecer um portal online, plataforma de comunicação ou sistema específico para o canal de comunicação. • Certificar-se de que o canal seja acessível e compreensível para todas as Prefeituras, independentemente de seus recursos tecnológicos. • Criar canais bidirecionais para permitir que as Prefeituras enviem demandas e sugestões e recebam feedback do Estado-Maior do Exército. • Facilitar a comunicação constante e aberta entre as partes. • Oferecer treinamento às Prefeituras sobre como usar efetivamente o canal de comunicação e reaproveitar os dados. • Fornecer orientações detalhadas sobre os processos e benefícios associados. • Designar responsáveis no Estado-Maior do Exército para monitorar e responder às demandas e sugestões recebidas. • Assegurar que haja uma equipe responsável pela gestão eficiente do canal. • Promover ativamente o canal de comunicação entre o Estado-Maior do Exército e as Prefeituras. • Estabelecer um sistema de feedback regular para avaliar a eficácia do canal. • Realizar ajustes e melhorias contínuas com base no feedback recebido. • Implementar medidas robustas de segurança para proteger os dados coletados. • Garantir que os padrões e regulamentações de segurança sejam rigorosamente seguidos.
<p>Permitir o acesso às Secretarias designadas por cada município à ferramenta de tecnologia da informação criada no SERMILMOB para atender a esta ação, com o intuito de que cada Prefeitura Municipal possa realizar o recolhimento exclusivo de seus próprios dados.</p>	<p>A Diretoria do Serviço Militar (Departamento de Tecnologia da Informação) deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir que a ferramenta de tecnologia da informação tenha mecanismos de autenticação e autorização para controlar o acesso. • Estabelecer um processo para identificar e validar as Secretarias designadas por cada município. • Exigir documentação oficial que comprove a designação da Secretaria para acessar os dados.

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar módulos específicos na ferramenta de tecnologia da informação para atender às necessidades exclusivas de cada Prefeitura. • Cada módulo deve permitir a extração e recolhimento de dados específicos do respectivo município. • Oferecer treinamento especializado para as equipes das Secretarias Municipais sobre como usar a ferramenta de tecnologia da informação. • Disponibilizar canais de suporte técnico para auxiliar as Secretarias Municipais em caso de dúvidas ou problemas técnicos. • Manter uma comunicação aberta para resolver questões rapidamente. • Implementar um sistema de monitoramento contínuo para verificar o acesso e o uso dos dados pelas Secretarias Municipais. • Realizar auditorias periódicas para garantir a conformidade com os protocolos estabelecidos. • Realizar revisões periódicas dos acessos concedidos a cada Secretaria Municipal. • Ajustar as permissões de acordo com as necessidades específicas de cada município. • Receber feedback das Secretarias Municipais para aprimorar a eficiência e a eficácia da ferramenta. • Atualizar a tecnologia e os processos conforme necessário.

4. Transformação em Política Pública Nacional:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Propor à Presidência da República, por meio do Ministério da Defesa, a efetivação da presente ação como Política Pública Nacional voltada para geração de conhecimentos sobre os jovens brasileiros. Dessa forma, sugerindo também o envolvimento de outros ministérios e agentes governamentais com atividades e recursos direcionados ao sucesso do programa.</p>	<p style="text-align: center;">O Estado-Maior do Exército deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma análise abrangente dos dados do serviço militar, destacando sua relevância para o entendimento da população jovem brasileira. • Identificar os principais benefícios que o reaproveitamento desses dados pode proporcionar para a formulação de políticas públicas. • Formular uma proposta clara e abrangente destacando os objetivos da iniciativa. • Especificar como o reaproveitamento de dados do serviço militar pode contribuir para a geração de conhecimentos sobre os jovens brasileiros. • Identificar outros ministérios e órgãos governamentais que possam se beneficiar ou contribuir para o sucesso do programa. • Propor parcerias com outros ministérios e órgãos envolvidos, buscando a colaboração para o sucesso do programa. • Identificar áreas específicas de colaboração e os recursos que cada parceiro pode contribuir. • Criar um plano detalhado de implementação, delineando as fases, prazos e responsabilidades. • Destacar as ações específicas que cada ministério ou órgão envolvido precisará realizar. • Realizar apresentações e workshops para esclarecer dúvidas e receber feedback. • Obter pareceres técnicos para reforçar a solidez da proposta. • Certificar-se de que a proposta está alinhada com a legislação e regulamentações existentes. • Caso necessário, propor ajustes legislativos que facilitem a implementação do programa.

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um plano de comunicação para informar a população sobre como seus dados serão utilizados de maneira responsável. • Implementar o programa de forma gradual, monitorando continuamente seus impactos e ajustando conforme necessário.

5. Participação da Sociedade:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Criar campanhas de comunicação para cientificar a sociedade em geral sobre as políticas implementadas como resultado das informações coletadas durante a presente ação.</p>	<p>O Centro de Comunicação Social do Exército (CECOMSEx) deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determinar se o foco de cada campanha de conscientização, em: promover a aceitação das políticas ou esclarecer benefícios específicos. • Adaptar a mensagem de acordo com as características e interesses específicos de cada grupo. • Formular mensagens-chave claras e impactantes que transmitam os objetivos e benefícios das políticas implementadas. • Escolher os canais de comunicação mais eficazes para atingir o público-alvo, como mídias sociais, televisão, rádio, impressos e outros. • Adaptar a abordagem de acordo com as características demográficas e comportamentais de cada canal. • Criar materiais visuais atraentes, como infográficos, vídeos explicativos, cartazes e folhetos. • Integrar estratégias online e offline para ampliar o alcance da campanha. • Usar redes sociais para engajar a população e meios tradicionais para atingir públicos específicos. • Incentivar a participação ativa da sociedade por meio de discussões, fóruns online. • Promover eventos interativos e consultas públicas para ouvir as preocupações e sugestões da comunidade. • Desenvolver uma seção específica para esclarecer dúvidas frequentes sobre as políticas implementadas. • Manter canais de comunicação abertos para receber feedback e responder a perguntas. • Estabelecer métricas de desempenho para avaliar o sucesso da campanha, como alcance, engajamento e mudanças percebidas na atitude da sociedade. • Realizar avaliações regulares para ajustar a estratégia conforme necessário. • Realizar avaliações periódicas do impacto social das políticas implementadas, destacando como a sociedade foi beneficiada. • Utilizar esses dados para reforçar a eficácia da iniciativa. • Estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil que possam apoiar a disseminação das mensagens. • Colaborar com entidades que tenham credibilidade na comunidade. • Receber feedback da sociedade e fazer ajustes na campanha conforme necessário. • Manter a mensagem relevante e adaptada às mudanças nas políticas ou nas necessidades da sociedade.

6. Recursos Financeiros:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Alocar recursos orçamentários específicos para a implementação desta iniciativa, oferecendo suporte financeiro ao desenvolvimento de tecnologia da informação, treinamento de pessoal, campanhas informativas e de conscientização, bem como outras atividades relacionadas.</p>	<p>A Secretaria de Economia e Finanças (SEF) – Exército Brasileiro deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma análise detalhada para identificar as necessidades específicas, estimando os custos associados ao desenvolvimento de tecnologia da informação, treinamento de pessoal, campanhas informativas e outras atividades relacionadas. • Desenvolver um orçamento detalhado que inclua todas as despesas previstas, categorizando os custos por atividade. • Consultar especialistas e fornecedores para obter estimativas precisas de custos, especialmente no desenvolvimento de tecnologia da informação. • Buscar orçamentos detalhados de empresas ou profissionais que fornecerão os serviços necessários. • Desenvolver propostas técnicas e financeiras sólidas para apresentar aos órgãos responsáveis pela alocação de recursos. • Desenvolver projetos específicos para cada componente da iniciativa (tecnologia da informação, treinamento, campanhas, etc.). • Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para garantir o uso eficiente dos recursos alocados. • Prestar contas periodicamente, demonstrando resultados alcançados em relação aos investimentos realizados. • Submeter as atividades financeiras a auditorias regulares para garantir a transparência e a conformidade com as normas. • Divulgar resultados financeiros de forma acessível à sociedade. • Reservar uma parte do orçamento para contingências, considerando imprevistos ou ajustes necessários durante a implementação. • Evitar alocar recursos de forma muito rígida, permitindo flexibilidade para enfrentar desafios inesperados.

7. Seleção dos Recursos Humanos:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Nomear os militares participantes das Comissões de Seleção Permanente das Forças Armadas, selecionando militares capacitados para a realização das entrevistas que irão gerar os dados sociodemográficos dos alistados, bem como militares habilitados para serem responsáveis pelas inspeções de saúde.</p>	<p>As Brigadas do Exército Brasileiro responsáveis por Comissões de Seleção Permanentes para Serviço Militar das Forças Armadas deverão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer critérios claros para a seleção de militares para as Comissões de Seleção. • Considerar habilidades de comunicação, experiência em saúde, ética profissional e conhecimento técnico. • Analisar as necessidades específicas das Comissões de Seleção, considerando a diversidade de habilidades necessárias para entrevistas e inspeções de saúde. • Identificar as competências essenciais para cada função. • Considerar a experiência prévia em atividades semelhantes. • Realizar avaliações específicas para as competências técnicas necessárias, como habilidades de entrevista e conhecimento médico para inspeções de saúde. • Certificar-se de que os militares selecionados atendam aos padrões estabelecidos.

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar treinamento específico para os militares selecionados, abordando as particularidades das entrevistas e inspeções de saúde no contexto do serviço militar. • Formar equipes multidisciplinares, reunindo militares com habilidades complementares. • Garantir que cada equipe seja capaz de conduzir entrevistas e inspeções de saúde de maneira abrangente. • Solicitar feedback regularmente dos alistados, militares e outros envolvidos no processo. • Ajustar as equipes e os processos com base nesse feedback.

8. Treinamento dos Recursos Humanos:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Realizar o treinamento dos militares membros das Comissões Permanentes de Seleção para o Serviço Militar das Forças Armadas para o correto emprego da ferramenta de tecnologia da informação a ser inserida no SERMILMOB para extração de dados gerados e posterior repasse às Prefeituras Municipais, sedes de seleção das Forças Armadas.</p> <p>Executar a presente ação por meio de videoaulas para o treinamento à distância das diversas comissões de seleção pelo País a respeito da correta operação da ferramenta de TI a ser implementada no SERMILMOB para extração de dados gerados e posterior repasse às referidas Prefeituras Municipais.</p>	<p>O Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma análise das necessidades de treinamento, identificando as habilidades necessárias para o uso eficaz da ferramenta de TI no SERMILMOB. • Estruturar o conteúdo do treinamento, dividindo-o em módulos claros e relevantes para as atividades das Comissões de Seleção. • Escolher instrutores qualificados, familiarizados com a ferramenta de TI e com experiência prática nas atividades das Comissões de Seleção. • Desenvolver videoaulas que abordem passo a passo o uso da ferramenta de TI, desde a extração de dados até o repasse às Prefeituras Municipais. • Utilizar uma plataforma de treinamento online que suporte videoaulas, interações e avaliações. • Garantir que a plataforma ofereça acesso remoto para que os militares de diferentes regiões possam participar do treinamento. • Criar um ambiente de treinamento virtual que simule a operação real da ferramenta de TI no SERMILMOB. • Incluir avaliações interativas ao final de cada módulo para garantir a compreensão do conteúdo. • Emitir certificados de conclusão para os militares que passarem com sucesso nas avaliações. • Disponibilizar canais de suporte técnico para esclarecimento de dúvidas durante e após o treinamento. • Criar fóruns de discussão para facilitar a troca de experiências entre os militares participantes. • Agendar sessões de treinamento em horários flexíveis para acomodar diferentes turnos e locais. • Fornecer instruções claras sobre como acessar o treinamento online, incluindo requisitos técnicos. • Encorajar os militares a fornecerem feedback sobre o treinamento e a ferramenta de TI. • Utilizar o feedback recebido para fazer melhorias contínuas no conteúdo e na entrega do treinamento. • Oferecer sessões de atualização conforme necessário para abordar novos recursos da ferramenta de TI ou mudanças nos procedimentos.

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Elaborar em parceria com outras escolas de treinamento governamentais cursos para o treinamento dos agentes municipais que ficarão encarregados de avaliar e interpretar os dados coletados.</p> <p>Esses cursos devem permitir a esses servidores: identificar tendências, necessidades e os principais óbices ao desenvolvimento dos jovens, baseado nos dados disponibilizados por meio do SERMILMOB.</p>	<p>O Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultar representantes municipais para entender demandas específicas. • Identificar e colaborar com escolas governamentais especializadas. • Estabelecer parcerias para desenvolver os cursos. • Definir tópicos-chave relacionados à interpretação de dados do SERMILMOB. • Criar metodologias de ensino prático e teórico. • Criar materiais claros e acessíveis para os participantes. • Garantir acessibilidade para diferentes níveis de habilidade. • Selecionar instrutores com experiência em interpretação de dados sociodemográficos. • Fornecer treinamento sobre conteúdo e metodologias de ensino. • Testar cursos em alguns municípios para avaliar eficácia. • Coletar feedback para ajustes antes da implementação completa. • Promover os cursos para os agentes municipais. • Oferecer suporte contínuo aos participantes durante os cursos. • Avaliar o desempenho dos participantes ao final dos cursos. • Utilizar os resultados para aprimorar os cursos. • Emitir certificados aos participantes que atenderem aos critérios.

9. Conscientização dos jovens participantes da seleção para o serviço militar:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Elaborar campanhas de comunicação para conscientizar os jovens sobre a importância de responder de forma verídica às perguntas da entrevista de Seleção Militar, com o objetivo de implementar políticas públicas que possam beneficiá-los.</p>	<p>O Centro de Comunicação Social do Exército (CECOMSEX) deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar e compreender os jovens que serão impactados pela campanha. Isso envolve conhecer seus interesses, preocupações e entender suas perspectivas em relação à Seleção Militar. • Desenvolver uma mensagem clara, concisa e impactante que ressalte a importância da honestidade durante a entrevista de Seleção Militar e como isso pode beneficiá-los no futuro. • Escolher os canais de comunicação mais eficazes para atingir o público-alvo, como: mídias sociais, campanhas online, anúncios em plataformas frequentemente acessadas pelos jovens, como aplicativos, sites populares, além de parcerias com escolas, universidades ou organizações juvenis. • Criar conteúdo que eduque os jovens sobre o processo de Seleção Militar, explicando a importância da honestidade e os impactos positivos a longo prazo de responder de forma verdadeira e ética. • Coletar feedback constante para avaliar a eficácia da campanha. O que pode ser feito por meio de pesquisas, análise de métricas de engajamento online, entre outros métodos, para entender se a mensagem está sendo compreendida e se está gerando impacto.

10. Avaliação Periódica do Plano:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo desta ação, avaliando regularmente os impactos das políticas públicas geradas com base em indicadores específicos.</p>	<p>A Assessoria de Governança e Gestão do Estado-Maior do Exército deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e estabelecer indicadores específicos que possam medir o sucesso da campanha e dos efeitos das políticas públicas resultantes. • Implementar um sistema de coleta de dados consistente e confiável para capturar informações relevantes relacionadas aos indicadores definidos. • Realizar avaliações regulares dos dados coletados para analisar o progresso, as tendências e os impactos das políticas públicas implementadas. Essas análises podem ser realizadas em intervalos específicos de tempo para avaliar mudanças e identificar áreas que necessitam de ajustes ou melhorias. • Coletar feedback direto dos jovens afetados pelas políticas públicas, seja por meio de pesquisas, grupos focais ou outras formas de consulta, para compreender suas percepções, experiências e sugestões de aprimoramento. • Elaborar relatórios regulares com os resultados das avaliações e comunicar de maneira transparente os progressos, desafios e aprendizados obtidos com a implementação das políticas públicas. • Com base nas análises e nos feedbacks recebidos, estar preparado para fazer ajustes e adaptações nas políticas públicas e na estratégia da campanha de conscientização, visando melhorar continuamente os resultados e maximizar os impactos positivos.
<p>Estabelecer um sistema contínuo de atualização desta iniciativa de coleta de dados, tendo como base as sugestões e demandas recebidas da sociedade civil, Prefeituras Municipais e demais órgãos governamentais.</p>	<p>A Assessoria de Governança e Gestão do Estado-Maior do Exército deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar canais de comunicação direta e acessível para receber sugestões e demandas da sociedade civil, Prefeituras Municipais e órgãos governamentais. • Designar uma equipe ou um grupo responsável por coletar e analisar as sugestões e demandas recebidas. • Realizar avaliações regulares das sugestões e demandas recebidas, categorizando-as e avaliando sua viabilidade e relevância para a iniciativa. • Implementar um processo formal para incorporar as sugestões e demandas consideradas relevantes e viáveis na iniciativa de coleta de dados. • Comunicar de forma transparente as mudanças e atualizações feitas com base nas contribuições recebidas. • Estabelecer um ciclo de melhoria contínua, onde o processo de coleta de dados e a escuta ativa sejam constantemente aprimorados com base no feedback recebido, visando garantir que a iniciativa esteja sempre alinhada com as necessidades e expectativas das partes interessadas.
<p>Realizar avaliações periódicas deste plano de ação para garantir sua eficácia e fazer ajustes conforme necessário.</p>	<p>A Assessoria de Governança e Gestão do Estado-Maior do Exército deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer indicadores claros e mensuráveis que possam ser utilizados para avaliar o progresso e o sucesso do plano de ação. • Utilizar metodologias consistentes e relevantes para coletar dados e informações sobre o desempenho do plano.

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os dados coletados durante as avaliações para entender o progresso deste plano. • Com base na análise dos resultados, identificar claramente os pontos em que o plano pode ser melhorado ou ajustado para aumentar sua eficácia. • Utilizar os dados e informações obtidos das avaliações para tomar decisões fundamentadas sobre quais ajustes ou mudanças precisam ser implementados no plano de ação. • Agir rapidamente para implementar as melhorias identificadas, modificando estratégias, alocação de recursos ou procedimentos conforme necessário. • Estabelecer um ciclo contínuo de avaliação, ajuste e implementação de mudanças para garantir que o plano de ação esteja sempre adaptado às necessidades atuais e maximizando sua eficácia ao longo do tempo.

11. Cuidados Legais:

Ação Recomendada	Procedimentos/Setor Responsável
<p>Fiscalizar a conformidade das atividades implementadas com o Princípio Constitucional da Legalidade e demais princípios da Administração Pública presentes no Ordenamento Jurídico nacional.</p>	<p>A Assessoria para Assuntos Jurídicos do Gabinete do Estado-Maior do Exército deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma análise detalhada das leis, regulamentos e normas aplicáveis que regem a atividade em questão. Garantir que todas as ações propostas estejam alinhadas com essas normas legais. • Designar ou criar um órgão específico dentro da estrutura governamental responsável pela fiscalização da conformidade legal das atividades implementadas. • Desenvolver protocolos e diretrizes claras que detalhem os procedimentos e critérios a serem seguidos para garantir a conformidade com os princípios legais da Administração Pública. • Programar auditorias e inspeções regulares para verificar se as atividades em curso estão alinhadas com as leis e regulamentos. • Identificar potenciais áreas de risco em relação à conformidade legal e manter um monitoramento constante dessas áreas, buscando corrigir possíveis desvios ou inconformidades rapidamente. • Corrigir os problemas e implementar medidas preventivas para evitar reincidências. • Oferecer treinamentos e capacitações regulares para os funcionários envolvidos nas atividades, de modo a assegurar que compreendam as leis e regulamentos aplicáveis e estejam aptos a agir em conformidade. • Manter transparência nas ações, informando ao público e às partes interessadas sobre as medidas tomadas para garantir a conformidade legal das atividades.

Responsáveis e Contatos

Discente: Bruno de Sá Jerônimo. E-mail: brunodesajeronimo@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Rosália Maria Passos da Silva. E-mail:

rosaliapassos@unir.br

Local e data da realização do relatório

Porto Velho-RO, 16 de setembro de 2023.

Referências

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. São Paulo: Método. 16 ed, 2008.

_____. Alistamento do serviço militar on line. **Diretoria do Serviço Militar**. Brasília-DF, 2022. Disponível em: <https://alistamento.eb.mil.br/> Acesso em: 02 abr 2022.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 mar 2022.

_____. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. **Regulamenta a Lei do Serviço Militar**. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d57654.htm. Acesso em: 27 set 2022.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm Acesso em: 10 ago 2023.

_____. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. **Lei do Serviço Militar**. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm. Acesso em: 18 abr 2022.

_____. **Normas Técnicas para as Comissões de Seleção (EB30-N-30.004)**. Brasília, DF: Departamento-Geral de Pessoal do Exército Brasileiro, 2012. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/normas-tecnicas>. Acesso em: 19 abr 2022.

_____. **Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas em 2022**. Brasília, DF: DSM, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/servico_militar/pgc-2022-para-impressao.pdf Acesso em: 10 ago 2023.

JANUZZI, Paulo de Martino e PASQUALI, F.A. **Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, FGV, 33, 75-94, 1999. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7652>